

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

LAURA DUARTE OZELIN

Hélio Vianna em três faces: produzir, orientar e ensinar história no Brasil (1935-1959)

FRANCA

2023

LAURA DUARTE OZELIN

Hélio Vianna em três faces: produzir, orientar e ensinar história no Brasil (1935-1959)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Karina Anhezini de Araujo.

Financiamento: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) processo nº 2021/07406-9.

FRANCA

2023

O99h Ozelin, Laura Duarte
Hélio Vianna em três faces : produzir, orientar e ensinar história no Brasil (1935-1959) / Laura Duarte Ozelin. -- Franca, 2023
154 p. : tabs., fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Karina Anhezini de Araujo

1. Hélio Vianna. 2. Historiografia Brasileira. 3. Ser historiador. 4. Regimes historiográficos. 5. Ensino de história. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

LAURA DUARTE OZELIN

Hélio Vianna em três faces: produzir, orientar e ensinar história no Brasil (1935-1959)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da Universidade Estadual Paulista (UNESP) como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:_____

Prof.^a Dr.^a. Karina Anhezini de Araujo, UNESP

1ºExaminador:_____

Prof. Dr. Fábio Franzini, UNIFESP

2ºExaminador:_____

Prof. Dr. Temístocles Cezar, UFRGS

Franca, 16 de outubro de 2023.

AGRADECIMENTOS

A experiência do mestrado foi, para mim, de fato, uma atividade de experimentação. Período em que pude aprender coisas novas, testar habilidades, identificar limitações e autorrefletir. Experiência duplamente inédita por ter sido atravessada pela pandemia mundial e pelo isolamento social, o que tornou o processo mais solitário do que gostaria, mas ainda assim compensador e cercado de colaborações e afetos, que não poderia deixar de mencionar aqui.

Primeiramente, agradeço aos meus pais, Celi e Aguinaldo, a quem devo a vida e a formação. Obrigada por tudo o que me proporcionaram até hoje. Pela experiência de vida que acumulam e transformam todos os dias em ensinamentos valiosos, dos quais vou me lembrar sempre. Por me abrirem as portas quando precisei voltar, pela convivência, amizade, incentivo e preocupação mesmo quando não sabiam ao certo sobre meus compromissos e prazos.

Ao meu irmão, Saulo, que, tendo me antecedido na vida acadêmica (embora em outra área), sempre esteve ao meu lado, alertando, orientando e aconselhando, como pesquisador e como irmão, sobre assuntos objetivos e não tangíveis que encontraria no percurso.

Agradeço à Universidade Estadual Paulista, a todos os professores e estabelecimentos públicos de ensino que me acolheram até aqui e me prepararam para seguir a caminhada.

À professora Karina Anhezini, que no segundo ano da graduação despertou meu interesse pela história da historiografia, me fez enxergar o curso de História com outros olhos (mais otimistas) e desde então tem sido minha orientadora querida. Agradeço pelas trocas, pela dedicação, pela paciência e pela sensibilidade em captar as particularidades de cada aluno, nos orientando na medida exata de nossas possibilidades, tendências e ritmos. Isso foi muito importante para mim.

Também deixo aqui meu agradecimento e admiração aos professores Fábio Franzini e Temístocles Cezar, que participaram de meu exame de qualificação e forneceram atentas e valiosas observações.

Aos colegas do Memento, que a cada reunião me permitiram entrar em contato com discussões e reflexões às quais não chegaria sozinha. Agradeço especialmente aos

que puderam ler e contribuir com a dissertação com suas impressões e apontamentos. Ao Luís Manhani, Meg Dias e Leandro Antonio pelas parcerias, conversas, risadas e desabafos.

Às minhas meninas do “Ap7”, Maria Clara Reis, Ana Miriam, Gabrielle Neves, Giovana Castro, Bianca Benedeti e Laura Costa, que foram minha família em Franca durante a graduação e que continuariam sendo se não tivéssemos precisado nos separar antes da hora. Apesar disso, tive a felicidade de ter Bianca e Laura como colegas na pós e poder continuar compartilhando as alegrias e receios do processo.

Obrigada, minhas avós, tios e tias, sobretudo minhas tias-mães Célia e Sônia, que acompanharam mais de perto meu desenvolvimento, me deram suporte sempre que precisei e vibraram por mim a cada etapa. Deixo aqui meu amor e gratidão incondicionais à Vó Maria, que nos deixou recentemente após 96 anos de existência amorosa e exemplar.

Ao meu amor, Paulo Sérgio, que desde o início me apoiou, ouviu, acalmou e foi compreensivo nos momentos desafiadores. Saiba que sua dedicação e determinação me inspiram muito.

Obrigada a todos os que conviveram comigo e souberam lidar com meus vários e alternantes estados de espírito e com as ausências que este trabalho exigiu para que pudesse ser concluído. Amo vocês!

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa concedida nos primeiros meses da pesquisa e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento do projeto durante a maior parte do mestrado, o que permitiu que eu me dedicasse exclusivamente às investigações aqui apresentadas.

Gratidão!

OZELIN, Laura Duarte. **Hélio Vianna em três faces:** produzir, orientar e ensinar história no Brasil (1935-1959). 2023. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2023.

RESUMO

O século XX representou, para a historiografia brasileira, um tempo de dinamismo e complexidade. Renova-se o interesse pela história e por outras interpretações sobre o país, novos modos de se produzir e pensar a história se impõem e espaços institucionais e de divulgação da produção se expandem como lugares privilegiados para o debate de questões caras à área. Esta pesquisa visa contribuir com a área de História da Historiografia a partir do estudo de escritos do historiador e professor catedrático de História do Brasil Hélio Vianna (1908-1972), comumente associado, na historiografia, a uma forma tradicional e conservadora de se escrever e ensinar história. Com a análise de suas obras, materiais didáticos e de suas críticas historiográficas, objetiva-se compreender o que é ser um historiador no Brasil nas décadas de 1930 a 1960, entre institutos, universidades e outras instituições de produção e divulgação do saber histórico. Pretende-se, portanto, por meio do estudo de Hélio Vianna, problematizar este período, muitas vezes caracterizado como de transição da produção historiográfica.

Palavras-chave: Hélio Vianna. Historiografia Brasileira. Século XX. Ser historiador. Regimes historiográficos. Ensino de história.

OZELIN, Laura Duarte. **Hélio Vianna in three faces**: producing, guiding and teaching history in Brazil (1935-1959). 2023. Dissertation (Master in History) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2023.

ABSTRACT

For Brazilian historiography, the 20th century was a period of dynamism and complexity. The interest in history and other interpretations about the country was renewed. New ways of producing and thinking history are imposed, and institutional and dissemination of production spaces expand as privileged places for the debate about particular questions of the area. This research aims to contribute in History of Historiography by the study of writings of historian and professor of History of Brazil Hélio Vianna (1908-1972), commonly associated, in historiography, to a traditional and conservative way of writing and teaching history. With the analysis - based on the notions of historiographic regime and historiographical operation - of his works, didactic materials and his historiographic criticism, it aims to understand what it is to be a historian in Brazil in the decades of 1930 to 1960, between institutes, universities and other institutions of production and dissemination of historical knowledge. Therefore, the study of the work of Hélio Vianna allows us to problematize the period, often characterized as the transition of the historiographic production.

Keywords: Hélio Vianna. Brazilian Historiography. 20th Century. Being a historian. Historiographical Regimes. History teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 1	22
HÉLIO VIANNA, AUTOR DE HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	22
1.1 História do Brasil, teorias e narrativas	22
1.1.1 A publicação de <i>Formação Brasileira</i> , <i>Estudos de História Colonial</i> e <i>Estudos de História Imperial</i>	22
1.1.2 A História do Brasil, a História lusa e sua indissociabilidade.....	25
1.2 As marcas de Varnhagen e Capistrano de Abreu	42
1.3 Mar agitado, maus marinheiros: a crítica à “história social”	50
CAPÍTULO 2.....	61
HÉLIO VIANNA, PROFESSOR E AUTOR DE MATERIAIS DIDÁTICOS.....	61
2.1 Para que aprender-ensinar História? História ensinada, poder e futuro: o conhecimento histórico como condição de sobrevivência da Nação.....	63
2.2 Que História do Brasil deveria ser ensinada às novas gerações?	75
CAPÍTULO 3	100
HÉLIO VIANNA, ORIENTADOR NA HISTORIOGRAFIA NACIONAL	100
3.1 Vinculação com o regime Vargas e colaboração na <i>Revista Cultura Política</i>	102
3.2 Escrita combativa, prescrições de temas e fontes: um compromisso com o futuro da historiografia	119
3.3 Ser “orientador”: as (in)congruências de uma prática – Hélio Vianna e a universidade.....	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS FACES DE UMA VOZ.....	139
FONTES	143
BIBLIOGRAFIA	144

INTRODUÇÃO

O século XX representou, para a historiografia brasileira, um tempo de grandes mudanças. O historiador ganha, gradativamente, o status de profissional especializado, afastando-se, paulatinamente, da poligrafia típica do século anterior; os Institutos Históricos e Geográficos começam a perder terreno como lugares exclusivos de produção historiográfica, surgem os primeiros cursos universitários de História e, posteriormente, os programas de pós-graduação. Novos modelos se estabelecem como ditames da prática historiográfica, gerando debates e disputas. Para além disso, se desenrolam significativos eventos políticos, como a Revolução de 1930, a implantação do Estado Novo, a redemocratização e o golpe civil-militar de 1964, os quais provocam clivagens no seio da sociedade e engendram novas realidades, ordenações do tempo e interpretações acerca da história nacional.

Esta pesquisa tem por objetivo contribuir com a área de História da Historiografia a partir do estudo de escritos do historiador brasileiro Hélio Vianna (1908-1972). Ao elencarmos esta figura como protagonista em nossas análises, temos em vista apreender aspectos de seu pensamento e de sua trajetória intelectual e, com isso, explorar as possibilidades e formas de atuação de um historiador considerado profissional nesse ambiente de agitação e indefinições.

Tão agitado quanto o século XX foi o percurso trilhado por Hélio Vianna nas letras históricas. Nascido em Belo Horizonte em 5 de novembro de 1908 e falecido em 6 de janeiro de 1972, Vianna migrou para o Rio de Janeiro ainda jovem para estudar Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, onde se formou em 1932. Embora fosse formado em Direito, foi como historiador, notadamente dedicado ao estudo da História Pátria, que consolidou seu nome no meio intelectual. As décadas de 1930 a 1960 marcaram seu período de maior atividade, quando pôde produzir uma vasta e variada obra e inserir-se em redes de sociabilidade que o permitiram galgar funções importantes junto a associações políticas, intelectuais e de ensino. Partimos, em nossas investigações, da premissa de que Hélio Vianna foi um historiador multifacetado e versátil, uma vez que atuou em várias frentes exercendo atividades relacionadas à história. Na seara das associações históricas fez parte de importantes agremiações, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Sociedade Capistrano de Abreu. Na política, foi membro da Ação Integralista Brasileira (AIB), tendo participado da organização de periódicos e oferecido cursos em repartições integralistas. Durante a Era Vargas, sobretudo no Estado

Novo, colaborou intensamente com o regime e escreveu grande número de artigos para a revista oficial *Cultura Política*. No meio universitário, foi um dos primeiros professores de História e já no início da década de 1940 assumiu o cargo de catedrático de História do Brasil na Universidade do Brasil e de História da América na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em um contexto de incipiente disciplinarização da história no ensino superior. Encontrou, também, oportunidade para contribuir com o setor didático ao produzir obras sobre a História do Brasil para os níveis ginasial e colegial.

Apesar de ter transitado, durante sua vida, por espaços físicos e simbólicos que o permitiram propagar suas ideias e concepções de história a diferentes públicos, Hélio Vianna é, ainda, um nome pouco tratado pela historiografia. Isso parece dever-se, sobretudo, à associação feita entre o autor e os posicionamentos conservadores, tradicionais e “ultrapassados” que marcaram seu perfil profissional¹. Há uma quase inexistência de estudos que se debruçaram especificamente sobre a vida e obra de Hélio Vianna, embora seu nome apareça com frequência em trabalhos que tratam da Universidade do Brasil (UB), instituição em que, por décadas, esteve à frente da cátedra de História do Brasil e ficou conhecido por seu autoritarismo quanto aos assuntos da disciplina e por sua postura avessa às inovações do ensino e escrita da história. Nesse sentido, muito contribuíram com o trabalho as pesquisas realizadas por Marieta de Moraes Ferreira sobre o processo de institucionalização dos cursos universitários de História no Rio de Janeiro, mais especificamente na Universidade do Brasil e em sua predecessora, Universidade do Distrito Federal (UDF). Em *A história como ofício: a constituição de um campo disciplinar*, a autora dedica um tópico para tratar sobre Hélio Vianna e a área de História na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) da UB, concluindo que a atuação do catedrático, alinhada aos princípios do Estado Novo, servia ali ao fortalecimento de um ensino de História do Brasil ligado à identidade nacional e voltado à formação de professores para o ensino secundário. Além disso, realiza uma breve análise de sua trajetória editorial, identificando obras em que sobressai a característica “descrição linear de fatos e datas e da história política”² – como em *Da maioria à conciliação: síntese de história política e bibliografia do período 1840-1857* – e outras

¹ VALE, Nayara Galeno do. **Hélio Vianna e Pedro Calmon**: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <https://antigo.bn.gov.br/producao/documentos/helio-vianna-pedro-calmon-identidade-historiador-embates>

² FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013. Edição Kindle. p. 49.

em que é possível observar uma “linha diferente de escrita da História, com uma preocupação menor com a apresentação de uma base factual tão detalhada e a explicitação mais clara de seus pontos de vista.”³, como em *Estudos de História Colonial e Formação Brasileira*, volumes, aliás, que estão em nosso rol de fontes. A respeito da postura de Hélio Vianna como professor, sublinha-se, em artigo dedicado ao ensino de história na universidade, que

as aulas, segundo depoimentos de ex-alunos de várias gerações, eram profundamente enfadonhas, com relatos factuais minuciosos, somente expositivos, sem nenhuma indicação bibliográfica e com provas baseadas nos conteúdos apresentados em sala, o que requeria apenas uma boa memorização. Não havia nenhum estímulo para pesquisa, nem com fontes, nem bibliográfica⁴.

O trabalho de Nayara Galeno do Vale, pesquisadora vinculada a Marieta de Moraes Ferreira, intitulado *Hélio Vianna e Pedro Calmon: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil*⁵, foi também uma referência importante desde os primeiros levantamentos que fundamentaram esta pesquisa. Nele, a autora analisa as trajetórias profissional e editorial de Pedro Calmon (1902-1985) e Hélio Vianna (1908-1972), que, apesar de terem sido intelectuais bastante distintos, são aproximados no texto por terem publicado volumosa obra, buscado na reinterpretação do passado o entendimento da nacionalidade e caminhos para o diagnóstico dos problemas sociais⁶ e, apesar disso, terem sido um tanto esquecidos pela posteridade, que acabou os associando a uma forma tradicional de se produzir história. Buscando analisar as linhas gerais que caracterizaram o pensamento/escrita dos autores, Vale investiga suas principais publicações e identifica três fases editoriais. A primeira diz respeito aos livros de síntese sobre história brasileira publicados na década de 30: *História da Civilização Brasileira* (1933), de Calmon, e *Formação Brasileira* (1935), de Vianna. A segunda fase compreende as obras lançadas pela popular série Brasiliana, da Companhia Editora Nacional: Pedro Calmon, entre 1935 e 1939, publica a série *História Social do Brasil* em três tomos e Hélio Vianna, seus *Estudos de História Colonial* (1948) e *Imperial* (1950). Ao encontro da expectativa geral, de meados do século, por novas interpretações e

³ Ibidem.

⁴ FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.2. abr.-jun., p.611-636. 2012. p. 618.

⁵ VALE, op. Cit., 2012.

⁶ Ibidem, p. 6.

sínteses da história nacional, os autores lançaram suas “Histórias do Brasil”, tendo a de Pedro Calmon vindo a público em cinco volumes, pela série Brasileira, entre 1939 e 1956, e a de Hélio Vianna em três volumes (1961-1962), pela Editora Melhoramentos. Ao longo do texto, são destacadas algumas particularidades do pensamento de cada historiador. Tem-se que Calmon aborda em suas obras a formação social brasileira sob uma perspectiva socioantropológica, que em certa medida romantiza a formação da identidade nacional e a mestiçagem, ao passo que Hélio Vianna relaciona a identidade brasileira ao território, à economia e à diplomacia e demonstra um olhar pessimista quanto à instauração da República e à miscigenação, tida como fonte dos problemas étnicos brasileiros. Vianna é visto pela autora como alguém que se destacou em sua época pelos comentários e críticas que fazia ao trabalho de outros autores⁷.

O interesse despertado por tais descrições sobre o historiador se intensifica quando consideramos o ambiente que testemunhou, agiu e reagiu à sua atividade. Apresentamos, a seguir, algumas produções que tratam do campo historiográfico brasileiro novecentista e nos ajudam a situar as problemáticas relacionadas à investigação. Parte do processo de crescimento e especialização da prática historiográfica no Brasil ocorrido ao longo das primeiras décadas do século XX pode ser acompanhado a partir da obra *História e Historiadores*⁸, de Angela de Castro Gomes, na qual são adotados como fontes principais o suplemento Autores e Livros, do Jornal *A Manhã*, e a revista oficial estadonovista *Cultura Política*, ambos vigentes entre os anos de 1941 e 1945. Por meio desses materiais, Gomes investiga a constituição da disciplina histórica e as definições de “historiador” e “texto histórico” para a intelectualidade do período. Verifica, então, que essas categorias eram ainda imprecisas, o historiador profissional ainda se confundia com o intelectual – a dedicação ao trabalho historiográfico geralmente se dava em um momento de maturidade da trajetória dos autores – e os meios de divulgação de seus trabalhos eram restritos a jornais e revistas, dadas as escassas oportunidades de publicação de livros em território nacional. Demonstra, também, que a noção de História do Brasil foi profundamente afetada pelos valores e projetos de nação propostos pelo Estado Novo (1937-1945), momento em que o Estado se coloca como mecenas e incentiva em larga medida a construção de um passado comum pelos intelectuais, iniciativa cujos efeitos

⁷ Ibidem, p. 62.

⁸ GOMES, Angela de Castro. **História e Historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

marcariam indelevelmente não só a historiografia ulterior, como também a própria relação do povo brasileiro com seu passado, ao que a autora denomina, dialogando com Le Goff⁹, como “cultura histórica”. Sobressai uma história de viés evolutivo, atrelada à coletividade e às tradições populares – verdadeiras guardiãs do espírito nacional – e que privilegia os períodos colonial e imperial em detrimento do republicano. Hélio Vianna, tendo cultivado uma relação de proximidade e concordância com o regime, cooperou com este processo de valorização da história uma vez que trabalhou no Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) do governo Vargas e, já no Estado Novo, se revelou um dos mais frequentes colaboradores especialistas na *Revista Cultura Política*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

A tese de doutoramento de Karina Anhezini, *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*¹⁰, ilustra bem a complexidade do fazer historiográfico nas primeiras décadas do século XX ao analisar a trajetória de Afonso d’Escragnolle Taunay (1876-1958). Embora fosse formado em Engenharia Civil em uma Escola Politécnica, foi como historiador – sobretudo da história paulista – que Taunay se firmou como um grande nome. Seu pensamento e escrita reuniram tendências diversificadas, como a da escola metódica francesa – daí, o apego ao documento e a busca incessante pela verdade histórica –, o gosto pelas narrativas heroicas/embelezadas e pela história da civilização e dos costumes. Taunay foi detentor de vasta obra, que inclui desde uma historiografia mais propriamente científica até os romances históricos e obras lexicográficas. Assim como Vianna, esteve inserido em redes de sociabilidade e lugares institucionais considerados tradicionais e modernos: foi membro dos Institutos Históricos e Geográficos Brasileiro e de São Paulo, das Academias Brasileira e Paulista de Letras, diretor do Museu Paulista, professor de História Universal na Faculdade Livre de Filosofia e Letras¹¹ e catedrático de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo entre 1934 e 1937. O pertencimento a estes lugares, além de servir à legitimação de sua carreira intelectual, demarcou a possibilidade de disseminar suas ideias a públicos amplos e conquistar discípulos para integrar a “bandeira do passado”.

⁹ LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

¹⁰ ANHEZINI, Karina. **Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**. 2006. Tese de doutorado – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2006.

¹¹ A Faculdade Livre de Filosofia e Letras fora fundada em 1908 e era ligada à ordem beneditina. O curso de História Universal foi criado em 1911 e, tendo Taunay como primeiro professor, representou uma tentativa pioneira de instauração dos estudos históricos no plano universitário.

Também Aryana Lima Costa, em sua tese de doutorado *De um curso d'água a outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP*¹², se detém a esse período de transições ao estudar a disciplinarização do saber histórico no curso superior de História e Geografia da pioneira Universidade de São Paulo (USP) nos anos iniciais de sua existência, enfocando a história ensinada e, ainda, a construção de um legado em torno da atuação de professores franceses, cuja influência tem sido sobremaneira exaltada no que tange ao estabelecimento daquele curso. Partindo de suas análises, é possível vislumbrar as disputas institucionais, os diferentes perfis encontrados entre o corpo docente da universidade e as narrativas e construções de memória que contribuíram para a consolidação da noção de que a renovação da História e Geografia no país a partir de meados do século deveu-se “aos franceses e à atividade de seus herdeiros nos cursos da FFCL/USP”¹³, em contraposição ao tradicionalismo e inércia atribuídos aos professores de História do Brasil. No segundo capítulo do trabalho, Costa apresenta comentários bastante pertinentes ao recorte desta pesquisa. Ao tratar da relação entre o curso de História e Geografia da USP e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, a autora destaca a influência deste na criação daquele, visto mais como uma atividade paralela do que uma superação. Salientando a especificidade e importância do período, afirma:

[...] o período das décadas de 1930 e 1940 não ganha contornos muito definidos nos estudos de história da historiografia. É um período de transição entre regimes de produção. Os estudos da área já não mais enquadram o período sob a égide das academias literárias e institutos históricos. Mas a produção universitária (nos moldes como a definimos hoje) tampouco é significativa, ou até mesmo existente. [...] Resta, portanto, um campo a ser explorado que é este até a sistematização e consolidação da pesquisa histórica na universidade no país¹⁴.

É nessa lacuna que se insere o recorte da tese de Fábio Franzini, *À sombra das palmeiras: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959)*¹⁵, a qual toma como objetivo “reconstituir os caminhos que viabilizaram e difundiram, materialmente, as novas interpretações historiográficas sobre

¹² COSTA, Aryana Lima. **De um curso d'Água a Outro: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP**. 2018. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

¹³ Ibidem, p. 54.

¹⁴ Ibidem, p. 81.

¹⁵ FRANZINI, Fábio. **À sombra das palmeiras: A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional(1936-1959)**. 2006. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

o Brasil surgidas a partir da crucial década de 1930 até meados dos anos 1950”¹⁶. Se dedica, então, ao estudo de um segmento que se interpôs entre as produções dos institutos históricos e das universidades, tornando-se um importante meio de divulgação do conhecimento histórico nesse momento: a publicação de coleções brasileiras pelo mercado editorial em ascensão. Para além da Coleção Documentos Brasileiros (1936), objeto central do autor, publicada pela Livraria José Olympio, podem ser mencionadas a série Brasileira (1931), da Companhia Editora Nacional, a Coleção Azul (1932), da Editora Schmidt, e a Biblioteca Histórica Brasileira (1940), da Livraria Martins. Cada qual com suas particularidades, as coleções estampavam em suas páginas a multiplicidade de interpretações e reflexões acerca do passado nacional incentivadas pelos novos tempos, publicando obras e ensaios de autores variados, biografias, reedições de obras raras ou clássicas e traduções. Ao longo dos capítulos, Franzini, além de lançar observações sobre o meio editorial da época, esmiúça o projeto e criação da Coleção Documentos Brasileiros, que, a princípio dirigida por Gilberto Freyre, revelava uma preocupação com os documentos, com a apresentação de um Brasil real a partir de análises bem documentadas, especializadas e científicas, afirmando-se como uma inovadora e bem acolhida fonte de informação para o público leitor. Como se verá, Hélio Vianna interagiu consideravelmente com essas editoras e coleções, seja publicando nelas algumas de suas obras, seja emitindo pareceres críticos ou elogiosos acerca dos títulos por elas lançados.

Igualmente interessado nas mudanças verificadas na historiografia brasileira sob o regime moderno de historicidade, Fernando Nicolazzi, no artigo *Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica (1926-1936)*¹⁷, analisa a conformação do ensaio histórico como regime historiográfico durante a Primeira República. O ensaísmo, segundo o autor, tendo como importante traço a síntese interpretativa, parecia dialogar com tradições anteriores, notadamente a noção oitocentista de história filosófica. Esta, marcada pela preocupação em descrever grandes movimentos históricos por meio da síntese de cunho filosófico, acrescida dos princípios do método crítico moderno, contribuiu para a formação do “conceito moderno de história”, o qual representou um parâmetro para a escrita da história durante o século XIX.

¹⁶ Ibidem, p. 12.

¹⁷ NICOLAZZI, Fernando. *Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936*. **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 73, p. 89-110, 2016.

No Brasil, esse modelo, muito difundido quando da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sofreu alterações a partir do impacto das ideias do célebre historiador Capistrano de Abreu (1853-1927), que passa a propor o uso, pelo historiador, do aporte teórico fornecido pelas ciências sociais para a elaboração das sínteses. Nicolazzi identifica, então, o surgimento de um novo regime historiográfico no início do período republicano, caracterizado pela “tensão entre a erudição crítica e a síntese narrativa, a qual passava gradualmente das referências filosóficas para matrizes relacionadas às ciências sociais, deslocando, também, o papel definido para as práticas eruditas”¹⁸, com peso para a matriz sociológica. Assim, “A síntese implicava um olhar de conjunto, voltado para os dados não aparentes do processo histórico, e que, dessa maneira, demandavam menos o fardo da erudição do que o esforço concentrado de interpretação. Os ensaios históricos, nesse sentido, vieram ao encontro dessas expectativas”¹⁹. Com o estabelecimento das universidades ao longo da segunda metade do século XX, entretanto, o ensaio perde espaço para um novo modelo historiográfico, ligado à historiografia acadêmica. A categoria de *regimes historiográficos*, sistematizada por Nicolazzi com base em escritos de François Hartog e Gérard Lenclud²⁰, será metodologicamente conveniente às nossas análises à medida que considera as diferentes formas de escrita e expressão da história em um regime de historicidade²¹ dominante e os discursos que cumprem diferentes protocolos e são legitimados/consumidos por diferentes públicos²², muitas vezes em disputa, nesse regime.

Por fim, destaco o texto *Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960*²³, de autoria de Fábio Franzini e Rebeca Gontijo, o qual inspirou grande parte das discussões levantadas neste trabalho. Nele, os autores pretendem mapear os caminhos que permitiram localizar, na primeira

¹⁸ Ibidem, p. 104.

¹⁹ Ibidem, p. 106.

²⁰ HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. São Paulo: Autêntica, 2013.; HARTOG, François; LENCLUD, Gérard. Traversées dans le temps. **Annales HSS**, n. 5, 2006.; LENCLUD, Gérard. Regimes d'historicité. In: DUTU, Alexandre; DODILLE, Norbert. **L'état des lieux en sciences sociales**. Paris: L'harmattan, 1993.

²¹ A expressão, amplamente discutida por François Hartog na obra *Regimes de historicidade: Presentismo e experiências do tempo*, refere-se, grosso modo, às experiências e relações mantidas pelas sociedades com o tempo, manifestas, entre outros domínios, na historiografia. Cf. HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. São Paulo: Autêntica, 2013.

²² NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **História Hoje**, v. 8, n° 15, p. 203-222, 2019.

²³ FRANZINI, Fábio; GONTIJO, Rebeca. *Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960*. In: SOIHET, Rachel. (Org.) **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 141-160.

metade do século XX, o surgimento de uma moderna historiografia brasileira, em muito ligada às produções de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Essas produções, de maneira geral, destoavam da chamada historiografia tradicional e muniam-se de um novo aparato teórico-metodológico, o qual apregoava a necessidade de novas abordagens, temáticas e concepções de fonte para a pesquisa histórica e, considerado inovador para a época, acabou por canonizar e tornar clássicos, em pouco tempo, os autores mencionados. Franzini e Gontijo alertam para o fato de que esse legado, entretanto, fez com que por algum tempo se tornasse um lugar-comum, entre as pesquisas da área, voltarem-se à década de 30 considerando-a uma ruptura entre uma historiografia tradicional, positivista, oficial, homogênea, dos institutos históricos, e uma história renovada, das interpretações, limitada à “tríade consagrada”²⁴, o que consiste em uma visão reducionista uma vez que não permite entrever “a diversidade, o dinamismo e a vitalidade da produção historiográfica brasileira do novecentos”²⁵.

A proposta desta pesquisa se forjou, portanto, à luz das questões suscitadas pela leitura da bibliografia específica, em parte exposta nesta introdução, e das indagações surgidas durante uma investigação anterior. Desenvolvi, ao longo da graduação em História, a pesquisa *Historiografia e Estado Novo: estudo da subseção Literatura Histórica em Revista Cultura Política*²⁶, com o objetivo de identificar e analisar, por meio dos comentários e resenhas sobre publicações recentes feitos por Hélio Vianna naquela subseção, seus posicionamentos, opiniões e escolhas, bem como algumas das características da historiografia brasileira das décadas de 1930 e 1940. Durante a execução da pesquisa destacaram-se alguns elementos, como a relação crítica de Vianna com a historiografia do período – a desaprovação à superioridade da história social em ascensão e à popularidade dos ensaios e monografias em detrimento dos longos e aprofundados estudos –, sua admiração por Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu, sua simpatia por Portugal, suas concepções de História e preocupações relativas ao fazer historiográfico e ao ofício do historiador, de modo geral. Viu-se, então, a necessidade de desdobrar o estudo de tais aspectos, agregando à análise novas fontes e problemáticas.

²⁴ Ibidem, p. 160.

²⁵ Ibidem, p. 142.

²⁶ OZELIN, Laura Duarte. **Historiografia e Estado Novo: estudo da subseção Literatura Histórica em Revista Cultura Política**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2020. Processo FAPESP número 2020/04039-2.

Os objetivos estabelecidos para a pesquisa se ligam, assim, às seguintes questões: quais são as práticas científicas e concepções de história deste autor? Que história do Brasil construía e defendia? Que relações mantinha com a historiografia do período, com as ideologias e arranjos de poder do momento em que viveu? Que papel atribuía ao ensino de História? De que forma os saberes encontrados em suas obras foram expressos em sua produção didática? De que modo, em que situações e a partir de que estratégias atuou historiográfica e politicamente em seu entorno, na intenção de difundir suas convicções? Hélio Vianna pode ser considerado, de fato, um homem conservador, reacionário, anômalo, “desconectado” de seu tempo?

As fontes selecionadas para análise podem ser divididas em dois grupos principais. O primeiro é formado por textos que possibilitaram a apreensão de características da face historiadora/pesquisadora do autor: trabalhos publicados em volumes – *Formação Brasileira* (1935), *Estudos de História Colonial* (1948) e *Estudos de História Imperial* (1950) –, notas críticas sobre obras de outros autores e artigos publicados na *Revista Cultura Política*, em especial na subseção Literatura Histórica. O segundo grupo conta com textos relacionados ao ensino e/ou que apresentam reflexões de Vianna sobre o assunto e inclui, além de livros didáticos de História do Brasil para as séries ginásial e colegial, artigos sobre o ensino de História do Brasil e da América e, por fim, uma entrevista, concedida em 1959, em que o historiador versa sobre a necessidade de reformas curriculares. O recorte temporal admitido para a investigação (1935-1959) se baseia nas datas de publicação das fontes.

Como já expusemos, partimos da hipótese de que Hélio Vianna foi um historiador multifacetado. Durante a execução da pesquisa, essa característica sobressaiu na leitura dos documentos, levando-nos à decisão de organizar os capítulos da dissertação de modo que cada um guarde relação com uma face, ou função, exercida pelo historiador. “FACES” que não devem supor a existência de “máscaras” ou modos de agir diametralmente diferentes entre si. “Funções” que não devem levar ao entendimento de que as tarefas desempenhadas pelo autor se diferem radicalmente e atendem a fins díspares, como era o caso dos famosos polígrafos do século anterior. Faces e/ou funções, na verdade, que conformam o perfil de Hélio Vianna como um historiador do século XX²⁷.

²⁷ Deve-se esclarecer que os termos “função” e “autor” aqui empregados não dialogam diretamente com a noção de “função-autor” proposta por Michel Foucault. Procuramos não perder de vista as discussões ligadas à autoria por ele destacadas, como a não unicidade do sujeito autor, os perigos de uma completa identificação entre contexto-autor-obra e de se admitir a autossuficiência explicativa da escrita em uma obra; nossas análises, entretanto, não se aprofundaram no estudo dos modos de existência, circulação e

No primeiro capítulo, Hélio Vianna é abordado em sua função de autor de historiografia brasileira, e procuramos analisar suas formulações teóricas e explicativas sobre a história do Brasil e as relações travadas por ele no meio historiográfico. São apresentadas as obras *Formação Brasileira* (1935), *Estudos de História Colonial* (1948) e *Estudos de História Imperial* (1950) em seus contextos de publicação e estruturas formais, seguidos do estudo dos principais elementos que se destacam na narrativa do autor: percepções sobre regimes políticos, formação da nacionalidade, passagem do tempo e miscigenação, visões em torno do negro, do branco e do indígena e exaltação da colonização portuguesa. Num segundo momento, são mapeadas nas obras as referências aos cânones Francisco Adolfo de Varnhagen e João Capistrano de Abreu, assumidamente admirados por Vianna, bem como as aproximações e distanciamentos quanto ao modelo de escrita histórica de cada um. O último tópico do primeiro capítulo se debruça sobre o posicionamento crítico em relação à emergente “história social” expresso por Vianna tanto em suas obras, pontualmente, quanto nas resenhas críticas que publicou em jornais e revistas a respeito de obras como *Sobrados e Mucambos*, *Nordeste* e *O Mundo que o Português Criou*, de Gilberto Freyre, e *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda. A partir do estudo destes comentários, perscrutamos que motivações fundamentavam essas discordâncias e qual o significado atribuído pelo autor à “história social”, situando estes debates no momento em que ocorreram e servindo-nos do conceito de regimes historiográficos.

No segundo capítulo tem lugar Hélio Vianna em sua faceta educadora e produtora de livros didáticos para o ensino básico. Buscamos, a princípio, averiguar que posicionamentos o autor adota ao produzir obras para os ensinos ginasial e colegial, ambientes dos quais esteve afastado em boa parte de sua vida profissional, bem como as expectativas que depositava no ensino de história. Para isso, tomamos como fonte os artigos “O ensino de História do Brasil” (1943) e “Ensino e conceito de História da América” (1943), publicados na *Revista Cultura Política*, e “O ensino da História do Brasil” (1958), no *Jornal do Commercio* (RJ). Destaca-se a importância, em seu pensamento, da história como disciplina escolar, atrelada à formação cívica, à integração e ao progresso da nação. Examinamos, em seguida, as obras *História do Brasil para a*

funcionamento do discurso do historiador na sociedade em que operou, tampouco concebemos Hélio Vianna como fundador de discursividade continuamente retomado, reinterpretado e modificado por outros discursos. FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: _____. **Ditos & Escritos III**. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298.

primeira série ginásial (1952), *História do Brasil Colonial para a segunda série colegial* (1952) e *História do Brasil Independente para a terceira série colegial* (1953), produzidas sob a reforma curricular de 1951. São apresentados os principais pontos que regeram este programa oficial, a distribuição de capítulos e conteúdos e a composição gráfica das obras, além de explorarmos a opinião do próprio autor sobre o currículo, manifestada em entrevista cedida ao *Jornal do Commercio* em 1959.

No último capítulo da dissertação, enfocamos Hélio Vianna em sua função de orientador da historiografia nacional, função pretendida por ele e referendada pelo grupo político-ideológico a que se vinculava. Suas publicações são atravessadas por uma escrita combativa, pelo desejo de inserção em debates historiográficos e pela divulgação e prescrição de fontes e temas para os estudos históricos, o que indica o interesse de que suas ideias e práticas excedessem o espaço de sua própria obra, projetando-se na historiografia presente e futura. A primeira parte do capítulo trata da ligação de Hélio Vianna com o regime de Getúlio Vargas e com a esfera oficial da atividade intelectual. Analisamos sua colaboração na *Revista Cultura Política* e constatamos a existência de numerosos textos seus também em outras seções de cunho histórico do periódico para além da subseção Literatura Histórica – como “História” e “Textos e Documentos Históricos” –, levando-nos à compreensão de que foi confiada a ele, como especialista na área, a responsabilidade de conduzir boa parte das discussões e divulgações históricas naquele espaço. A função de orientador pôde ser percebida também em outro suporte: suas obras publicadas. *Estudos de História Colonial* e, ainda mais, *Estudos de História Imperial*, contêm indicações e transcrições de documentos, alguns deles inéditos, que, além de terem servido de fonte ao historiador, poderiam também ser úteis aos leitores, potencialmente outros historiadores, em suas análises. Ao final discutimos a postura, aparentemente contraditória em relação a essas tendências, apresentada por Vianna na condução da cátedra de História do Brasil na FNF, onde, segundo relatos de ex-alunos, agia de maneira autoritária e se opunha ao desenvolvimento de pesquisas científicas.

Esclarecemos, por fim, que para além das já mencionadas categorias *regimes historiográficos* e *regimes de historicidade*, os debates aqui apresentados se inspiraram metodologicamente nas noções de *operação historiográfica*, de Michel de Certeau²⁸, e de

²⁸CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

campo científico, de Pierre Bourdieu²⁹. Tais noções nos alertam para que sejam levadas em conta as tendências, filiações ideológicas/institucionais e lugares de produção a que Hélio Vianna esteve vinculado, de modo que seus escritos possam ser concebidos como produtos, frutos de escolhas feitas dentre um espectro de possibilidades e que nos permitam, de alguma forma, vislumbrar suas práticas científicas. Do mesmo modo, não perderemos de vista a sua movimentação pelo peculiar campo historiográfico brasileiro daquelas décadas e as trocas simbólicas contidas nas relações travadas com seus pares e no pertencimento a agremiações intelectuais e cargos públicos.

²⁹ BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). **Bourdieu – Sociologia**. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39, 1983.; _____. **Razões Práticas – Sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

CAPÍTULO 1

HÉLIO VIANNA, AUTOR DE HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Assumimos como propósito, neste capítulo, abordar Hélio Vianna em sua função de autor de historiografia brasileira, com destaque para as interpretações que formula para explicar a formação brasileira, os elementos teóricos balizadores de sua operação historiográfica e as relações que estabelece com alguns dos modelos de escrita histórica vigentes naquele período, simbolizados aqui pelas produções de Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre. Para tanto, tomaremos como objeto de análise obras de História do Brasil e críticas historiográficas de sua autoria publicadas na imprensa³⁰.

1.1 História do Brasil, teorias e narrativas

1.1.1 A publicação de *Formação Brasileira*, *Estudos de História Colonial* e *Estudos de História Imperial*

Que marcos temporais e de sentido Hélio Vianna estabelece para a história da nação? Quem são os atores protagonistas e figurantes desta a um só tempo extensa e fragmentada peça? Buscaremos, na primeira parte do capítulo, encontrar as respostas para essas perguntas a partir da análise das obras *Formação Brasileira* (1935), *Estudos de História Colonial* (1948) e *Estudos de História Imperial* (1950), as quais, apesar de assumirem formatos diferentes e terem sido publicadas em momentos distintos, têm em comum o fato de apresentarem interpretações sobre a história do Brasil e poderem nos informar algumas particularidades que caracterizam o pensamento do autor. Situemos, agora, a publicação de cada uma delas.

Formação Brasileira foi a primeira obra completa publicada por Hélio Vianna, vinda a público em 1935 pela Livraria José Olympio Editora como quinto número da coleção Problemas Políticos Contemporâneos. Configura-se como uma obra de síntese, organizada em quinze capítulos temáticos, não necessariamente cronológicos³¹, em que são apresentadas suas teorias em torno da formação política, geográfica, econômica e

³⁰ Nos casos em que forem reproduzidas citações diretas das fontes, optaremos por manter suas grafias originais.

³¹ A obra apresenta alguns capítulos dispostos de forma a obedecer a uma sequência de acontecimentos e ciclos econômicos, mas também é entremeada por capítulos temáticos, como “Política Exterior do Império e da República” e “Synthese de uma Historia da Educação no Brasil”. Observa-se também uma escrita mais livre, com referências bibliográficas inseridas no corpo do texto, mas não especificadas nos rodapés.

social brasileira, de modo a identificar nesse processo os êxitos e, sobretudo, os percalços de nossa formação, cujos efeitos negativos ainda se faziam sentir. Esse objetivo se coaduna com os da própria coleção³², que, segundo Laurence Hallewell, era uma coleção “de Plínio [Salgado] e seus correligionários” e podia ser classificada como “pura propaganda integralista”³³, reunindo títulos como *O Quarto Império*, de Gustavo Barroso, e *Estado Moderno*, de Miguel Reale, trabalhos que buscavam promover a ideologia do movimento e estabelecer um diálogo com a situação do país, indicando caminhos para que suas mazelas fossem superadas.

O sociólogo Alexandre Pinheiro Ramos³⁴ assinala que a atividade intelectual consistiu em um fator de sustentação primordial da ação integralista e se revestia de um caráter pragmático e propositivo, vide sua organização como partido político, o grande número de livros escritos por seus principais membros e as séries de conferências realizadas em todo o território nacional como parte das chamadas “bandeiras integralistas”. A aproximação de Hélio Vianna com o integralismo marcou o início da sua trajetória intelectual, e seus primeiros contatos com o líder Plínio Salgado se deram ainda no Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos (CAJU)³⁵ da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, onde formou-se em Direito em 1932. Ainda na primeira metade da década de 30, em 1934, tornou-se secretário de *A Offensiva*, jornal integralista de alcance nacional, e ofereceu um curso de História Política e Social do Brasil no Departamento Provincial de Estudos da Ação Integralista Brasileira, no Rio de Janeiro³⁶, o que demonstra sua contribuição e envolvimento direto com a AIB, principalmente no terreno histórico. O referido curso foi adaptado e publicado em volume no ano seguinte, dando origem a *Formação Brasileira*. Embora a obra não apresente referências diretas ao integralismo e um teor propagandístico evidente como se observa em outros volumes da coleção, é possível identificar, em seus enunciados, elementos familiares aos partidários

³² A Coleção Problemas Políticos Contemporâneos foi criada em 1934 e se estendeu até 1937, quando a AIB foi dissolvida com a implantação do Estado Novo. Reuniu 19 títulos.

³³ HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil: Sua História**. São Paulo: EdUSP, 2012. p. 495.

³⁴ RAMOS, Alexandre Pinheiro. **Intelectuais e carisma: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930**. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.; _____. *Intelectuais, livros e política*: Schmidt Editora, José Olympio Editora na divulgação do Integralismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 641-666, jul./dez. 2015.

³⁵ O Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos foi um forte núcleo de apoio integralista junto à juventude universitária do Rio de Janeiro. Ali, além de Hélio Vianna, intelectuais como San Tiago Dantas e Américo Jacobina Lacombe puderam entrar em contato com aquelas ideias.

³⁶ CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Hélio Viana. In: _____. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/viana-helio>.

do movimento, tais como a valorização de uma forte integração política e moral no país, a crítica ao sistema republicano e suas múltiplas fragmentações, o elogio ao catolicismo colonizador e a necessidade de um retorno ao domínio espiritual.

Se na década de 1930, com *Formação Brasileira*, o bacharel em Direito Hélio Vianna dava seus primeiros passos no mundo das letras, vamos encontrá-lo treze anos mais tarde em um novo empreendimento editorial, dessa vez em uma condição distinta. Sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro³⁷, membro da Sociedade Capistrano de Abreu, catedrático de História do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil e de História da América na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e autor de diversas obras e artigos, era agora incontestavelmente reconhecido entre seus pares como um historiador profissional. Seus *Estudos de História Colonial* (1948) estamparam a capa da série Brasileira, da Companhia Editora Nacional, em seu 261º volume, seguidos, dois anos depois, pelos *Estudos de História Imperial*, 269º volume da série.

Estudos de História Colonial e *Estudos de História Imperial* – para evitar repetições, adotaremos as abreviações *EHC* e *EHI* –, ao contrário de *Formação Brasileira*, não são obras de síntese. Reúnem, respectivamente, quatorze e dezesseis textos independentes, os quais não se estruturam como capítulos, não estabelecem uma continuidade entre si e possuem naturezas variadas: textos biográficos, ensaios, transcrições e comentários de documentos, entre outros. Ambas apresentam textos não inéditos, publicados por Hélio Vianna em outros veículos e em outros momentos, às vezes com uma diferença de anos. É o caso, por exemplo, de “Ensino e Conceito de História da América”, em *EHC*, publicado em junho de 1943 na *Revista Cultura Política*, e de “Cartas do Duque de Caxias ao Tenente-General Caldwell”, em *EHI*, publicadas em 1942 na *Revista Militar Brasileira*. A prática de republicar textos, embora fosse comum entre os autores daquele período, pode denotar a intenção de que seu conteúdo alcançasse uma maior visibilidade, considerando o sucesso editorial da série Brasileira naquele contexto e o lugar de destaque conquistado por Hélio Vianna no meio historiográfico.

Apesar das diferenças de estrutura e da distância temporal entre a publicação de *Formação Brasileira* e *Estudos de História Colonial* e *Imperial*, o pensamento delineado pelo autor acerca de pontos essenciais que envolvem a história nacional permanece,

³⁷ Ingressou no IHGB como sócio efetivo em dezembro de 1944 e passou a sócio benemérito em agosto de 1960. Cf. Perfil de sócio de Hélio Vianna no IHGB. Disponível em: <https://ihgb.org.br/perfil/userprofile/H%C3%A9lio%20Viana.html>

segundo nossas análises, bastante linear, levando-nos à escolha de considerá-las conjuntamente de modo que se possa discorrer sobre como o Brasil e os brasileiros são apreendidos e construídos por este historiador.

1.1.2 A História do Brasil, a História lusa e sua indissociabilidade

Antes de mais nada, deve-se observar que a história do Brasil para Hélio Vianna só tem início com o “Descobrimento”, e o século XVI é considerado nosso “primeiro século”. Essa noção é anunciadora de outras que compõem a narrativa produzida pelo autor. Uma delas é a visão que expressa a respeito dos povos originários, não raro referenciados como “selvícolas”, “selvagens”, “bárbaros”, “gentios” e ingênuos, sem direito à soberania sobre o território. Uma história herdeira de um sistema de produção moderno ocidental, que, escrita no presente, procura distinguir-se do passado, encerrando nele aqueles corpos que não devem passar de objetos a serem explorados narrativamente. Uma história, portanto, fabricada e contada a partir de um olhar externo, de uma escrita conquistadora³⁸.

Outra noção é a de que, numa escala evolutiva, o Brasil era ainda uma nação jovem, cujas bases e condições de possibilidade para equiparar-se a nações consideradas maduras e civilizadas se deveram justamente ao passado colonial português. Seu esquema interpretativo, aliás, se desenvolve predominantemente num sentido evolutivo e teleológico, de modo que cada evento ocupa um lugar definido e esperado no tempo da nação ou, ainda, no tempo universal.

A história do Brasil tem sua gênese nos acontecimentos peninsulares que antecederam a expansão marítima portuguesa, o que pode ser bem observado na organização dos capítulos de *Formação Brasileira*, que tem início com as “Preliminares europeias”. Nessa obra, a formação nacional é associada à expansão geográfica e aos ciclos econômicos, e cada um deles tem sua importância no quadro de eventos que levaria à conformação do Brasil em nação unificada em princípios do século XIX.

Sustenta-se a tese de que a dilatação no período colonial ocorreu gradualmente por meio de quatro núcleos: Bahia; Pernambuco; Maranhão e Pará e Sul e Centro, enquanto os ciclos econômicos foram os do açúcar, da caça ao índio, da criação de gado e do ouro e das pedras. O ciclo do açúcar, robusto durante os séculos XVI e XVII,

³⁸ CERTEAU, op. Cit., 1982.

especialmente no litoral nordestino, gerou grande prosperidade, contou com grande força humana – a escravização de africanos – e fez emergir a poderosa figura do senhor do engenho, em torno da qual ergueram-se clãs. O “ciclo da caça ao índio”, ocorrido predominantemente na porção Centro-sul, com destaque para a capitania de São Vicente, almejou a “pacificação” e mesmo a escravização de indígenas, cuja presença e reação seriam um empecilho ao avanço da dilatação territorial. Essa ação possibilitou a exploração e povoamento de algumas partes dos atuais estados do Mato-Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Maranhão, Pará e Amazonas. O ciclo do ouro e das pedras, ocorrido no século XVIII, enfraqueceu o da caça ao índio, gerou enriquecimento metropolitano e colonial e incentivou uma expressiva migração interna na Colônia em direção às minas, em um processo de rápido povoamento. O ciclo da criação de gado por essa mesma época é bastante valorizado por Vianna, uma vez que, partindo da Bahia e de Pernambuco, atingindo depois também o Centro-Sul, foi responsável pelo povoamento do sertão, do interior do país, e ocasionou grande mestiçagem, sendo o caboclo nordestino o seu maior símbolo. Para o autor, foi a criação de gado a atividade que consagrou a união do Norte com o Sul, em uma verdadeira consolidação íntima do Brasil³⁹, cujo coração é o interior, a parte “mais brasileira de todas”⁴⁰.

Da mesma forma que ocorre com desenvolvimento econômico-geográfico, o desenvolvimento político obedece a tal ritmo compassado e entrelaçado. Os períodos a que convencionamos classificar como colonial, imperial – para Hélio Vianna, “monárquico” – e republicano se sucedem de uma forma quase natural.

O período colonial simboliza uma etapa fundamental, de expansão territorial e progresso material, alcançados com grandes e numerosos sacrifícios. Também data deste período a formação da nacionalidade brasileira, que tem seu germe ainda no século XVII, durante os episódios de invasões holandesas, quando, embora distante dos contornos geográficos que viria a ter posteriormente, a Colônia já dava mostras de sua “vontade de formar uma nação” e do surgimento de um incipiente espírito nacional entre seus habitantes. Diante da ameaça estrangeira, teria havido uma união solidária da sociedade heterogênea – formada por indígenas, negros, portugueses natos e “brasileiros” – e das

³⁹ Hélio Vianna cita sua inspiração em Capistrano de Abreu e ressalta a necessidade de que fossem mais reconhecidos pela historiografia os esforços despendidos por portugueses e brasileiros na conquista do Norte do Brasil, tanto quanto o foram no Sul com os paulistas bandeirantes.

⁴⁰ VIANNA, Hélio. **Formação Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935. (Problemas políticos contemporâneos n. 5). p. 86.

capitanias contra o inimigo comum, o que resultou em uma vitória após muitas lutas e dificuldades:

É inevitável que nessa victoria se deva ver mais a consequencia de uma solida, comquanto incipiente, comprehensão do espirito nacional, que a simples repulsa de invasores [...] a solidariedade então de novo patenteada entre os filhos da espalhada colonia, muito serviu para provar a existencia de um valioso nexos entre os varios nucleos de povoamento do paiz, circumstancia do mais alto valor para o seu futuro como nação independente e caracterizada⁴¹.

Este espírito nacional hostil ao estrangeiro nunca agiu, porém, em desabono do elemento português, convertendo-se em nativismo⁴². Movimentos como a Guerra dos Emboabas e a Inconfidência Mineira, em geral considerados nativistas, têm esse caráter negado por Hélio Vianna, que não vê neles mais do que protestos locais, de reduzida importância e que não implicaram em sérias desarmonias para a nação, tanto – argumenta – que muitos destes conflitos contaram com a presença de portugueses natos, lutando em favor do Brasil. Com isso, subestima tanto os levantes em si quanto os autores que os descrevem como tal. Sobre a Inconfidência Mineira⁴³, por exemplo, afirma que foi o “mais adulterado dos levantes brasileiros, que aliás não passou de uma tentativa” e que “tem sido um vasto campo para as imaginações ferteis em achar exemplos de nativismos e de reivindicações libertadoras”⁴⁴.

Conquistadas as bases territoriais, povoado o território e gestado o sentimento nacional, faltava ainda uma força agregadora que consolidasse a união nacional. Essa força é encontrada na vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, seguida pela Independência e pela Constituição de 1824, as quais garantiram ao país uma unidade política nunca antes testemunhada. A transferência da Corte portuguesa, a elevação do Brasil a Reino Unido (1815) e a proclamação da Independência (1822) sinalizam apenas o início dessa unificação. A emancipação política é entendida como um movimento influenciado pelo “espírito da época”, que já vinha se manifestando em eventos externos, como na Revolução Francesa e na Independência dos Estados Unidos. O Primeiro Reinado, tempo de adaptações à nova ordem de coisas, se mostrou fértil em conflitos nas províncias e entre os poderes constituídos, pois “o espírito da época chocava-se com

⁴¹ Ibidem, p. 52.

⁴² Aqui, empregamos “nativismo” para nos referirmos ao sentimento de hostilidade desenvolvido por uma população nativa diante do subjugo político e cultural do colonizador.

⁴³ Uma diferença percebida entre *Formação Brasileira* e obras posteriores é que nesta são refutados os historiadores que enxergavam nestes movimentos do século XVIII a influência dos pensamentos liberais cultivados na França e nos Estados Unidos, ao passo que, anos depois, passa-se a admitir tal influência.

⁴⁴ VIANNA, op. Cit., 1935. p. 105.

antecedentes absolutistas ainda muito próximos, faltando a esse ambiente qualquer facilidade para rápidas adaptações”⁴⁵. O Segundo Reinado, por sua vez, é percebido como a “nossa época mais impressionante”, quando nos foi possível concretizar a liberdade e a união desejadas e reunir condições para o ingresso no “mundo civilizado”, sendo D. Pedro II inteiramente excepcional na condução do Poder Moderador implantado desde a Constituição de 1824, instrumento centralizador benéfico e coerente com as tendências brasileiras.

Produzindo uma quebra na sequência evolutiva esperada para a História da nação surge no horizonte a República, regime que, segundo Hélio Vianna, foi capaz de arruinar boa parte da obra construída por quase quatro séculos. Para ele, a implantação da República no Brasil foi “fundamentalmente chocante com a evolução social que vinha se processando no país, debaixo da segurança propiciada pela monarquia”⁴⁶ e ocorreu como resultado de uma indisciplina surgida no meio militar, que, explorada politicamente pelos poucos republicanos existentes no país, culminou com a sua proclamação em 15 de novembro de 1889, em meio a ímpetos e desencontros. Desde então, apenas infortúnios trazia ao Brasil e é veementemente criticada em seus principais pontos. O federalismo, “artigo de importação, como tantos outros, destituído de ligação mais profunda com os nossos antecedentes históricos”⁴⁷ seria o elemento mais danoso ao desenvolvimento político, espiritual e moral da nação, gerando fragmentações cujo reparo não era previsto no curto prazo. Também são direcionadas críticas à união civil-militar, às violências ditatoriais com que se reprimiram protestos em seus primeiros anos e o laicismo do ensino, em tudo desfavoráveis ao país.

A valorização de um passado colonial e imperial glorioso, contraposto a um cenário de crise advindo da condição republicana foi uma tônica para parte da intelectualidade das décadas de 30 e 40. Conforme apontam os estudos de Lúcia Lippi de Oliveira, Monica Pimenta Velloso e Angela de Castro Gomes⁴⁸, o contexto de crise econômica e guerras mundiais fez com que ficassem expostos, ainda mais claramente, os

⁴⁵ Ibidem. p. 122.

⁴⁶ Ibidem. p. 183.

⁴⁷ VIANNA, Hélio. **Estudos de História Colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948. (Brasiliense, vol. 261). p. 36.

⁴⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982. Cf. GOMES, op. Cit., 1996.; VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os Intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 1987.; OLIVEIRA, Lucia Lippi de; GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATLEY, Maria Celina. **Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 30**. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

inconvenientes do modelo liberal e racionalista. No Brasil, a reação a estes princípios se expressou na valorização da história e na busca pela tradição e pela compreensão das bases da nacionalidade, do inconsciente coletivo. A República brasileira, federalista e liberal-democrática, implantada sob influência de pensamentos estrangeiros, “alienígenas”, marcava o distanciamento da realidade nacional e a perda de contato com as tradições da política colonial e imperial⁴⁹ e precisava ser superada, tornando-se objeto de reflexão de intelectuais considerados autoritários, como Almir de Andrade e Azevedo Amaral. As tentativas de superação dessas falhas foram buscadas com a Revolução de 1930 e radicalizadas com o golpe do Estado Novo, em 1937.

Hélio Vianna vê a Revolução de 30 como a maior das rebeliões brasileiras já havidas, embora não considere que tenha chegado a ser uma “revolução” de fato. Apesar de sua grandiosidade, o movimento, “tendo se feito com insanáveis males de origem, [...] destinava-se a fracassar nos seus objectivos mais altos”⁵⁰, e um exemplo desse fracasso seria a Constituição de 1934, tão refém de cópias e más adaptações quanto a de 1891. Ainda que tenha sido um colaborador do Estado Novo – trataremos desse assunto no terceiro capítulo da dissertação –, Vianna, em *EHC*, também não se mostra satisfeito com a Constituição de 1937 e afirma que a Carta não havia sido bem aceita pela opinião pública e que, mesmo que apresentasse propostas centralizadoras contra o federalismo, não foi capaz de executá-las plenamente. Com isso, o passado de duras lutas e merecidas glórias cedia espaço a um presente desolador e a um futuro incerto. Mesmo que sejam frequentes nos textos analisados o sentimento de inconformismo e a crítica ferrenha ao regime republicano, não encontramos reivindicações diretas de Vianna a um retorno ao sistema monárquico. Na parte final de *Formação Brasileira*, após serem mais uma vez criticadas as práticas políticas do momento, salienta-se a urgência de uma substituição por novas, se se quisesse uma política “mais aperfeiçoada e mais consentânea com a nossa época”⁵¹.

São essas, então, algumas de suas formulações referentes à história brasileira. Mas mais que por regimes políticos e ciclos econômicos, um país é formado por seu povo. Dando continuidade às nossas indagações, questionamos: como é enxergada a

⁴⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tradição e Política: o pensamento de Almir de Andrade. In: _____; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: ZaharEd., 1982. p. 43.

⁵⁰ VIANNA, op. Cit., 1935. p. 192.

⁵¹ Ibidem. p. 257.

composição social brasileira por Hélio Vianna? Como ecoam em sua escrita as indicações lançadas por Carl von Martius no século anterior⁵², relativas à premência de uma historiografia que considerasse a participação das “três raças” no processo histórico, reagindo entre si e contribuindo, cada qual, com o “desenvolvimento físico, moral e civil da totalidade da população”?

O autor adota uma abordagem majoritariamente política e administrativa para narrar a história, com pouco espaço para os aspectos socioculturais. De qualquer modo, a formação da sociedade brasileira é um tema que perpassa necessariamente a sua obra, posto que se trata de um ponto fundamental para qualquer pretensa História do Brasil. Ao optar por iniciar sua *Formação Brasileira* com as “Preliminares europeias” e aludir diretamente aos indígenas e negros em apenas dois capítulos, intitulados “Cyclo da caça ao índio” e “A escravidão dos negros no Brasil”, respectivamente terceiro e décimo primeiro capítulos, Vianna dá o tom de como estes grupos serão tratados em seus escritos.

O indígena é cercado de certa dualidade: de um lado, é ingênuo e digno de proteção, apto à pacificação, à catequese e às alianças com os brancos, influenciando positivamente no aumento populacional e nas conquistas territoriais. De outro, é passível de escravização – nas chamadas “guerras justas” –, repressão violenta e mesmo extermínio quando se revolta e se impõe como um obstáculo ao avanço colonial. A resistência indígena é um assunto bastante presente nas obras consultadas e seus ataques são apresentados como motivo ou pelo menos como um fator relevante para o fracasso de capitanias hereditárias e tentativas de escravização.

O negro, por seu turno, aparece também como um grupo inferior, diretamente ligado à história brasileira pelo trabalho escravo aqui empregado em virtude da inviabilidade da utilização da mão de obra indígena. Aos nativos não é atribuída a preguiça ou a incapacidade inata ao trabalho, como se observa em outros autores. Menciona-se apenas a não adaptabilidade e “repulsa do indígena ao trabalho forçado em

⁵² Carl Friedrich Philipp von Martius (1794-1868) foi um botânico alemão, vencedor do concurso instituído pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em seus primeiros anos em busca de um modelo que teorizasse sobre a melhor forma de se escrever a História do Brasil. Muito elogiada à época, a dissertação “Como se Deve Escrever a Historia do Brazil” foi considerada exemplar ao propor uma história moderna e filosófica para a jovem nação e foi um guia para muitos autores a partir de então. Cf. CEZAR, Temístocles. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **História Cultural: Experiências de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.; GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.; MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 6 (24), p. 389-411, jan. 1845.

benefício dos colonos”⁵³. Apesar disso, concebe-se a escravização indígena como um “compreensível desejo dos brancos – novos na terra e com falta de braços para começar novas atividades”⁵⁴. Defende-se que a escravidão africana, “Adoptada na Europa e volumosamente applicada em toda a America, [...] surgiu como uma necessidade economica de indeclinavel acceitação e sómente como tal conseguiu se sustentar por períodos tão prolongados.”⁵⁵, ou seja, era uma prática comum e foi necessária ao desenvolvimento econômico do país em dado momento. Apesar de reconhecer os “horrores do mercado” e a crueldade de que por vezes se investiam os senhores contra seus escravos, acredita que havia uma abundância de senhores bons e que predominava uma “quasi geral doçura no trato com os escravos”⁵⁶– fato para ele atestado pela concessão de grande número de alforrias voluntárias por estes senhores antes mesmo de assinada a Lei Áurea e pela continuidade do trabalho dos negros naquelas mesmas fazendas posteriormente, na condição de assalariados.

O movimento abolicionista, a aprovação de leis emancipacionistas e a própria Abolição foram, para Vianna, concretizados no momento adequado à evolução brasileira e ocorreram quase que organicamente, movidos sobretudo por um sentido humanitário – a despeito das pressões por interesses fundamentalmente comerciais há décadas exercidas pela Inglaterra. O movimento afigura-se como possuidor de “todas as características de um gradativo movimento de opinião, que apparece apenas oficialmente. Obtem adeptos, consegue victorias parciaes, passa a ser uma aspiração geral e, por ultimo, empolga a todo o paiz, nenhum interesse o podendo deter em sua marcha para a realisação final”⁵⁷. Dessa forma, a Abolição é entendida em termos positivos e os clamores por sua efetivação, tendo assumido um caráter coletivo, representaram uma “verdadeira demonstração de força do espírito nacional, que com êle[s] amplamente exhibiu sua perfeita madureza”⁵⁸.

Um resultado significativo da introdução do “elemento negro” na sociedade brasileira foi a expressiva miscigenação, para o historiador ocorrida quase sem choques e facilitada pela “ausencia de preconceitos de côr entre os portuguezes”⁵⁹, o que fez com que a maior parte da sociedade colonial fosse composta por negros e mestiços. Essa

⁵³ VIANNA, op. Cit., 1948.p. 83.

⁵⁴ Ibidem, p. 82.

⁵⁵ VIANNA, op. Cit., 1935.p. 147.

⁵⁶ Ibidem, p. 153.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ VIANNA, Hélio. **Estudos de História Imperial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950. (Brasiliense, vol. 269). p. 304.

⁵⁹ VIANNA, op. Cit., 1935.p. 150.

miscigenação aconteceu aqui de modo muito particular, uma vez que os portugueses, “súditos de reis ‘católicos’ e ‘fidelíssimos’”, ao fundirem-se com o meio americano e com povos estrangeiros, teriam encontrado contingências que os obrigaram a uma adaptação, identificada por uma maior flexibilidade e pelo surgimento de “uma moral especialíssima, que não enxergava nenhum mal nesses factos que as relações sexuaes entre a ‘casa grande’ e a ‘senzala’ originavam”⁶⁰, o que, entretanto, não anulava o catolicismo do português.

Menciona – sem entrar em detalhes – como contribuições africanas para a formação brasileira o “folk-lore, as credences, a alimentação, as diversas manifestações artísticas, a agricultura, os costumes”, que em interação com as práticas culturais portuguesas e indígenas moldaram a sociedade. Um aspecto que merece ser sublinhado é que Hélio Vianna, na obra de 1935, apresenta a miscigenação como um “problema” decorrente da escravidão e expõe números, sem indicação de fonte, que apontam para uma crescente diminuição dos negros no Brasil após 1888, chegando a precisar uma porcentagem, no momento em que escreve, de 70% de população branca, 7% de negros e o restante de mestiços, o que o faz crer que “ahi se encerra mesmo a certeza de que a coexistencia de brancos e negros não é um problema para nós”⁶¹. Essa teoria, claramente equivocada e de lastro eugenista, não é recuperada em obras posteriores.

A mistura de brancos e indígenas, ao contrário, traz consigo uma carga positiva, uma vez que deu origem aos sempre lembrados mamelucos, cuja força e atuação na defesa do território e expansão das fronteiras brasileiras não só no Sul, mas também no Norte, constituem um considerável serviço prestado ao Brasil. Nesse sentido, colocam-se em evidência os primeiros donatários portugueses e seus descendentes nascidos na nova terra. Um dos melhores exemplos é Jerônimo de Albuquerque (1510-1584) e sua alcunha de “Adão Pernambucano”, em referência ao grande número de filhos que teve, protagonistas em episódios políticos posteriores e nascidos das indígenas brasileiras. Estas também são postas em uma situação de inferioridade. Desconsiderando as violências a que em muitos casos estiveram expostas, afirma que os mamelucos foram tidos “das índias que tanto se honravam em ter relações com os brancos adventícios.”⁶².

Mesmo que as obras analisadas não se vinculem ao propósito de uma história geral e filosófica do Brasil, nota-se que assim como se preconizava no século anterior, em

⁶⁰ Ibidem, p. 152.

⁶¹ Ibidem, p. 155.

⁶² VIANNA, op. Cit., 1948. p. 41.

Vianna o português continua sendo “o mais poderoso e essencial motor”⁶³, e os negros e indígenas têm sua importância reduzida, ligada notadamente às dimensões materiais/econômicas. Nenhuma heroicidade, nenhum traço característico a compor o espírito brasileiro e nenhum esforço, por parte do historiador, na direção de apreendê-los em sua historicidade, em seus aspectos sociais, culturais, linguísticos ou arqueológicos. O ensaio “Brasil Social (1500-1640)”, publicado originalmente em 1940 como separata em *A Restauração e o Império Colonial Português*⁶⁴ e incluído em 1948 em *EHC*, carrega um título sugestivo, que à primeira vista pode indicar ao leitor uma abordagem diferente do padrão historiográfico apresentado até então, o que é um equívoco. O texto explora a formação da sociedade brasileira entre o Descobrimento e a Restauração e evidencia os tipos sociais que a compunham, os esforços realizados com vistas ao povoamento da colônia, os personagens de destaque e a religiosidade. Trata pouco dos costumes, principalmente dos negros, indígenas e do indistinto, mas numeroso “povo brasileiro”, cujo rosto e feitos permanecem desconhecidos. O único momento em que se aproxima de uma abordagem da vida cotidiana colonial é quando reproduz uma longa citação de *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (1583-1601), de Fernão Cardim, em que se encontram descrições das vestimentas e costumes da sociedade pernambucana, onde o destaque é dado para as ambiciosas famílias lisboetas. Aliás, em seção voltada ao estudo da composição da sociedade no período em questão, ao lado dos grupos “ex-donatários: altos funcionários”, “governadores radicados no Brasil”, “órfãos para casar”, “clero regular”, “jesuítas”, “cristãos-novos” e “estrangeiros”, estão os tópicos “A escravidão dos indígenas” e “O tráfico de africanos”, o que demonstra, mais uma vez, a importância econômica destes grupos em seus trabalhos.

A aproximação com a história e historiografia portuguesas, como temos visto e procuraremos demonstrar ao longo do trabalho, consiste em um dos principais pilares que estruturam a compreensão de Héli Vianna sobre a formação brasileira e pode ser encontrada na grande maioria de seus escritos. Em toda parte observam-se referências elogiosas à colonização, responsável por fazer do Brasil a maior e mais homogênea nação do continente americano, possuidora de uma “nacionalidade perfeitamente constituída, material e espiritualmente preparada para a incorporação à civilização ocidental.”⁶⁵. Na

⁶³ MARTIUS, op. Cit., 1845. p. 382.

⁶⁴ Publicada em Lisboa pela Comissão Executiva dos Centenários durante as comemorações centenárias de Portugal.

⁶⁵ VIANNA, op. Cit., 1948. p. 14.

administração, a Coroa se mostrou, na percepção do autor, bastante eficiente, seus erros tornando-se diminutos diante dos frequentes acertos. Seus primeiros contatos com a nova terra, a sábia união com a iniciativa particular na distribuição de donatarias – tendendo sempre, entretanto, à centralização –, o envio de auxílios materiais e humanos em momentos conflituosos na colônia, mesmo em períodos de escassez interna, e a participação na expansão geográfica e na ratificação de acordos diplomáticos são alguns dos pontos positivamente lembrados.

A face moral, espiritual e catequética da colonização é reconhecida na atividade da Companhia de Jesus no Brasil, tema recorrente em seus textos e concebida como “uma das maiores obras jamais realizadas por uma ordem religiosa, em qualquer parte do mundo”⁶⁶. As figuras de Padre Manuel da Nóbrega e José de Anchieta são glorificadas e são destacadas, do primeiro, as qualidades de exímio linguista e do segundo, as de organizador, político e missionário. Os jesuítas teriam desempenhado um papel fundamental na estruturação nacional, concentrando em suas mãos o poder moral e intelectual capaz de proporcionar coesão à nação que se formava. Para além da catequese voltada à iniciação dos indígenas na moral cristã e de sua proteção contra a escravização, os clérigos são venerados por sua interferência na consecução de ganhos políticos/territoriais e, ainda mais, na estruturação do ensino na colônia. Além do texto “Os Jesuítas no Brasil Colonial”, incluído em *EHC*, outros dois, embora não os tragam no título, guardam um lugar especial aos jesuítas: “A educação no Brasil Colonial”⁶⁷, na mesma obra, e “Synthese de uma Historia da Educação no Brasil”, décimo quinto capítulo de *Formação Brasileira*.

Como se vê, é conferida grande relevância aos serviços prestados à instrução na colônia. Isso porque os primeiros estabelecimentos de ensino foram fundados pela Companhia e se direcionavam tanto ao ensino das primeiras letras quanto ao ensino secundário, este em geral voltado às elites, que, após conclusão, tinham a oportunidade de ir à Europa para finalizar seus estudos. Nesse contexto, a Universidade de Coimbra tem uma função importante, porque, segundo Vianna, diferindo-se de outras instituições europeias, fora construída à imagem da sociedade portuguesa e refletia suas tradições. Seria, desse modo, adequada à formação das elites brasileiras à medida que estas,

⁶⁶ VIANNA, op. Cit., 1948, p. 139.

⁶⁷ Segundo informa uma nota de rodapé no próprio texto, uma tese com título homônimo (não se sabe se idêntico) foi apresentada em Lisboa no I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo, em 1938.

recorrendo à “mãe-pátria”, poderiam ter uma formação continuada em um ambiente familiar às suas raízes. Em *EHC*, infere-se que estes intelectuais que tiveram sua formação inicial no Brasil e concluída na Europa deveriam se tornar a elite dirigente do país após a Independência. Defende-se, também, que o fato de a Universidade de Coimbra acolher grande número de estudantes brasileiros eximia a culpa, atribuída a Portugal, de não ter incentivado a criação de universidades no Brasil, a exemplo do que vinha ocorrendo em outros países americanos. Os jesuítas, assim, foram os responsáveis por “abrir as portas da inteligência”⁶⁸ no país, auxiliando na formação dos primeiros brasileiros notáveis. Hélio Vianna lança mão de listas com esses principais nomes, como os de Frei Vicente do Salvador (1564-1636) e do próprio Padre Antônio Vieira (1608-1697) como uma forma de provar a eficiência do ensino jesuíta.

O texto “Os Jesuítas no Brasil Colonial” foi escrito em 1940 e apresentado como conferência na solenidade comemorativa do IV Centenário de Fundação da Companhia de Jesus, promovida pela FNFfi da Universidade do Brasil, instituição em que Hélio Vianna ocupava o cargo de catedrático de História do Brasil. No trecho seguinte é possível perceber o tom extremamente elogioso com que se refere à Companhia, a associação direta que faz entre a faculdade e os estabelecimentos de ensino dos quais os membros da ordem foram os precursores, bem como da função da História e dos “verdadeiros historiadores”:

Aureolada pelo julgamento unânime dos verdadeiros historiadores, que lhe não poupam aplausos, a obra dos jesuítas no Brasil avulta como um dos maiores fatores da própria unidade nacional. Lembrá-la, como o procuramos fazer, em nome da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, herdeira, de certo modo, daqueles que foram os nossos primeiros professores de filosofia, e cujos colégios foram a semente de onde teria de brotar a nossa atual Universidade, - não é, neste momento em que se completa o quarto centenário da fundação da Companhia de Jesus, uma simples comemoração protocolar. E' missão de perfeita justiça de sereno reconhecimento da verdade, tarefa que sómente a História pode e tem autoridade para realizar⁶⁹.

Essa função autorizada e exclusiva da História – e note-se: em inicial maiúscula – é retomada em outros momentos nas obras analisadas, normalmente relacionada à glorificação ou reparação histórica de personagens – em geral portugueses e/ou seus descendentes – e eventos. O conjunto de procedimentos inerentes à disciplina, aliados ao distanciamento temporal dos episódios analisados, parecem ser os elementos que

⁶⁸ VIANNA, op. Cit., 1948, p. 139.

⁶⁹ VIANNA, op. Cit., 1948, p. 153.

legitimam essa atividade pelos historiadores. A partir dessa operação também é possível resgatar os mortos em sua exemplaridade, tornando-os mártires, heróis e agentes vivos do presente, fornecedores de ensinamentos para a posteridade. Nessa conhecida lógica, a história é mestra do presente, com os olhos voltados ao futuro. Pode-se sugerir, com base nas reflexões de François Hartog⁷⁰, que o advento republicano gera uma brecha na percepção temporal do historiador e torna urgente uma interligação passado-presente-futuro. Não se trata de imitar seus antepassados, como se a história se repetisse, mas de considerá-los como exemplares num sentido lato, encorajadores para a construção de um futuro mais digno e seguro. A passagem que se segue nos dá indícios sobre o que pensa Hélio Vianna a esse respeito:

Na hora das atribulações políticas, quando o espírito público sente-se afligido pelas preocupações de ordem geral, quando o *patriota* procura medir as dificuldades que se avizinham de sua Pátria - é então que na primeira linha de suas evocações devem surgir os grandes mortos que atravez dos séculos a constituíram e defenderam. É nesta ocasião que *sugerindo soluções para o presente, fornecendo exemplos e revigorando a fé nos destinos da nacionalidade*, eles nos aparecem fora da frieza das simples biografias, como criaturas vivas, cuja ação definitivamente se integrou na elaboração do país. *Pela mão da História*, é então que vamos retirá-los das páginas tranquilas dos livros - quando diretamente não o fazemos dos manuscritos envelhecidos dos arquivos - e vamos celebrá-los no bronze das estátuas, nas vozes das comemorações, nos hinos da exaltação cívica⁷¹.

O trecho destacado em itálico soa bastante instigante, pois reúne, em uma só frase, pressupostos ligados a concepções antigas e modernas de história. Autores como Hartog e Reinhart Koselleck⁷² inferem que a concepção moderna de história, dominante a partir do século XVIII ao menos no espaço europeu, teve como característica o afastamento da antiga fórmula *historia magistra vitae* ao admitir a unicidade do acontecimento e uma experiência temporal não-cíclica, pautada na ideia de progresso. Diante disso o passado perdia, em tese, o seu brilho e o seu valor de guia. O que se percebe no caso brasileiro, como têm apontado os trabalhos de Temístocles Cezar⁷³, Maria da Glória de Oliveira⁷⁴ e

⁷⁰ HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. São Paulo: Autêntica, 2013.

⁷¹ Ibidem. p. 202. Grifos nossos.

⁷² KOSELLECK, Reinhart. **O futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ, 2006.

⁷³ CEZAR, Temístocles. *Historia magistra vitae*. Ensaio sobre a (in)definição do *topos* nos projetos de escrita da história do Brasil no século XIX. In: PROTÁSIO, Daniel Estudante (Org.). **Historiografia, cultura e política na época do Visconde de Santarém**. Lisboa: Editora do Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019, p. 21-44.

⁷⁴ OLIVEIRA, Maria da Glória. Biografia e *historia magistra vitae*: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 273-294, dez. 2015.

Valdei Lopes de Araújo⁷⁵, é uma particular permanência, ao longo do século XIX, da fórmula *historia magistra vitae*, lado a lado com filosofias da história e condutas científicas modernas. Estendendo-nos um pouco mais, observamos a presença desses traços também na historiografia de Vianna, à medida que ele procura resgatar esses grandes homens em uma dimensão memorialística, exemplar e que reforça valores cívicos inspiradores para o cidadão brasileiro. Essa tendência pode ser encontrada no texto “Matias de Albuquerque”, incluído em *EHC*⁷⁶, do qual foi retirada a última citação. Nele, Vianna empreende uma deliberada promoção histórica deste personagem, que foi Capitão-Mor de Pernambuco, Governador-Geral do Brasil durante a invasão holandesa, Superintendente da Guerra e Visitador e Fortificador das Capitanias do Norte. Hélio Vianna combate historiadores e teorias depreciativas a Albuquerque e lança mão de uma série de documentos de maneira a provar seu comprometimento com as funções de que fora incumbido em vida. Em suma, Matias de Albuquerque (1580-1647) foi um “herói de dois mundos, luso-brasileiro dos mais típicos, defensor da integridade territorial da Pátria que era a de seu pai”⁷⁷, “português do Brasil e [...] brasileiro de Portugal, [...] um homem em quem a idéia de Pátria não comportava o oceano separador”⁷⁸. Um homem, portanto, exemplar, que doou boa parte de sua vida à causa da construção do Brasil guiada por Portugal e que por isso deveria ser amplamente conhecido por seu povo.

Bento Maciel Parente (1567-1642) é outro insigne “luso-brasileiro” merecedor de honras por parte do historiador. Seu mérito é devido à sua ação de sertanista, militar, entradista e administrador entre os séculos XVI e XVII. Ao longo do texto biográfico são apresentados testemunhos, inclusive de contemporâneos a Maciel Parente, que apontam para sua personalidade autoritária e violenta, principalmente contra indígenas, que matava sem hesitar. Mesmo ciente dessas impiedades, Vianna conclui afirmando que

não é impossível a absolvição histórica dos erros do conquistador, tendo em vista os benefícios da obra do militar e do sertanista. O soldado que deu o golpe inicial nos ocupantes estrangeiros do Grão-Pará, o singular previsor do destino fronteiriço do Amapá, *merece que se lhe descontem os excessos cometidos contra os indígenas* e as possíveis deficiências de ação em frente ao desleal invasor do Maranhão em 1641. Em louvor

⁷⁵ ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de (Org.). **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 131-147.

⁷⁶ Uma crônica biográfica de mesmo título já havia sido irradiada por Hélio Vianna no programa radiofônico *A Hora do Brasil* em 29 de agosto de 1935 e o excerto também foi apresentado em conferência em julho de 1943 no Instituto de Estudos Portugueses, publicada em 1944.

⁷⁷ VIANNA, op. Cit., 1948. p. 238.

⁷⁸ Ibidem. p. 202.

de sua participação na história brasileira dos fins do século XVI ao termo do domínio espanhol, falam bem alto os seus indiscutíveis serviços e méritos. Bento Maciel Parente é um *exemplo do alto teor do material humano por Portugal empregado na formação do Brasil*⁷⁹.

O historiador se investe, metaforicamente, do poder do juiz e do sacerdote que concede a unção ao moribundo, absolvendo-o de seus pecados diante da eternidade e, por outro lado, louvando os esforços despendidos na consecução daquele bem maior e transcendente: o Brasil extenso, unido e pacificado à maneira do colonizador, fim que quase sempre justifica os meios empregados.

Por fim, para citar apenas mais um exemplo dessa prática encontrada em profusão na produção historiográfica de Hélio Vianna⁸⁰, consideremos os quatro excertos inseridos em *Estudos de História Imperial* a respeito do Príncipe Gastão de Orléans, o Conde d'Eu: "Gastão de Orléans – O príncipe incompreendido"; "O Conde d'Eu, advogado dos que serviram na Guerra"; "O Conde d'Eu e a colonização do sul de Santa Catarina"; "Os Filhos do Conde d'Eu". Como se observa nos títulos, tais produções voltam-se claramente à promoção, reparação ou justiça histórica do Conde⁸¹, tido como vítima da "mais prolongada incompreensão coletiva de que aqui se tem notícia"⁸². São elencadas, então, suas virtudes de patriotismo, indulgência e dignidade moral, sempre presentes em sua conduta e passadas adiante por meio da educação dos filhos. "Desaproveitado" em vida, inclusive pelo próprio sogro, D. Pedro II, o Conde d'Eu se manteve resignado em suas atribuições e só veio a ter suas qualidades reconhecidas postumamente, mais uma vez pelas mãos da História, entusiasta das efemérides, em seu centenário de nascimento, em 1943.

Inegavelmente, Hélio Vianna desenvolve e reproduz uma visão de mundo lusófila, e sua História do Brasil não pode ser concebida de forma dissociada da história portuguesa. Afinal, em sua opinião é Portugal quem escreve a história brasileira e a insere na história mais abrangente do mundo ocidental; quem despendeu sangue e suor na consecução e administração do Brasil almejado; quem fez da simples colônia sua morada permanente; em última instância, estas nações e suas populações se confundiam. Para

⁷⁹ Ibidem, p. 291. Grifos nossos.

⁸⁰ Considerando a listagem da produção de Hélio Vianna publicada por Lucinda Coelho, professora assistente do historiador na Universidade do Brasil, na revista do IHGB, observa-se um grande número de títulos biográficos. Cf. COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. A obra de Hélio Vianna. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 147, n. 353: out/dez, p. 1156-1208, 1986.

⁸¹ Na mesma obra, outros membros da Família Real são objeto de estudo, inclusive acompanhados de divulgação de documentação inédita, casos que exploraremos no terceiro capítulo deste trabalho.

⁸² VIANNA, op. Cit., 1950. p. 242.

além dos pontos de contato objetivos envolvendo portugueses e colonos quanto à administração colonial, existiria uma ligação afetiva entre os dois lados do Atlântico, a qual excedia a mera relação Metrópole-Colônia, já por alguns autores dessa época pensada em termos de exploração⁸³. Teria havido, na verdade, uma convergência de objetivos entre as duas partes e o projeto colonial só obteve sucesso pois somaram-se os cuidados da Coroa à tenacidade dos colonos⁸⁴. Predomina a ideia de irmandade e indissociabilidade entre uns e outros e são recorrentes os termos “pátria adotiva” e “brasileiro adotivo”. A fusão entre portugueses e brasileiros foi tamanha que, no texto biográfico sobre o já mencionado Bento Maciel Parente, diante das divergências a respeito do seu local de nascimento, lança-se mão da classificação “luso-brasileiro” como definição de nacionalidade, sem que isso implicasse em prejuízo ao trabalho historiográfico:

Resolvendo a divergência, nada melhor que a simples classificação como luso-brasileiro [...] como considerar portugueses a homens que embora nascidos no Reino, aqui viveram a parte mais útil de sua existência, lutaram, venceram ou foram vencidos, a serviço da obra lusitana da construção do Brasil? E porque [sic] catalogar apenas como brasileiros os que, já nascidos na nova terra, eram, para todos os efeitos, portugueses no sangue e nas ações? Luso-brasileiros é que eram, e ainda são, todos aqueles que, ligados pela comunhão da língua e a raça, de um e de outro lado do Atlântico mantêm viva a unidade do histórico patrimônio comum⁸⁵.

O expressivo reavivamento das relações luso-portuguesas nos planos material e simbólico ocupou um lugar central nas discussões políticas e letradas da primeira metade do século XX. Esse movimento remonta ao século anterior, quando as ideias de comunidade e fraternidade entre as duas nações começaram a ser debatidas no contexto pós-independente e avançaram ao longo do oitocentos⁸⁶. No Brasil, a presença de considerável comunidade imigrante portuguesa com uma elite organizada em torno de redações de jornais, revistas e gabinetes literários favoreceu a mediação e a formação de redes de sociabilidade intelectuais entre os países. Pode-se citar, nesse sentido, a fundação

⁸³ Um exemplo é Manoel Bomfim (1868-1932), que considerava a colonização ibérica a responsável por introduzir no Brasil e na América Latina, de modo geral, um sistema político-administrativo parasita, cujo interesse era sugar toda a riqueza da terra e que legou aos futuros países a degradação e os mais terríveis vícios políticos. ALVES, Jorge Luís dos Santos. **Malheiro Dias e o luso-brasileirismo** – Um estudo de caso das relações culturais Brasil – Portugal. Tese de doutorado – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

⁸⁴ VIANNA, op. Cit., 1935.

⁸⁵ VIANNA, op. Cit., 1948, p. 253-254.

⁸⁶ ALVES, op. Cit., 2009.

do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro (1837) e seu serviço de disponibilização de um enorme acervo aos leitores e a circulação, tanto em Portugal quanto no Brasil, das publicações *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* (1851), *O Futuro* (1862) e *Brasil-Portugal* (1899).

No alvorecer do século XX se verifica, porém, um afastamento da elite brasileira em relação à cultura portuguesa e uma predileção pela francesa, de modo que Portugal e os portugueses começaram a ser “percebidos como dissociados da ideia de progresso da civilização ocidental e do seu centro, a cultura europeia”⁸⁷. Ao longo das primeiras décadas do século, então, uma convergência de fatores passa a influenciar positivamente a reaproximação entre os dois países. Em Portugal, estava ainda em curso um processo de “descoberta” da nação e da nacionalidade pelos intelectuais, quando um aparato simbólico foi pensado para representar a identidade nacional e houve um movimento de resgate de suas origens e tradições, o que incluiu a ênfase no passado heroico do Portugal vitorioso, navegador e imperialista de outrora, passado este que tocava obrigatoriamente o tema da colonização brasileira. De acordo com Jorge Luís Alves, “Nesse processo de afirmação nacional no qual se mesclavam o mito, a memória e a história, o Brasil permaneceu como a imagem abonadora das pretensões de revigoração da grandeza e da capacidade da nação portuguesa”⁸⁸.

No Brasil, o aludido impacto causado pelos acontecimentos nacionais e internacionais das primeiras décadas do século XX levaram igualmente a uma “volta para si”, sobretudo a partir da década de 30 com os governos de Getúlio Vargas, quando surgiram propostas de implantação de medidas sistemáticas que pudessem promover a aproximação luso-portuguesa nos âmbitos cultural, político e econômico. Segundo Lúcia Maria Paschoal Guimarães, “o caráter nacionalista da sua política de governo levou-o a se acercar da velha metrópole, onde estariam as raízes étnicas e culturais da jovem nação americana”⁸⁹. Datam desse período as assinaturas do Acordo Ortográfico (1931), do Acordo Postal (1942), do Tratado de Comércio (1934) e do Acordo Cultural Luso-Brasileiro (1941), este último com vistas a difundir mutuamente as respectivas culturas nos dois países e trocar publicações inéditas. Tal conjunto de medidas objetivava um estreitamento simbiótico de relações que atenderia a interesses de ambos os países. O

⁸⁷ Ibidem. p. 53.

⁸⁸ Ibidem. p. 63.

⁸⁹ GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. Relações culturais luso-brasileiras: alguns pontos de confluência. *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, 24, p.256-264, 2007. p. 259.

Brasil, além de almejar uma maior influência comercial na Europa, buscava um passado coerente, contínuo e glorioso, o que implicava a adoção de uma visão positiva do período colonial e da colonização portuguesa, ao passo que Portugal, com sua dominação neocolonial ameaçada pelos debates anticoloniais, via no Brasil – em franco desenvolvimento frente à comunidade internacional – uma maneira de provar sua eficiência administrativa colonial⁹⁰.

No setor intelectual, merecem destaque a proximidade da Academia Brasileira de Letras com sua congênere portuguesa Academia das Ciências de Lisboa; o estabelecimento, em 1923, da disciplina de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras de Lisboa, liderada pelo escritor, historiador e diplomata brasileiro Manuel de Oliveira Lima; o ressurgimento, em 1936, da Academia Portuguesa de História, com a presença de brasileiros sócios do IHGB⁹¹; a participação ativa do Brasil nas Comemorações Centenárias de Portugal (1940) e a fundação das revistas *Atlântida: Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil*⁹² (1915-1920) e *Atlântico: Revista luso-brasileira*⁹³ (1942-1950).

Para além da dimensão discursiva, Hélio Vianna também se envolveu concretamente com o mundo luso. Foram encontradas menções à apresentação de conferências no I Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo (1938) e no Instituto de Estudos Portugueses e à realização de consultas a periódicos recentes portugueses, como a *Revista do Ocidente* e *Revista dos Centenários*.

Estes processos de intercâmbio entre o Brasil e sua antiga metrópole, fossem eles espontâneos ou fruto da iniciativa oficial, chamam a atenção para a existência de uma manifestação particular, presente entre nós desde o século XIX, identificada como luso-brasileirismo, a qual se afigurou como um conjunto de evocações e utilizações retóricas

⁹⁰ SCHIAVON, Carmem G. Burgert. **Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)**. 2007. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

⁹¹ A agremiação reservou dez dos cinquenta assentos disponíveis para intelectuais brasileiros, todos sócios do IHGB. Foram eles: Afonso Celso, Max Fleiuss, Afonso d'Escagnolle Taunay, Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Oliveira Vianna, Gustavo Barroso, Afrânio Peixoto, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Pedro Calmon e Rodolfo Garcia. GUIMARÃES, op. Cit., 2007. p. 260.

⁹² Revista conduzida pelo brasileiro Paulo Barreto (João do Rio, 1881-1921) e pelo português João de Barros (1881-1960). Com um nome sugestivo, objetivava “(re)estabelecer a ligação entre as duas partes do mundo que as águas do oceano haviam separado” e veiculava materiais de interesse ao domínio das letras e textos com a temática da luso-brasilidade. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. A luso-brasilidade e o projeto da revista *Atlântida*. **Cultura**, Revista de História e Teoria das Ideias, vol. 26, p. 51-70, 2009. p. 59.

⁹³ Periódico oficial resultante da parceria entre Lourival Fontes – diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda brasileiro – e António Ferro – diretor do Secretariado de Propaganda Nacional português – durante os governos autoritários de Getúlio Vargas e António Salazar.

que supunha uma ligação especial entre Portugal e Brasil⁹⁴ e uma “continuidade histórica e cultural de valorização do passado colonial e da cultura portuguesa”⁹⁵. O luso-brasileirismo, como prática, foi cultivado por muitos intelectuais portugueses e brasileiros e, especificamente no terreno histórico, teve reverberações importantes à medida que impulsionou comemorações, congressos, trocas acadêmicas e a produção de obras que tomaram a colonização portuguesa como fio condutor de seu desenvolvimento, como é o caso de Hélio Vianna e Francisco Adolfo de Varnhagen.

1.2 As marcas de Varnhagen e Capistrano de Abreu

Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e Capistrano de Abreu (1853-1927) constituem dois nomes emblemáticos para a historiografia brasileira. Considerando a memória disciplinar construída em torno de cada um, o primeiro é tido como o “Heródoto brasileiro”, o primeiro brasileiro a oferecer ao Brasil uma História Geral, a custo de um extenuante trabalho de pesquisa e peregrinação a lugares e arquivos ao redor do mundo⁹⁶. O segundo é representado como um mestre da historiografia nacional, crítico, excêntrico e original, impulsionador de mudanças e uma ponte entre a moderna historiografia oitocentista e aquela representada pela tríade Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Junior.⁹⁷

Varnhagen e Capistrano de Abreu são citados frequentemente nos textos de Hélio Vianna e disputam um lugar de destaque em seu panteão de inspirações. Ambos são reverenciados como grandes historiadores brasileiros, dividindo predicados bastante instigantes. Cientes da complexidade que envolve o estudo de “doutrinas” entre autores e obras e do risco de cometermos equívocos o fazendo a partir da noção de “influência”⁹⁸, limitamo-nos aqui a esboçar algumas das impressões e hipóteses levantadas a respeito das aproximações possíveis entre o autor estudado e os dois historiadores.

⁹⁴ SILVA, Isabel Corrêa da. Da fraternidade republicana à imaginação imperial: usos e abusos do luso-brasileirismo como discurso político. In: POLONIA, A. et al (Orgs.). **Não nos deixemos petrificar: reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá**. Porto: CITCEM/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021. p. 191-207. p. 191.

⁹⁵ ALVES, op. Cit., 2009. p. 20.

⁹⁶ CEZAR, Temístocles. **Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

⁹⁷ GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**. Capistrano de Abreu: memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7Letras/ Faperj, 2013.

⁹⁸ SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358 - 399, jan./abr. 2017.

Em Hélio Vianna, o epíteto de “o maior dos nossos historiadores”⁹⁹ é normalmente associado ao nome de Varnhagen, enquanto Capistrano de Abreu é referenciado por “grande historiador”¹⁰⁰, “indubitável”¹⁰¹ e “Mestre inigualável de nossa História”, do qual se considera “simples discípulo”¹⁰². Essas menções elogiosas extrapolam as páginas das obras analisadas até aqui e alcançam até mesmo os livros didáticos produzidos pelo autor na década de 1950, o que demonstra o interesse de que estes legados fossem reforçados também entre o público escolar. Sabe-se que Vianna estabeleceu vínculos com o legado e/ou com a obra dos dois autores: de um lado, anotou a *História da Independência do Brasil*¹⁰³ de Varnhagen em sua terceira edição (1957); de outro, foi membro da Sociedade Capistrano de Abreu e venceu o concurso realizado pelo Ministério da Educação em homenagem ao centenário de nascimento de Capistrano de Abreu com seu *Capistrano de Abreu – ensaio bio-bibliográfico*.

Nos textos e nos rodapés, são frequentes as referências tanto à *História Geral do Brasil* quanto aos *Capítulos de História Colonial*, trabalhos mais célebres dos historiadores. Se nos restringirmos, porém, ao plano das coisas ditas, externalizadas, Capistrano de Abreu parece ocupar uma posição de maior destaque. Em *Formação Brasileira*, por exemplo, chama atenção a escassez de menções a Varnhagen em contraste com a constância com que são feitas a Capistrano de Abreu. Digna de nota é a inserção de uma citação integral de mais de duas páginas, retirada de *Capítulos de História Colonial*. A passagem pertence ao nono capítulo da obra capistraniana, intitulado “O Sertão”, e trata do ambiente sertanejo da criação de gado e sua expansão para o interior, dos modos de alimentação e sobrevivência, dos usos do couro no cotidiano e da figura distinta do vaqueiro no conjunto da sociedade. Precisamente o capítulo considerado pela historiografia como “central para se compreender a originalidade da visão de Capistrano de Abreu sobre a história do Brasil no tempo colonial”¹⁰⁴, e que abarca as várias

⁹⁹ VIANNA, op. Cit., 1948.p. 217; _____. **História do Brasil Independente para o terceiro ano colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.p. 133.

¹⁰⁰ VIANNA, Hélio. **História do Brasil Colonial para o segundo ano colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952. p. 31; _____. op. Cit., 1953.p. 185.

¹⁰¹ VIANNA, op. Cit., 1948.p. 131.

¹⁰² Ibidem. p. 136.

¹⁰³ A *História da Independência do Brasil* foi publicada pela primeira vez em 1916 pelo IHGB, anos após a morte de Varnhagen. Trata-se de uma pesquisa que dá continuidade às investigações apresentadas em *História Geral do Brasil* e não pôde ser publicada a tempo por Varnhagen.

¹⁰⁴ VAINFAS, Ronaldo. Capistrano de Abreu – Capítulos de História Colonial. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil: Um banquete no trópico**. São Paulo: Senac, 1999.p. 171-189.p. 185.

dimensões da expansão colonial e da “geografia humana”, tão associada à obra de Capistrano.

A valorização e o interesse pelo estudo das entradas e do devassamento do interior do país podem ser compreendidos como o ponto alto de admiração de Vianna ao historiador cearense. “Viação no Brasil Colonial”¹⁰⁵, sexto texto de *EHC*, é ilustrativo. Nele, são analisados o processo de expansão territorial e o aperfeiçoamento gradual da viação brasileira diante das necessidades criadas pelos ciclos econômicos. É rico em informações geográficas e alusões a regiões, vilas, estradas e rios. Nesse sentido, Capistrano e seu “magnífico ensaio”¹⁰⁶ *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*¹⁰⁷ são uma clara inspiração, fato evidenciado não só pelas abundantes transcrições e referências nos rodapés, mas também pela exaltação direta de seu autor. Na parte final do excerto, conclui:

Não são necessárias maiores demonstrações à tese de Capistrano de Abreu, de que, ao terminar o período colonial, "estava todo o país ligado, imperfeitamente embora, por meio de vias terrestres ou fluviais". A nós, como simples discípulo do grande Mestre de nossa História, só nos cabe acrescentar que então, como hoje, e hoje talvez mais do que nunca, as estradas - terrestres, marítimas, fluviais e aéreas - é que dão vida ao Brasil, a vida efetiva, a vida real que ele precisa para se manter e para vencer as enormes dificuldades que presentemente, o assoberbam¹⁰⁸.

A importância atribuída às conquistas territoriais, à geografia e à viação brasileira está bem de acordo com a visão de Hélio Vianna sobre a História do Brasil, à medida que foi por meio da expansão, da assimilação das zonas sertanejas e da construção de vias terrestres, marítimas, fluviais e aéreas que o Brasil pôde tornar-se – e manter-se – grande, coeso e articulado entre suas várias e dispersas regiões.

O culto a Capistrano de Abreu se revela também na participação de Vianna na Sociedade Capistrano de Abreu (SCA), para a qual ingressou como sócio efetivo em 1932¹⁰⁹. Fundada em setembro de 1927 no porão carioca em que vivia seu homenageado,

¹⁰⁵ O tema da viação brasileira adquiriu relevância nos estudos de Vianna. Este texto já havia sido publicado em agosto de 1943 na revista carioca *O Observador Econômico e Financeiro*. Depois, em 1949, foi publicada a obra *História da Viação Brasileira* pela Biblioteca do Exército, além de outros dois artigos no *Jornal do Commercio*.

¹⁰⁶ VIANNA, op. Cit., 1948, p. 132.

¹⁰⁷ Obra inédita reunida e publicada três anos após a morte de Capistrano pela Sociedade Capistrano de Abreu.

¹⁰⁸ VIANNA, op. Cit., 1948, p. 136.

¹⁰⁹ Listagem dos sócios e datas de ingresso consultada em SILVA, Ítala Byanca Moraes da. **Les morts vont vite**: A Sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia

menos de um mês após a sua morte, a associação tinha como objetivo principal prestar homenagem à memória de Capistrano de Abreu e era formada por amigos e discípulos, configurando-se a um só tempo como lugar de memória e de sociabilidade¹¹⁰. A Sociedade se organizava com certa flexibilidade em comparação a outras agremiações, realizava reuniões anuais e extraordinárias e reunia 120 sócios efetivos e 30 sócios correspondentes, os quais tinham o hábito de trocar cartas entre si. Sobre o perfil de seus membros, Rebeca Gontijo afirma que estes eram:

nomes expressivos da intelectualidade, que apesar de pertencerem a diferentes gerações e postular distintas tendências políticas, científicas e/ou literárias, julgaram oportuna a participação em um grêmio dedicado a homenagear aquele que podia ser tido por muitos como o iniciador de um movimento de ‘descobrimento’ do Brasil, através do estudo da formação da nacionalidade¹¹¹.

Quanto à atuação da SCA para a construção e manutenção dessa memória, destacam-se as publicações e reedições de obras de Capistrano e a produção, por seus membros, de trabalhos de teor biográfico. Como sócio da Sociedade, Hélio Vianna participou e venceu o concurso (Lei nº 1.896, de 2 de julho de 1953) instituído pelo Ministério da Educação e Cultura por ocasião do centenário de nascimento do historiador com *Capistrano de Abreu: ensaio biobibliográfico*, ensaio em que trata dos aspectos biográficos e de suas publicações de modo contextualizado, compartimentando sua vida em seis fases. Já no interior da associação, Vianna parecia participativo e encontram-se relatadas no trabalho de Ítala Byanca da Silva¹¹² algumas de suas contribuições: o oferecimento de cópias de cartas enviadas por Capistrano ao Barão do Rio Branco e a divulgação da SCA e de suas publicações recentes no jornal *A Nação* e no programa radiofônico oficial *A Hora do Brasil*, quando trabalhou no Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, em meados da década de 1930. Estas iniciativas lhe renderam um voto de louvor na reunião anual de 1936, pela “divulgação inteligente que vem dando pela imprensa e pelo rádio às obras publicadas pela Sociedade Capistrano de Abreu”¹¹³. Em 1942, lhe foi concedido um voto de agradecimento pela nota bibliográfica sobre *Rã-txa hu-ni-ku-ĩ: a lingua dos caxinauás do Rio Ibuaçu affluente do Muru* (em edição da

brasileira (1927-1969). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

¹¹⁰ Ibidem.

¹¹¹ GONTIJO, op. Cit., 2013, p. 92-93.

¹¹² SILVA, op. Cit., 2008.

¹¹³ Ata da 11ª Assembléia Geral, LA n.1, 23 out. 1936, p. 23. apud SILVA, op. Cit., 2008, p. 177.

Sociedade) na *Revista Estudos Brasileiros* e pela publicação do artigo “Cartas de Capistrano de Abreu ao Barão do Rio Branco” na *Revista Cultura Política*.

Percebe-se, assim, que Vianna direcionou parte de sua trajetória à exaltação da imagem e da obra de Capistrano de Abreu e também incorporou à sua escrita alguns dos temas inovadores sugeridos pelo “mestre”. A avaliação de suas práticas científicas realizada no tópico anterior aponta, contudo, para um padrão historiográfico em muitos pontos distinto daquele apregoadado pelo cânone. Como se sabe, Capistrano foi reconhecido como defensor de uma história que mantivesse a preocupação com o arquivo e com a documentação fidedigna, mas que também assumisse um caráter menos “oficial”, que quebrasse os “quadros de ferro” de Varnhagen, das exposições puramente factuais, político-administrativas, permeadas por nomes, eventos e batalhas, e que fosse ventilada por novos temas – a geografia, as bandeiras, a criação de gado, o sertão, o indígena – e abordagens teóricas – as ideias próximas às ciências sociais, como as de Spencer, Comte, Buckle e Taine – capazes de proporcionar à narrativa a coerência explicativa de que necessitavam as produções nacionais. Interessante notar que as bases dessas considerações, que anunciam as impressões e pretensões de Capistrano, estão contidas em dois textos que se tornaram fundamentais para a história da historiografia brasileira, publicados após a morte de Varnhagen e que trazem elogios, mas também críticas não só à produção do autor, mas ao conjunto dos estudos históricos brasileiros de então. Trata-se do “Necrológio de Francisco Adolfo de Varnhagen” e “Sobre o Visconde de Porto-Seguro”, publicados como artigos respectivamente no *Jornal do Commercio* (RJ) e na *Gazeta de Notícias* (RJ) em dezembro de 1878 e novembro de 1882¹¹⁴.

Apesar do grande destaque dado a Capistrano de Abreu em seus textos, tanto na reprodução de citações e concordância com proposições quanto na glorificação de sua personalidade, a abordagem que Hélio Vianna realiza da História do Brasil parece ainda bastante varnhageniana e não se distancia muito da apreciação feita por José Honório Rodrigues sobre a *História Geral do Brasil* de Varnhagen, de que seu grande tema era a obra da colonização portuguesa no Brasil¹¹⁵. As afinidades interpretativas entre um e

¹¹⁴ Os artigos foram transcritos e reunidos em **Ensaio e Estudos**: crítica e história. 1a série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

¹¹⁵ “[...] o grande tema de seu livro é a obra da colonização portuguesa no Brasil. Embora monarquista convicto, o que caracteriza sua obra não é o monarquismo, mas o colonialismo que defende e o conservadorismo que marca sua interpretação”. RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. v. 2, tomo 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. p. 13. Disponível em

outro são numerosas. Se em Capistrano de Abreu são os “antecedentes indígenas” o capítulo inaugural de nossa história e o português é tido como elemento exótico, com seu direito à terra questionado, em Varnhagen e Vianna é o colonizador o legítimo herói, portador da civilização e de um verdadeiro espírito realizador em terras americanas, onde devem ser absolvidos de seus eventuais abusos contra negros e indígenas em nome da “construção do Brasil”. Ambos veem nas guerras travadas contra os holandeses o momento inicial da nacionalidade brasileira, que só se fortaleceria com o tempo e, juntamente com a formação espiritual e territorial, receberia com a vinda da Família Real e com o Segundo Reinado o coroamento de sua unidade. Lógica muito diferente da admitida por Capistrano, que apesar de adotar o ano de 1800 como o recorte final de seus *Capítulos*, não demonstra tamanha positividade quanto ao todo nacional, afirmando na última parte da obra, no balanço da sociedade brasileira 300 anos após o Descobrimento, que não haveria aqui mais (ou menos) que

Cinco grupos etnográficos, ligados pela comunidade ativa da língua e passiva da religião, moldados pelas condições ambientes de cinco regiões diversas, tendo pelas riquezas naturais da terra um entusiasmo estrepitoso, sentindo pelo português aversão ou desprezo, não se prezando, porém, uns aos outros de modo particular — eis em suma ao que se reduziu a obra de três séculos¹¹⁶.

Nas obras de Vianna selecionadas para a pesquisa, há o predomínio de uma narrativa cronológica, muito apegada aos nomes, aos títulos nobiliárquicos, aos detalhes formais, aos eventos políticos e diplomáticos, e que não cede espaço a uma percepção social do povo brasileiro ou de alguns de seus grupos. Por mais de uma vez, afirma-se que a *História Geral do Brasil* de Varnhagen, com a ressalva sempre comunicada: acrescida das anotações de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia (1873-1949), era a

<<http://brasilianadigital.com.br/brasiliana/colecao/obras/400/historia-da-historia-do-brasil-volume-ii-tomo-1-a-historiografia-conservadora>>

¹¹⁶ ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. p. 195. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>.

melhor de todas já escritas¹¹⁷. Como informam os estudos de Batalhone¹¹⁸ e Oliveira¹¹⁹, o processo de anotação da *História Geral* por Garcia e Abreu foi antes um esforço de ampliação, conferência e retificação da obra, de persecução dos rastros de seus documentos e reconhecimento de sua tradição, que um projeto de contestação ou deslegitimação do trabalho feito por Varnhagen¹²⁰.

Não seria Hélio Vianna, então, um discípulo de Capistrano de Abreu, como ele próprio afirmara? Como já salientamos, determinadas propostas capistranianas encontraram em sua escrita um terreno fértil. Nota-se uma preocupação com o estudo das entradas, dos núcleos de expansão, da viação interna e da geografia do país, assim como se busca pensar a história nacional de modo explicativo e coeso, especialmente em *Formação Brasileira*. Essas ideias têm acolhida em sua historiografia pois vão ao encontro dos enunciados que compõem o seu discurso, sendo selecionadas e apropriadas de acordo com os interesses mantidos pelo autor.

Deve-se considerar, além disso, o contexto historiográfico brasileiro da primeira metade do século XX e as funções assumidas por Vianna neste cenário. Historiador especializado e professor universitário de História do Brasil em um momento de paulatina consolidação da História como disciplina autônoma, era preciso que sua trajetória e sua obra fossem legitimadas por seus pares no interior desse difuso campo intelectual. O culto e a autovinculação à memória daquele que ainda em vida era considerado um dos maiores, senão o maior historiador brasileiro, trazia assim ganhos simbólicos consideráveis¹²¹.

¹¹⁷ VIANNA, Hélio. Literatura Histórica. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 269-273, 1941. p. 269; _____. O ensino de História do Brasil. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, ano 3, n. 26, p. 117-125, 1943. p. 121; _____. op. Cit., 1953. p. 133.

¹¹⁸ BATALHONE JR, Vitor Claret. **Uma história das notas de rodapés: a anotação da História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953)**. 2011. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

¹¹⁹ OLIVEIRA, Maria da Glória de. A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu. **História da Historiografia**, n. 2, p. 86-99, mar. 2009.

¹²⁰ “O trabalho de reedição da História Geral pressupunha, portanto, que a própria obra monumental do Visconde de Porto Seguro fosse perscrutada como um documento. [...] Tratava-se, pois, não tanto de contestá-lo, mas de seguir o rastro de suas numerosas fontes, certificar-lhes a procedência, confrontá-las com outros testemunhos, de modo a retificar, ou seja, tomar mais exata e menos incompleta a sua narrativa.”. Ibidem. p. 93. Vale lembrar também que os próprios *Capítulos de História Colonial* foram em parte escritos com base nos estudos realizados por Capistrano para aquelas anotações.

¹²¹ GONTIJO, op. Cit., 2013. p. 95.

Sobre o simbolismo inerente à condição de associado à Sociedade Capistrano de Abreu¹²², infere Silva:

Se os sócios da Sociedade construíam a imagem de Capistrano como uma figura ímpar da historiografia brasileira e se auto-representavam como seus discípulos e continuadores do seu trabalho, conseqüentemente, fundavam um lugar social e legitimavam a sua atuação no espaço letrado brasileiro do início do século XX, especificamente na escrita da história e no ofício do historiador¹²³.

Posto que as práticas historiográficas de Vianna têm mais em comum com o modelo varnhageniano oitocentista que com o capistraniano da virada do século, levanta-se a questão se seria legítimo e conveniente, então, permanecer adjetivando-o como tradicional, passadista ou como uma “anomalia novecentista”, como parecem sugerir algumas construções de memória erguidas em torno de seu perfil profissional. Acreditamos que a opção por estes atalhos pode limitar a compreensão que se pretende alcançar sobre o campo dos estudos históricos brasileiros daquele momento, que se mostra complexo e diverso. No caso específico de nosso autor, podem ser percebidos alguns deslocamentos significativos. Ao que já foi exposto soma-se, como se discutirá mais adiante, um movimento de valorização de fontes não muito usuais nas produções do século anterior, como as correspondências pessoais e a imprensa cotidiana – incluindo jornais efêmeros e pasquins – para a elucidação de episódios históricos, e mesmo como objeto¹²⁴. Em *EHI*, por exemplo, demonstra um afiado conhecimento da imprensa imperial e o aplica massivamente na escrita da biografia do Visconde de Sepetiba e de “Da Maioridade à Conciliação (1840-1857) – Síntese de História Política”. Nesta última, apresentada como tese à FNFfi para seu ingresso como catedrático efetivo de História do Brasil, o período 1840-1857 é percorrido de forma pormenorizada, com descrições precisas dos acontecimentos políticos (nomeações, trocas de gabinetes) e demonstrações

¹²² As considerações feitas por Pierre Bourdieu acerca das dinâmicas próprias do campo científico e do acúmulo e distribuição do capital simbólico auxiliam na compreensão deste comportamento. O sociólogo concebe o capital simbólico como o “conjunto de propriedades distintivas que existe na e pela percepção de agentes dotados de categorias de percepção adequadas, categorias que se adquirem principalmente através da experiência da estrutura da distribuição desse capital no interior do espaço social ou de um microcosmo social particular como o campo científico.” BOURDIEU, Pierre. **Para uma sociologia da ciência**. Lisboa: Edições 70, 2001. p.80. A busca por tal distinção na aquele meio parece ser o caso de Vianna.

¹²³ SILVA, op. Cit., 2008. p. 71.

¹²⁴ De acordo com Tania Regina de Luca, o uso de jornais e revistas como fonte em estudos de História do Brasil era bastante escasso até a década de 1970 e tal fato estava relacionado às próprias concepções metodológicas sobre a fonte histórica. A imprensa era vista sob suspeição por não proporcionar ao historiador uma visão objetiva e imparcial dos acontecimentos. LUCA, Tania Regina de. Fontes impressas: história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

do impacto dos meios impressos nessa esfera. Apesar de mobilizar esse tipo de documentação para o estudo de temáticas tradicionais, o entendimento de que a imprensa foi um instrumento e um agente importante na política do período imperial, e que por isso deveria ser estudada também como objeto, a partir de um olhar externo, é um ponto que merece ser destacado de sua produção¹²⁵.

1.3 Mar agitado, maus marinheiros: a crítica à “história social”

Se por um lado foram marcantes as afinidades de Hélió Vianna com as concepções de história predominantes durante o século XIX, por outro ficam claros seus afastamentos com relação a autores cujas obras protagonizaram um movimento de reconhecido rompimento com a historiografia oitocentista¹²⁶. Entre os embates travados pelo autor no campo historiográfico, o que se estabelece contra a chamada história social é, para nós, um dos mais significativos e as divergências quanto aos procedimentos empregados pelos ensaios histórico-sociológicos foram manifestadas em várias ocasiões ao longo de sua trajetória.

Dados os sentidos possíveis para “história social”, esclarecemos que procuramos aqui, sempre que possível, acompanhar as definições sugeridas pelo próprio autor, de modo a evitar que, partindo de uma concepção prévia delimitada, criemos um descompasso em relação ao que nos é apresentado pelas fontes. Faz-se necessário, todavia, estabelecer algum ponto de partida que nos possibilite situar os debates que se seguirão. Em diálogo com os materiais consultados, buscamos lidar com “história social” tomando-a como o conjunto de interpretações que, formuladas especialmente a partir da década de 1930 em um contexto de “redescobrimento” do Brasil pela intelectualidade, materializaram-se na forma ensaística de síntese sociológica, configurando-se como parte de um regime historiográfico que, como identifica Fernando Nicolazzi¹²⁷, vinha se

¹²⁵ O interesse de Vianna pelo estudo da imprensa é algo marcante em suas publicações. Em *Contribuição à História da Imprensa Brasileira*, volumosa obra publicada em 1945 e ganhadora do prêmio José Veríssimo de Ensaio e Erudição, o autor realiza uma análise desse setor entre 1812 e 1869, esmiuçando a fundação jornais e revistas, a vida de jornalistas e os embates políticos que motivavam as publicações. Cf. VIANNA, Hélió. **Contribuição à História da Imprensa Brasileira** (1812-1869). Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945. (Vencedor do Prêmio José Veríssimo de Ensaio e Erudição, 1945)

¹²⁶ FRANZINI; GONTIJO, op. Cit., 2009.

¹²⁷ NICOLAZZI, op. Cit., 2016.

desenvolvendo no Brasil desde fins do século XIX. Nesse regime é a síntese interpretativa, dotada de menor preocupação com a erudição demandada pelo período anterior e apoiada nas referências ligadas às ciências sociais, o modo privilegiado de apreensão do processo histórico. Este sinuoso percurso envolveu adaptações por parte dos estudos históricos e sociais em um momento anterior àquele em que se estabeleceram cientificamente no ambiente universitário. São estas as concepções norteadoras de nossas análises, apesar de Hélio Vianna nem sempre expor com clareza as suas próprias concepções sobre a história social a que se referia.

Já sua primeira obra publicada, *Formação Brasileira* (1935), se inicia com críticas aos “estudos de sociologia brasileira”, que “muito têm sofrido com as fracas bases que lhes são oferecidas” e por isso “necessitados do socorro da História”¹²⁸. Esses dizeres, curtos, mas significativos, contêm o fundamento de uma acusação que aparecerá com certa regularidade em seus textos a partir de então.

No ano seguinte, Vianna publica seu primeiro artigo em *O Jornal* (RJ), diário matutino carioca de grande circulação. Trata-se de uma nota apreciativa à obra *Sobrados e Mucambos*, de Gilberto Freyre, lançada há pouco na série *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional. Afirma que essa era uma continuação das investigações sociológicas freyrianas que tiveram grande repercussão em *Casa-Grande e Senzala* e que, como tal, reincidia nos mesmos erros: exageros de documentação, generalizações e julgamentos apressados. Dentre as incorreções, citadas superficialmente – com indicações das páginas do livro em que podiam ser localizadas –, estão as deduções fantasiosas de que os jesuítas viam como favorável a morte de crianças e que os padres, ao levarem aos aldeamentos os filhos da casa-grande, educavam-nos de modo a os colocarem contra os pais. O sociólogo também teria caído em “indesculpáveis anachronismos” quando sugeriu que as casas-grandes se sobrepuseram em influência às casas/colégios jesuítas durante o século XVI e, avançando com suas análises ao período imperial, cometeu “erros históricos” e “apreciações francamente contestáveis”, por exemplo, ao desconsiderar o nome de Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba, no grupo de magistrados que exerceram poder sobre as decisões do jovem imperador Pedro II no início de seu reinado. Sem tecer nenhum elogio ao trabalho, conclui a nota dizendo que

Bastam, porém, os exemplos citados, para que se evidencie como é rico em escolhos o *mar agitado* da *sociologia brasileira*, em que tão

¹²⁸ VIANNA, op. Cit., 1935. p. 7.

arrojadamente navega o sr. Gilberto Freyre. E se o seu barco é *moderno e bem aparelhado*, nem por isso são sempre seguras suas rôtas, como acabamos de ver...¹²⁹.

Estas asserções nos dão margem a algumas interpretações. Primeiramente, Hélio Vianna vê o campo dos estudos sociológicos como um “mar agitado”, o que remete não só à ideia de “fenômeno”, mas à de instabilidade. Instabilidade que poderia se justificar pelo caráter ainda incipiente dos estudos sociológicos no Brasil naquele momento e pela ausência, por isso mesmo, de terra firme ou de um “farol” comum e seguro capaz de orientar os seus navegadores. Gilberto Freyre, por seu turno, é pintado neste cenário como um marinheiro arrojado, aventureiro, ousado e talvez, por extensão, pioneiro. A modernidade e bom aparelhamento de sua embarcação, no entanto, não eram suficientes para fazê-lo bom marinheiro. Pode-se inferir que com isso quis Vianna criticar a validade efetiva de algumas dentre o “bando de ideias novas”¹³⁰ que vinham inundando as obras de autores há alguns anos e, de modo especial, aquelas que Gilberto Freyre foi buscar fora do Brasil, na Europa e notadamente nos Estados Unidos, e que inspirariam suas interpretações¹³¹.

Ainda em 1936 e, depois, em 1937, mais duas obras recebem notas do historiador na Coluna do Centro de *O Jornal* (RJ), por ocasião de seus lançamentos. A primeira é *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, a qual inaugurava o mais novo empreendimento da Livraria José Olympio Editora: a Coleção Documentos Brasileiros. Ativa de 1936 até a década de 1980, a coleção foi dirigida por Gilberto Freyre até 1938 e tinha como propósito veicular as novas interpretações sobre o Brasil produzidas pela intelectualidade nos últimos anos, bem como divulgar documentos capazes de contribuir com a continuidade dessa atividade, que deveria estar cada vez mais empenhada em

¹²⁹ VIANNA, Hélio. Nota sobre Sobrados e Mucambos, de Gilberto Freyre. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 09 out. 1936. Grifos nossos.

¹³⁰ A expressão foi usada pelo escritor Sílvio Romero em 1900 para se referir a ideias que, vindas de fora, estavam sendo primordiais para que fossem repensadas as estruturas da sociedade brasileira do oitocentos. As “ideias” mencionadas incluíam o positivismo, o evolucionismo, o darwinismo, a crítica religiosa e o folclore. ROMERO, Sílvio. Explicações indispensáveis. In: _____ (Org.). **Tobias Barreto**: vários escritos. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900. p. IX-LIII. O historiador Fernando Nicolazzi, em sua tese de doutoramento, versa sobre as relações que podem ser pensadas entre a obra de Freyre, essas ideias e o movimento modernista brasileiro. Ver: NICOLAZZI, Fernando. **Um estilo de história**: a viagem, a memória, o ensaio. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. 2008. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

¹³¹ Algumas das principais inspirações teóricas de Freyre, visto por Peter Burke como “uma espécie de esponja intelectual”, são as antropologias de Franz Boas, Melville Herskovits e Alfred Radcliffe-Brown, as sociologias de Auguste Comte, Hippolyte Taine e Émile Durkheim e o movimento renovador dos estudos históricos americanos conhecido por *new history*, que teve como epicentro a Universidade de Columbia, onde estudou. BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. **Tempo Social**, São Paulo, 9 (2) p. 1-12, out. 1997.

operar cientificamente a fim de retratar um Brasil real¹³². Simultaneamente, outras editoras integravam este mesmo circuito, impulsionado pela “quase obstinação” em “desvendar, mapear, estudar e diagnosticar a realidade brasileira”¹³³, pelo crescimento do mercado editorial nacional e pela missão civilizacional de que se achavam responsáveis os grandes editores. Bons exemplos de produtos deste meio são a série *Brasiliana*, da Companhia Editora Nacional, criada em 1931 como parte da Coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, com um projeto parecido com o que viria a ter a *Documentos Brasileiros*¹³⁴, e a coleção Biblioteca Histórica Brasileira, da Editora Martins, fundada em 1940 e dedicada à reedição de obras de viajantes que percorreram o Brasil. *Documentos Brasileiros* se tratava, então, não só de uma nova coleção, mas de uma nova coleção que, também com um apelo pelo “novo”, pela criação e pela novidade, engrossava o coro das demais, destacando-se por sua organização e objetividade.

Em dezembro de 1936, Vianna informa aos leitores de *O Jornal* suas impressões sobre o primeiro volume da coleção, que tem seu mérito atribuído mais ao seu autor – que há doze anos vinha se impondo como “escritor” e “jornalista” das “cousas do espírito” – que ao seu conteúdo. Notemos, portanto, que Sérgio Buarque de Holanda não é considerado nem historiador nem sociólogo – por esta época, ainda não era alguém com grande renome nestes círculos¹³⁵, apesar de já atuar como crítico literário e professor-assistente da cadeira de História Moderna e Contemporânea na efêmera Universidade do Distrito Federal. *Raízes do Brasil* é elogiada por sua inteligência e bom raciocínio e os pontos ressaltados dizem respeito principalmente às interpretações semelhantes às que Vianna sustentava em seus textos: as críticas ao regime republicano e ao pluripartidarismo e a afirmação de que “a democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal entendido”,

¹³² FRANZINI, Fábio. Escrever textos, editar livros, fazer história: a Coleção *Documentos Brasileiros* e as transformações da historiografia nacional (1936-1960). *Tempo e Argumento*, v. 5, n. 9, p. 24-45, 2013.

¹³³ PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções *Brasiliana*” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IDESP, 1989. p. 359-409. p. 359.

¹³⁴ A *Brasiliana* também editava livros “clássicos” e novos e documentos úteis aos novos estudos. Dentre as coleções citadas, foi a que reuniu o maior número absoluto de títulos lançados, sendo 307 apenas entre sua fundação, em 1931, e o ano de 1960, contra 107 da *Documentos Brasileiros* no período 1936-1960. No que tange às diferenças entre *Brasiliana* e *Documentos Brasileiros*, Heloísa Pontes destaca que esta última reunia mais autores contemporâneos a sua publicação e um maior número de livros lançados por um mesmo autor, principalmente por seus diretores – Gilberto Freyre, Otávio Tarquínio – e nomes intelectual ou afetivamente ligados a eles. Cf. PONTES, op. Cit., 1989.

¹³⁵ FRANZINI, op. Cit., 2013.; VAINFAS, Ronaldo. O imbróglio de *Raízes*: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, nº 73, p. 19-40, 2016.

momentos em que “a argumentação do senhor Sergio Buarque de Hollanda é perfeitamente certa, obedecendo a uma orientação que procura estar com a verdade”¹³⁶. A despeito disso, são mais numerosas as críticas, direcionadas a diversos aspectos em que Holanda teria cometido incorreções e sido generalizante. Fazem parte dessa lista a suposição de uma anarquia própria do brasileiro, visível principalmente durante o período colonial; a distinção arbitrária entre povoadores trabalhadores e aventureiros, entre espanhóis militares e portugueses mercantis e litorâneos; os elogios extremados a Mauricio de Nassau e as generalizações dos conceitos de fascismo e de homem cordial. Também infere que o autor de *Raízes*, ao afirmar a falta de bons clérigos em nossa formação espiritual e mencionar apenas os jesuítas, esquecendo-se das outras ordens religiosas envolvidas na construção do Brasil, demonstrava não conhecer obras de história fundamentais – e cita *Capítulos de História Colonial*, de Capistrano de Abreu¹³⁷. Mesmo com todos esses problemas, Vianna ainda conclui que a obra era digna de apreço, “sobretudo por ser da autoria de um escritor com os títulos e meritos que possui o sr. Sergio Buarque de Hollanda”, ou seja, a consideração é devida mais ao criador que à criatura e indica que Vianna já conhecia seu trabalho.

Após menos de oito meses é lançada mais uma nota, dessa vez sobre *Nordeste*, de Gilberto Freyre. A Coleção alcançava com esta publicação seu quarto volume¹³⁸, o que, entretanto, parece ter sido suficiente para que o historiador tivesse uma opinião formada sobre seu projeto editorial, liderado, naquele momento, pelo próprio Gilberto Freyre:

A Collecção Documentos Brasileiros, editada pela Livraria José Olympio, apresentou no volume ‘Nordéste’, de autoria do sr. Gilberto Freyre, exacto modelo de uma these apressadamente demonstrada, no gênero de outras que o mesmo escritor, como organizador da referida colecção, provavelmente gostaria de ver incluídas em suas proximas publicações¹³⁹.

Os ataques nessa nota são ainda mais severos. Apesar de considerar interessante o tema dos desdobramentos do cultivo da cana de açúcar na sociedade pernambucana e

¹³⁶ VIANNA, Hélio. Nota sobre *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1 dez. 1936.

¹³⁷ “Bastaria olhar qualquer quadro dos aldeamentos de selvicolas nos séculos XVII e XVIII (os citados por Capistrano de Abreu, nos ‘Capítulos de história colonial’, por exemplo), - para se capacitar do contrário da referida asserção.” Ibidem.

¹³⁸ O segundo e terceiro volumes da Documentos Brasileiros lançados neste entremeio, *Memórias (Estas minhas reminiscências...)*, de Manoel de Oliveira Lima, e *Bernardo Pereira de Vasconcellos e seu tempo*, de Octavio Tarquínio de Sousa, não foram comentados por Vianna no periódico.

¹³⁹ VIANNA, Hélio. Nota sobre *Nordeste*, de Gilberto Freyre. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 28 jul. 1937.

encontrar no estudo uma relativa originalidade estilística em comparação a outros anteriores, *Casa-Grande e Senzala* e *Sobrados e Mucambos*, o desempenho ainda permanecia aquém do esperado. Alega-se que o ensaio é conduzido a partir de “algumas” referências históricas e da “citação parcial de uns poucos documentos”. Fatos importantes são expostos com habitual intemperança de linguagem, adotam-se pontos de vista exagerados e conclusões frágeis e apressadas. Mostras disso aparecem nas “invenções” de uma suposta organização socialista do Quilombo dos Palmares, dos esplendores do Brasil holandês e, ainda mais, na última página do livro, quando o sociólogo vê uma superioridade de valores políticos, estéticos e intelectuais na civilização açucareira nordestina em relação à pastoril, das minas, das fronteiras e do café. Por fim, Hélio Vianna elogia a inserção em anexo de documentos relativos à história social do Nordeste, mas indica erros em datas e nomes e a divulgação de um documento não inédito, existente na Biblioteca Nacional e já reproduzido por Rodolfo Garcia na *História Geral do Brasil* de Varnhagen.

Os pareceres negativos direcionados à Coleção Documentos Brasileiros devem ser vistos como igualmente emblemáticos, à medida que esta passava então a figurar como um importante meio de divulgação das novas interpretações historiográficas sobre o Brasil. Bom ou mau marinheiro, o fato é que Freyre conquistava, ao assumir o cargo de diretor da coleção em seus anos iniciais, a posição de capitão, uma vez que a ele foi dada, pelo editor José Olympio, ampla autonomia para incluir ou vetar trabalhos e documentos a serem publicados. Como analisa o historiador Fábio Franzini, essa função garantiu a Freyre certo prestígio e influência, pois

não apenas abria um novo espaço para seus futuros livros, como, sobretudo, se configurava como uma possibilidade concreta de ampliar para além de sua própria obra os seus esforços, no sentido da renovação do conhecimento sobre o Brasil. Mais que um autor, ele agora assumia o papel de legitimador de outros autores, e não deixaria de aproveitá-lo para estabelecer um programa de ação centrado em seus próprios interesses intelectuais¹⁴⁰.

O empreendimento logo se tornou um sucesso, propiciado não só pela qualidade das publicações e pelo renome da editora, mas também pelo fato de que Gilberto Freyre era já conhecido e respeitado pelos letrados por sua *Casa-Grande e Senzala* (1933)¹⁴¹.

¹⁴⁰ FRANZINI, op. Cit., 2013. p. 28.

¹⁴¹ Ibidem.

Mesmo após abandonar o cargo de diretor em meados de 1938¹⁴² e ser substituído por Octávio Tarquínio de Sousa – que também acabou por imprimir suas preferências (especialmente o apreço pelas renovadas biografias) na dinâmica de publicações –, Freyre ainda era participativo e opinava sobre seu funcionamento.

Também na subseção Literatura Histórica da *Revista Cultura Política*¹⁴³ – espaço onde Vianna divulgava e comentava publicações recentes relativas à história no início da década de 40 – os métodos de Gilberto Freyre foram um alvo e os comentários feitos a *O mundo que o português criou* (1940) esclarecem um tanto mais seus posicionamentos. Essa obra, também editada pela Coleção Documentos Brasileiros, reúne quatro conferências proferidas pelo sociólogo na Europa – três em Portugal e uma na Inglaterra –, e Vianna comenta brevemente apenas as três apresentadas em Portugal. Destas, a primeira e a última, intituladas respectivamente “Aspectos da influência da mestiçagem sobre as relações sociais e de cultura entre portugueses e luso-descendentes” e “Sugestões para a cooperação luso-brasileira no estudo dos problemas de história da arte culta e popular” têm suas propostas elogiadas pelo comentador, que as vê como importantes e necessárias ao conhecimento e aprofundamento desses aspectos que envolvem a formação brasileira. Já no tocante à segunda palestra, “Importância dos estudos de história social e cultural para as relações entre portugueses e luso-descendentes”, o apoio se esmorece:

É que, salientando ‘a importância dos estudos de história social e cultural para as relações entre portugueses e luso-descendentes’, parece ter adotado Gilberto Freire uma atitude sucetível de reparos, qual seja a de atribuir à história social – ou cultural, como prefere designá-la – uma *positiva superioridade sobre a história política*.

Ninguém contestará, sem dúvida, o valor da contribuição aos estudos sociológicos oferecida pela história social, amplamente compreendida, como a quer, preconiza e pratica o próprio autor de *O Mundo que o Português Criou*. Entretanto, sem a *base* fornecida pela *história política*, cujos *métodos e processos* não podem ser sumariamente

¹⁴² Freyre justificou, à época, que sua saída foi motivada pela demora no fluxo de informações causada pela distância entre a cidade em que residia, Recife, e a cidade sede da editora, Rio de Janeiro, além de uma obscura “série de coisas inevitáveis”. Ibidem.

¹⁴³ A *Revista Mensal de Estudos Brasileiros – Cultura Política* (1941-1945) foi uma publicação mensal oficial do Estado Novo, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda. Hélio Vianna foi um colaborador assíduo da revista ao longo de toda sua existência e nos seus primeiros 18 números ficou encarregado de escrever a subseção Literatura Histórica, espaço em que divulgava e comentava publicações recentes pertencentes a este gênero abrangente, que incluía crônicas, ensaios, biografias, obras sobre geografia e etnografia do Brasil, traduções de livros de viajantes, reedições de textos e documentos históricos, etc.

substituídos ou desprezados, nenhum estudo sólido poderá ser levantado¹⁴⁴.

Como se vê, a história social não recebe censura se for entendida como “temática”, ou como apenas mais um campo de estudos – sem um aparato metodológico próprio – situado no interior dessa ampla e ainda difusa área do conhecimento chamada História. Na própria subseção Literatura Histórica o autor dá indicações de trabalhos e documentos que poderiam servir a essa finalidade. É o caso das *Memórias de um Senhor de Engenho*¹⁴⁵ (1938), de Júlio Bello (Coleção Documentos Brasileiros), e *Memórias de um Cavalcanti*¹⁴⁶ (1940), de Felix Cavalcanti de Albuquerque Melo (série Brasileira), publicações incentivadas e prefaciadas por Gilberto Freyre e que na opinião de Hélio Vianna “muito servirão, sem dúvida, ao futuro estabelecimento da história social de Pernambuco nos últimos cem anos”¹⁴⁷. Afirmação semelhante é feita quanto a *Anquinhas e Bernardas* (Livraria Martins), do cronista e romancista Mário Sette, coletânea de crônicas e versos populares transcritos ou coletados da tradição oral que poderiam revelar traços da vida social pernambucana durante o Segundo Reinado até a década de 1930. A importância do uso deste tipo de documentação – memórias biográficas e manifestações culturais e folclóricas – a fim de que se conhecesse a “história interna” do país é uma característica que pesquisadores como Angela de Castro Gomes¹⁴⁸ encontram no contexto de produção historiográfica brasileira das primeiras décadas do século XX, a partir do qual emergiu, inclusive, a memorável *Casa-Grande e Senzala*.

Também em relação a Gilberto Freyre, as divergências de Hélio Vianna não são completas e as afinidades com Portugal não só no desenvolvimento de suas teorias, mas na participação ativa e efetiva junto à intelectualidade e a instituições portuguesas por ambos constituem um evidente ponto de contato. Sua principal obra, *Casa-Grande e Senzala*, é citada nas obras do historiador por mais de uma vez e alguns de seus

¹⁴⁴ VIANNA, Hélio. Literatura Histórica. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 266-267, 1941. p. 267. Grifos nossos.

¹⁴⁵ Livro de memórias do proprietário de terras, político e jornalista pernambucano Julio Celso Cavalcanti Bello (1873-1951), em que manifesta suas impressões, afetos e práticas culturais do mundo tradicional dos engenhos de açúcar.

¹⁴⁶ O livro se trata de uma coletânea de transcrições do livro de assentos de Felix Cavalcanti de Albuquerque Melo (1821-1901), realizadas por seu bisneto, Diogo de Melo Menezes, e revela as experiências políticas, sociais e familiares de um homem pernambucano que viveu entre o Império e a República.

¹⁴⁷ VIANNA, Hélio. Literatura Histórica. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 240-245, 1941. p. 244.

¹⁴⁸ GOMES, Angela de Castro. Gilberto Freyre: algumas considerações sobre o contexto historiográfico de Casa Grande e Senzala. **Remate de Males**, Campinas, n.20, p. 47-57, 2001.

enunciados chegam a ser trazidos ao texto de forma a corroborar o raciocínio exposto. Em *Formação Brasileira*, ao afirmar que o surgimento do senhor de engenho foi a maior consequência social do ciclo da cana de açúcar, de extraordinária influência em nossa história, Vianna apresenta autores que exploravam esta figura em suas análises: Oliveira Vianna, com sua “aguda visão” e Gilberto Freyre, com seu “complexo senso crítico”. Em seguida, argumenta que apesar da importância desse personagem, não eram as relações entre a casa grande e a senzala que deviam ser conhecidas perfeitamente para que se explicasse com solidez a história nordestina, mas sim “o influxo directo de seus homens naquelles acontecimentos politicos e sociaes”¹⁴⁹, o que denota, mais uma vez, a insuficiência da história social, por si só, para um estudo fiável e completo de história do Brasil. Em *Estudos de História Colonial*, são transcritos três trechos de *CG&S* com vistas a legitimar o discurso amenizador de Vianna de que os primeiros povoadores do Brasil foram degredados criminosos portugueses, mas que isso não implicou em prejuízo ao projeto colonial, pois os crimes pelos quais foram punidos eram geralmente leves e as condutas “super-excitadas” de alguns poderiam ser até mesmo convenientes ao povoamento rápido do território.

Nessa direção, um fator a ser levado em conta é o elevado teor subjetivo contido em grande parte dos comentários analisados. O correto e o verdadeiro é o que converge com suas conclusões e opiniões, enquanto o incorreto e o falso são as construções confrontantes com sua visão. Apesar da imparcialidade muitas vezes reivindicada pelo próprio Vianna, o conteúdo dos seus julgamentos evidencia a indissociabilidade, apontada por Michel de Certeau¹⁵⁰, entre o lugar social, as práticas científicas e escrita de um autor em sua operação historiográfica. Dito de outro modo, ainda que se queira, há uma impossibilidade de total apagamento, no discurso científico, de seus valores morais e religiosos, convicções políticas e vinculações institucionais.

Teses apressadas, generalizações, citações parciais “de uns poucos” documentos históricos, inexatidão, insuficiência. São essas as críticas mais frequentes que acompanham as opiniões de Héli Vianna sobre a “história social”, que se não chega a alcançar o patamar de um inimigo historiográfico, ao menos demonstra ser um ponto de preocupação em relação aos caminhos que a escrita da história nacional poderia trilhar. As críticas observadas, apesar de significativas, não revelam em detalhes as suas

¹⁴⁹ VIANNA, op. Cit., 1935.p. 37.

¹⁵⁰ CERTEAU, op. Cit., 1982.

divergências, e Vianna tampouco chegou a escrever um tratado ou um manifesto contra essas tendências. Algumas ponderações, entretanto, podem ser feitas, principalmente se se considerar o que foi objetivamente produzido por ele. Percebe-se, em suas obras, uma maior valorização de aspectos políticos, econômicos e diplomáticos para explicar a formação brasileira, projetados em uma narrativa factual, cronológica e amparada por documentos, que, cotejados e analisados criticamente, avalizam o texto histórico como verdadeiro. O primado da imparcialidade, tanto nas obras produzidas por aqueles que se pretendessem historiadores de ofício quanto nas fontes por eles consultadas, é outro tópico constantemente lembrado e que, somado aos anteriores, nos leva a associar a produção de Vianna às práticas historiográficas predominantes no século anterior, apesar das peculiaridades já indicadas. São esses atributos que parecem dar forma ao conceito de “História” como campo disciplinar defendido pelo autor. Os ensaios criticados, como se sabe, notabilizaram-se pelo afastamento deste padrão historiográfico, pautando-se em concepções menos rígidas de fonte, tempo e narrativa. Privilegiaram também a síntese interpretativa sociológica em detrimento da história geral e filosófica, munindo-se de uma linguagem menos formal e mais prática, que em Gilberto Freyre, justamente o ensaísta mais citado e condenado nas notas, beira a coloquialidade. Com isso, depreende-se que o abandono daqueles pressupostos equivalia, em última análise, ao distanciamento da própria História.

Os embates apresentados neste tópico e neste capítulo, portanto, ajudam a compreender o estado dos estudos históricos brasileiros na primeira metade do século XX. A avaliação deste “estudo de caso” permite que sejam apreendidas as tensões que estiveram presentes não só no processo de formação da disciplina histórica, mas no interior da própria prática historiográfica. O período transcorrido entre fins do século XIX e meados do século XX, como assinala Fernando Nicolazzi, foi marcado por transições e definições que envolveram disputas entre regimes historiográficos. Os estudos históricos brasileiros, se já não eram movidos pelos mesmos interesses, concepções e normas institucionais do século anterior, também não haviam alcançado a autonomia e o espaço institucional acadêmico universitário como local privilegiado para o desenvolvimento de suas pesquisas. E é esta entrecena significativa, pois, como lembra Karina Anhezini¹⁵¹,

¹⁵¹ No capítulo “Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934)”, a autora toma como marcos de análise o ano de morte de Francisco Adolfo de Varnhagen (1878) e o ano de criação do curso de História e Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934), situando, neste ínterim, os procedimentos e pareceres de Capistrano de Abreu, Afonso de

foi ela que “definiu as regras para a escrita da história no e do Brasil construindo a área que se tornaria a partir daquele momento um campo disciplinar.”¹⁵². Neste entremeio, naturalmente existiu uma miríade de possibilidades de ser e estar na história, e Hélio Vianna é um exemplo. O estudo dos elementos incorporados, ausentes, coexistentes ou criticados em seus textos aponta para as particularidades daquele momento e para a riqueza e complexidade da historiografia brasileira do século XX, que carece ser pensada para além da dicotomia tradição x inovação.

Escragnolle Taunay e Sérgio Buarque de Holanda acerca dos estudos históricos brasileiros. No caso de Taunay (1876-1958), discípulo e preservador da tradição capistraniana e um dos primeiros professores da Universidade de São Paulo, visualiza-se uma combinação entre valorização da consulta e crítica documentais, busca pela verdade histórica e o desejo de fortalecimento da história da civilização ou dos costumes. ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouveia de; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus H. F. (Orgs.). **Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, v. 1, p. 233-246.

¹⁵² Ibidem. p. 243.

CAPÍTULO 2

HÉLIO VIANNA, PROFESSOR E AUTOR DE MATERIAIS DIDÁTICOS

As atividades relacionadas ao ensino de história estiveram presentes na trajetória de Hélio Vianna em uma intensidade não desprezível, seja no nível da prática docente, da produção de materiais didáticos ou da participação em discussões sobre o tema. Como se sabe, o historiador ofereceu cursos no Departamento Provincial de Estudos da Ação Integralista Brasileira/Guanabara, foi professor no nível superior – na Universidade do Brasil e na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro –, em institutos diplomáticos – Instituto Rio Branco – e no meio militar – Escola de Estado-Maior do Exército¹⁵³. Produziu livros didáticos para o ensino básico e interessou-se pelo estudo do ensino de história no Brasil, sendo classificado por Itamar Freitas como um dos pioneiros nessa abordagem¹⁵⁴, juntamente com o historiador e educador Jonathas Serrano.

Em livros e artigos de jornais e revistas e até mesmo nos livros didáticos é comum a apresentação de seu nome junto ao predicado de catedrático na Universidade do Brasil e na PUC/RJ. O peso dessa identificação, em nossa percepção, se dá no sentido de prover legitimidade ao seu discurso junto ao público leitor, à medida que o aproxima de um espaço institucional ao qual se deveria atribuir elevada importância e qualidade. Um lugar que, cada vez mais, deveria sediar os debates da História como *ciência de referência*. Podemos dizer, desse modo, que Hélio Vianna era um representante dessa História “acadêmica”, disciplinada e profissional naquele cenário. Neste capítulo, pretendemos analisar de que forma este mesmo historiador pensou e contribuiu com a história escolar, com destaque para o ensino secundário, ambiente do qual esteve afastado durante boa parte de sua vida profissional¹⁵⁵. Não desejamos, com isso, supor a existência de uma

¹⁵³ Sua obra *História das Fronteiras do Brasil* (1948) é resultado de um curso ministrado em 1947 na Escola de Estado-Maior do Exército.

¹⁵⁴ FREITAS, Itamar. **Histórias do ensino de história no Brasil (1890-1945)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006. p. 14. Hélio Vianna teve seus estudos “O ensino da história do Brasil nas faculdades de filosofia” e “O ensino de história da América” incluídos na obra *O ensino da história no Brasil* (1953), organizado pela Comissão de História do Instituto Panamericano de Geografia e História. Itamar Freitas informa que posteriormente estes trabalhos foram atualizados e complementados por Américo Jacobina Lacombe, historiador e amigo pessoal de Vianna, e compuseram um capítulo da *Introdução à história do Brasil* (1973), um manual direcionado à formação de professores encomendado por Anísio Teixeira.

¹⁵⁵ Em seu perfil de associado no site do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, há menção ao exercício do magistério no ensino médio. Não encontramos detalhes sobre a duração e os

hierarquia entre as funções exercidas pelo historiador ou entre conhecimento histórico acadêmico e conhecimento histórico escolar, mas entendê-los como regimes diferentes de produção do passado, dotados de naturezas próprias e *status* específicos¹⁵⁶ e que, no entanto, não devem ser tratados de forma completamente desassociada, visto que são parte de um mesmo processo: a produção do conhecimento histórico. E, em nosso caso, constituem faces de um mesmo historiador em seu ofício.

Estamos de acordo com o que propõe Manoel Luiz Salgado Guimarães no texto “Escrita da história e ensino de história: tensões e paradoxos”¹⁵⁷, no sentido de conceber o ensino de história como parte de um uso que se procura dar à tarefa de escrever história, o que demanda que seu estudo passe pelas reflexões e problematizações levantadas pela teoria da história:

Entender como certos procedimentos de ritualização memorialística estão embutidos num corpo de ensinamentos reificados a partir de conteúdos solidamente estabelecidos, mas pouco interrogados em sua historicidade, aproxima-nos dos procedimentos de uma historiografia como campo de investigação e interrogação acerca dos fundamentos do nosso ofício¹⁵⁸.

Pensar a história ensinada exige necessariamente que seja considerada a trajetória da disciplina em sua historicidade, o que remonta ao século XIX, quando de seu surgimento sob determinadas bases e de sua transformação em pedagogia escolar com fins políticos¹⁵⁹. No Brasil, a primeira instituição de ensino a adotá-la foi o Colégio Pedro II, em um contexto pós-independente desejoso da formação de uma identidade nacional e do preparo de jovens brasileiros capazes de conduzir a nação. A partir daquele momento, a disciplina escolar história nunca mais seria ponto pacífico na agenda nacional, tornando-se objeto de frequentes regulamentações, reformas curriculares e debates públicos e especializados.

estabelecimentos de ensino em que trabalhou, além da informação de que chegou a lecionar no Colégio Jacobina, no Rio de Janeiro. A análise de sua carreira e dos cargos que ocupou ao longo da vida demonstram, entretanto, que essa atividade ao menos não foi uma prioridade para o historiador.

¹⁵⁶ SILVA, Cristiani Bereta da. Conhecimento histórico escolar. Verbete. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019. p. 52.

¹⁵⁷ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Escrita da história e ensino de história: tensões e paradoxos. In: ROCHA, Helenice A. Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. p. 35-50.

¹⁵⁸ Ibidem. p. 38-9.

¹⁵⁹ Ibidem. p. 36-37.

Trata-se, dessa forma, de uma área de investigação complexa, a qual requer indagações sobre o papel exercido pela escola em cada momento, a formulação de currículos, métodos de ensino e aprendizagem, memória/esquecimento, regimes de historicidade, demandas e exigências da sociedade, formação docente, etc. Na impossibilidade de abarcar todas essas questões no escopo deste trabalho, nos limitaremos a discutir os principais pontos suscitados pelas fontes selecionadas.

2.1 Para que aprender-ensinar História? História ensinada, poder e futuro: o conhecimento histórico como condição de sobrevivência da Nação

Dada a preocupação manifestada por Hélio Vianna com diversos pontos que envolvem a história ensinada, cabe-nos indagar: afinal, que papel se atribui ao ensino de história e, mais especificamente, ao ensino de História do Brasil nos vários níveis de ensino? Em sua concepção, para que aprender e ensinar História? Quais expectativas são depositadas nessa atividade?

Analisaremos, a seguir, três artigos escritos por Vianna em que o assunto é tratado diretamente. O primeiro é “O ensino da História do Brasil”¹⁶⁰, publicado na seção História¹⁶¹ da *Revista Cultura Política* em abril de 1943. O texto versa sobre a implantação e as dificuldades enfrentadas, desde o século XIX, pela História do Brasil para fixar-se como disciplina escolar autônoma, as reformas educacionais sofridas, a formulação de compêndios didáticos e a atuação do Instituto Histórico e Geográfico neste domínio. Conta com mais de quarenta notas de rodapé com referências indicando obras, páginas e materiais consultados. Percebe-se grande variedade nessa consulta: programas de ensino, periódicos, documentos oficiais, obras de outros autores e cartas, o que denota um bom conhecimento acerca da história da disciplina no país. Retomaremos parte dessa trajetória narrada no artigo a fim de situarmos as colocações do autor.

Conta Vianna que a história como matéria escolar no Brasil surgiu na década de 1830, com a fundação do Colégio Pedro II, estabelecimento de ensino secundário¹⁶² que

¹⁶⁰ De acordo com Lucinda Coutinho de Mello Coelho, este texto foi também a primeira aula de 1943 do catedrático na Faculdade Nacional de Filosofia da UB. Cf. COELHO, op. Cit., 1986.

¹⁶¹ Curiosamente, o artigo é inserido na seção “História”, e não na “Educação”, também presente no número. Pode-se inferir que isto se deva ao fato de o artigo de Vianna tratar do tema em uma perspectiva cronológica, embora discuta também a situação atual da disciplina.

¹⁶² Em resumo, a educação secundária compreendia uma etapa intermediária, posterior à educação primária (voltada ao aprendizado das primeiras letras), de aprofundamento dos estudos e preparação da juventude para o ingresso nos cursos superiores. A princípio, este nível de ensino acolheu sobretudo estudantes aspirantes ou pertencentes à elite da sociedade brasileira, e alcançou uma maior expansão

seria por muito tempo um modelo para os demais. Somente em 1849, porém, a cadeira de História do Brasil se viu desligada da anterior História Geral, Pátria, Geografia e Cronologia, tendo à frente o professor Antônio Gonçalves Dias. Antes mesmo que houvesse essa separação, era frequente a queixa, por parte dos professores responsáveis pelas disciplinas históricas, da inexistência de bons compêndios de História do Brasil que pudessem ser empregados no curso. Ao mencionar esse fato, Vianna afirma que este era, ainda naqueles dias, um problema: “Persistia, entretanto, a questão da dificuldade da adoção de um compêndio de História do Brasil, obstáculo ao bom ensino da disciplina até hoje observado”¹⁶³. Como demonstram vários documentos do século XIX explorados pelo autor, havia uma demanda, por parte dos professores, para que o IHGB intervisse na situação, nomeando uma comissão que indicasse um compêndio a ser adotado, mas ao que parece houve um adiamento da tarefa pela instituição, já que o pedido teve de ser reiterado em outras ocasiões. De qualquer modo, o Instituto carregava consigo a “missão de verdadeiro árbitro do valor de quaisquer obras relativas à História do Brasil, aqui ou no estrangeiro publicadas”¹⁶⁴. Era comum a emissão de pareceres dos membros da agremiação atestando a qualidade ou criticando produções, e alguns autores, segundo Vianna, chegaram a publicar obras visando exatamente despertar estes comentários. É o caso, por exemplo, do *Índice Cronológico dos Fatos mais Notáveis da História do Brasil* (1850), de Agostinho Marques Perdigão Malheiro, que recebeu críticas e defesas. Também são citados os pareceres críticos de Francisco Adolfo de Varnhagen a compêndios como *Resumo de História do Brasil* (1831), de Niemeyer Bellegarde, e *Compêndio de História do Brasil* (1843), do general José Inácio de Abreu Lima, cujos conteúdos, segundo Varnhagen, não passavam de más cópias de trabalhos estrangeiros.

Percebe-se, com isso, uma intersecção entre o mundo “acadêmico”/erudito e o meio escolar. No artigo, voltado à discussão sobre o ensino da História do Brasil, fala-se do concurso lançado pelo IHGB em 1840 em busca do melhor plano de escrita de história

apenas em meados do século XX. O ensino secundário recebeu, ao longo dos anos, diversas denominações e seriações. A partir de 1931, com a Reforma Francisco Campos, começou a ser dividido em dois ciclos. No recorte temporal em que se insere a pesquisa, o primeiro ciclo do ensino secundário era denominado ginásial, enquanto o segundo ciclo era chamado colegial.

¹⁶³ VIANNA, Hélio. O ensino de História do Brasil. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, ano 3, n. 26, p. 117-125, 1943. p. 118.

¹⁶⁴ Ibidem. p. 121.

do Brasil e da publicação da *História Geral do Brasil* de Varnhagen, a qual teria aberto “uma nova era para a historiografia brasileira”¹⁶⁵ e que

graças às anotações de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia, é a melhor que no gênero possuímos. [...] Apesar disto, a elaboração de uma perfeita História do Brasil, ideal até agora inatingido, continuava a ser constante preocupação do Instituto Histórico, tendo em vista o melhoramento do respectivo ensino¹⁶⁶.

É estabelecida, portanto, uma relação direta entre a elevação da qualidade das pesquisas e a melhoria do ensino. Especialmente no século XIX, os dois domínios estiveram intimamente ligados, visto que a história foi concebida como um instrumento pedagógico voltado à construção de uma identidade nacional¹⁶⁷. Era preciso não apenas forjar uma história para a jovem nação, mas uma história que pudesse ser aprendida e compartilhada entre seus membros. A escola elementar e secundária bem como os livros de história em geral foram, assim, agentes privilegiados na construção e circulação de tais saberes¹⁶⁸. De acordo com Circe Bittencourt, o caráter cívico do ensino foi um objetivo de longa duração na organização da história escolar brasileira, atravessando o século XIX e alcançando o século seguinte. Buscava-se “construir uma idéia de nação associada à de pátria, integradas como eixos indissolúveis.”¹⁶⁹, noção que evidencia o tom a um só tempo utilitário e formativo-espiritual do empreendimento.

Nos textos analisados, Hélio Vianna defende ardorosamente a existência da disciplina de História do Brasil nos vários níveis de ensino e suas motivações parecem caminhar nessa direção. A Reforma Epitácio Pessoa, de 1901, é vista pelo autor como um “grande golpe para o ensino da História do Brasil”¹⁷⁰, pois com ela esta foi dissolvida e voltou a fazer parte da História Universal nos currículos, “como se o país, que acabava de completar quatro séculos de existência, pudesse prescindir do conhecimento de seu passado”¹⁷¹. Vê-se, a partir de suas exposições, que a História do Brasil como disciplina

¹⁶⁵ Ibidem. p. 121.

¹⁶⁶ Ibidem. p. 122.

¹⁶⁷ BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008. p. 61.

¹⁶⁸ A historiadora Arlette Medeiros Gasparello considera até mesmo que “foram os autores didáticos os primeiros a apresentarem uma história nacional escrita em português, que poderia ser lida por um maior número de pessoas e estudantes.”. GASPARELLO, Arlette Medeiros. O livro didático como referência de cultura histórica. In: ROCHA, Helenice A. Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **A escrita da história escolar: memória e historiografia**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009. p. 265-280. p. 279.

¹⁶⁹ BITTENCOURT, op. Cit., 2008. p. 61.

¹⁷⁰ VIANNA, op. Cit., 1943. p. 120.

¹⁷¹ Ibidem.

escolar autônoma nunca encontrou solo seguro para florescer e enfrentou dificuldades e instabilidades que, como se sabe, tinham como plano de fundo discussões de ordem política, epistemológica, pedagógica, etc. Após ter sido restabelecida com a Reforma Rocha Vaz (1925), outro golpe lhe foi dado em 1931, com a decisão de sua suspensão e incorporação à disciplina de História da Civilização pela Reforma Francisco Campos. A história pátria ocupava um espaço diminuto nas aulas, nos materiais didáticos e mesmo nos pontos dos exames de admissão. Essa situação, segundo o autor, consternou e provocou logo importantes protestos e pedidos de reconsideração por diversos setores da sociedade – escritores, jornalistas, professores, historiadores, deputados, membros do IHGB e do Colégio Pedro II e participantes do III Congresso de História Nacional –, que o faziam “em nome das mais caras tradições brasileiras e ante o perigo da obra de desnacionalização que se continha no desprezo do ensino da História do Brasil”¹⁷². Nos anos de 1939 e 1940, conta que houve uma grande campanha realizada na imprensa, liderada pelo *Correio da Manhã*, para o retorno daquela cadeira nos estabelecimentos de ensino. No periódico foram divulgadas entrevistas feitas a “historiadores, professores, diretores de colégios e os próprios responsáveis pela orientação do ensino civil e militar, de todos recebendo, sem exceção, a expressão dos seus votos por aquele fim, cujo mérito realçavam, em benefício da educação cívica dos jovens brasileiros.”¹⁷³. Outros jornais e “opiniões autorizadas” se juntaram à causa, forçando um posicionamento por parte do governo. A resposta veio primeiramente em março de 1940, com uma portaria emitida pelo Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, que previa o retorno da disciplina de História do Brasil ao primeiro ciclo do ensino secundário, coroada e expandida depois pela Lei Orgânica do Ensino Secundário (decreto-lei n. 4.244), firmada em 9 de abril de 1942. No artigo, publicado um ano após decretadas essas medidas, Vianna se mostra esperançoso quanto ao futuro e, escrevendo em um periódico oficial, aproveita para externar seus cumprimentos ao ministro e ao presidente Vargas:

Os programas, já publicados, do curso ginásial, evidenciam real progresso sobre os anteriores, em que quantidade e qualidade, e tudo indica que em breve estará sanada a grave falha que consistia no quase completo desconhecimento da História Pátria com que saíam dos ginásios os nossos estudantes.

À vista da modificação para melhor que encerra, no setor do ensino da História do Brasil, a última reforma, ninguém lhe negará aplausos, sendo lícito esperar que excelentes resultados venham coroar a

¹⁷² Ibidem. p. 123.

¹⁷³ Ibidem. p. 124.

restauração daquela disciplina autônoma nos cursos secundários, em boa hora determinada pelo governo do presidente Getúlio Vargas, eficientemente secundado pelo ministro Gustavo Capanema¹⁷⁴.

O autor denuncia a gravidade da não centralidade da história do Brasil, por muito tempo verificada nos currículos secundários. A opinião que emite a respeito da organização do ensino primário no Brasil nos mostra que o imperativo da integração e da união nacional, traço característico de seu pensamento, como pudemos acompanhar no primeiro capítulo deste trabalho, também se aplica ao ensino de história. Enquanto o ensino secundário era regido pela legislação federal e pelas diretrizes empregadas pelo Colégio Pedro II, o primário desde a reforma constitucional de 1834 gozava de maior liberdade, e as decisões eram tomadas internamente por cada província. Esta autonomia, para Vianna, podia ser perniciosa e gerar fragmentações na unidade nacional ao “instaurar as mais profundas diferenciações entre o que era disposto para um ou outro ponto do território nacional, salientando-se, aqui e ali, sintomáticas preferências pela história regional, em detrimento da de todo o país”¹⁷⁵. Alinha-se, desse modo, à corrente que preza acima de tudo pela unidade nacional e homogeneização de diretrizes, a despeito de todos os debates na seara pedagógica sobre a necessidade de um ensino adaptado às realidades locais de professores e estudantes.

Temos, agora, a oportunidade de confrontar e ampliar nosso entendimento acerca das asserções até o momento expostas por meio da análise de um artigo de mesmo título publicado por Hélio Vianna no *Jornal do Commercio* após quinze anos, em abril de 1958¹⁷⁶. O texto, mais sucinto que o de *Cultura Política*, reproduz algumas passagens do anterior, mas acrescenta outras inéditas e igualmente sugestivas.

A começar pela expectativa por uma melhoria do ensino, que parece, neste meio tempo, ter sido frustrada. Ao se referir aos clamores dos professores oitocentistas pela adoção de bons compêndios de história nacional, repete que este ainda era um “obstáculo ao bom ensino da disciplina até hoje observado” e acrescenta: “inclusive devido aos maus programas vigentes”. Os livros didáticos, como veremos, eram incorporados às escolas com a condição de que estivessem de acordo com os programas oficiais, que estabeleciam as unidades e assuntos a serem tratados. Depreende-se, com essa afirmação, que o autor

¹⁷⁴ Ibidem. p. 125.

¹⁷⁵ Ibidem. p. 122-123.

¹⁷⁶ VIANNA, Hélio. O ensino da História do Brasil. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 5-6 abr. 1958.

não se encontrava plenamente satisfeito com os últimos currículos, colocados em vigor a partir de 1951 como resultado das reformulações contidas nas portarias ministeriais assinadas por Simões Filho.

Outro ponto relevante é a ênfase que dá à figura de Capistrano de Abreu como fundador de certa tradição no ensino de História. “O ensino da história do Brasil” de 1943 é dividido em quatro tópicos: No Colégio D. Pedro II; No Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; No regime da reforma de 1931 e Na reforma do ensino secundário de 1942. No de 1958, são seis: No colégio D. Pedro II; Criação da Cadeira; Macedo, professor de História; Capistrano de Abreu, professor; A História e as reformas do ensino e A História do Brasil no Ensino Superior. Embora os dois apresentem uma estrutura semelhante e cheguem, até mesmo, a possuir trechos em comum ao tratar do desenvolvimento da disciplina histórica no Colégio Pedro II e reformas educacionais, nota-se a inclusão de tópicos que trazem no título nomes de historiadores: Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882) e Capistrano de Abreu (1853-1927).

O escritor, médico, jornalista e membro do IHGB Joaquim Manuel de Macedo foi professor na cátedra de História e Corografia do Brasil do Colégio Pedro II desde 1859 até sua morte. Em 1861, publicou suas *Lições de História do Brasil*, “que sucessivas edições consagraram, até os nossos dias, apesar dos protestos contra o seu método levantados por *autoridades* como Capistrano de Abreu”¹⁷⁷, compêndio¹⁷⁸ adotado pelo Colégio e ali posto em uso pelo próprio Macedo. Para falar de Macedo no desempenho dessa função, nos dois artigos Hélio Vianna insere, a título de testemunha, uma citação de tamanho razoável de um ex-aluno do Colégio, o historiador José Vieira Fazenda (1874-1917), em memória publicada no volume *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro* (1921). A lembrança das aulas do professor Macedo gerava incômodo em Fazenda: o autor de *A Moreninha* assumia em sala um tom austero e distante dos alunos, suas aulas eram desinteressantes, pois, mesmo sendo um homem ilustrado, não fazia questão de apreciar a história brasileira com “um pouco de filosofia”. “Era repetir o que estava no compêndio e nada mais”. Em episódios em que Joaquim Macedo precisou ser substituído temporariamente, outros professores se destacaram positivamente no exercício do mesmo

¹⁷⁷ Ibidem. Grifos nossos.

¹⁷⁸ As Lições tiveram uma primeira versão para o Colégio Pedro II e, pouco depois, ganharam uma adaptação para uso nas escolas primárias. Sobre Macedo-professor e seu compêndio, cf. MATTOS, Selma Rinaldi de. **O Brasil em lições** – a história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo. Rio de Janeiro: Access, 2000.

encargo, como Salvador de Mendonça – “Este, sim, moço cheio de esperanças, fazia belíssimas preleções” – e o futuro Barão do Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior.

Em 1882, Joaquim Macedo falece e a cátedra de História e Corografia fica vaga, problema que viria a ser resolvido no ano seguinte, com a abertura de um concurso para seu preenchimento. No artigo de *Cultura Política*, Hélio Vianna menciona rapidamente o processo de ingresso de Capistrano de Abreu na cadeira, mas não deixa de louvar o seu legado, afirmando que:

Uma nova fase no ensino da disciplina iria abrir-se em 1883, com o ingresso no corpo docente do mais eminente de nossos historiadores, João Capistrano de Abreu [...] o mestre inigualável de nossa História. Sua obra de renovação do estudo do passado nacional nem mesmo com seu falecimento foi interrompida, pois ainda hoje a Sociedade que lhe tem o nome, composta de antigos discípulos e admiradores, cultua a sua memória, reeditando-lhe os livros e reunindo-lhe os artigos, prefácios e cartas, incentivando e premiando o aparecimento de trabalhos do gênero dos seus, etc¹⁷⁹.

Já no texto do *Jornal do Commercio*, o autor detalha os aspectos que envolveram a entrada e permanência de Capistrano naquele colégio e traz impressões de outros letrados sobre sua atuação. A respeito de sua tese de ingresso, “Descobrimento do Brasil e seu desenvolvimento no século XVI”, a estima como um “trabalho ainda hoje reputado como dos melhores, relativamente a esse acontecimento e período”, dotado de estilo “excepcionalmente sucinto”, sem margem para “réplicas acadêmicas”, apesar das ponderações feitas pelos “limitadíssimos examinadores” presentes na banca. São apresentadas, ainda, duas visões sobre sua conduta como docente, uma elogiosa, de Júlio Ribeiro, que o considerava “a maior glória do magistério oficial brasileiro”, e outra crítica, de José Verissimo, que assinalava que “Capistrano era mestre, não baixava a explicação ao nível de seus discípulos menos favorecidos de compreensão”. Nota-se que até mesmo a apreciação negativa não deixa de reconhecer a capacidade e maestria de Capistrano, o que acaba por reforçar a tese de Vianna de que o historiador fora de fato excepcional. E como historiador inteligente e consciencioso, não pôde deixar de sair em defesa da história pátria diante da Reforma Epitácio Pessoa na virada do século, deixando a cadeira em sinal de protesto à sua extinção iminente.

¹⁷⁹ VIANNA, op. Cit., 1943.p. 120.

A argumentação tem sequência com a explanação sobre o jogo de forças representado pelas reformas educacionais que regulamentaram a presença ou não da disciplina escolar História do Brasil nos programas para, finalmente, abordar como essa disciplina, em seu juízo tão primordial, alcançou também a universidade, curiosamente durante a Reforma Francisco Campos. Ainda na década de 1930 foram fundadas as primeiras Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras. Destaca-se entre o texto de 1943 e o de 1958 uma sutil, mas significativa modificação a respeito das finalidades anunciadas destas faculdades. Na Revista, afirma apenas que “Visavam a atender [...] à formação do professorado destinado ao ensino secundário”¹⁸⁰, ao passo que no Jornal coloca que foram “instituídas para preparo de professores secundários e para desenvolver a pesquisa científica no país”. Tal inclusão pode indicar um deslocamento na percepção de Hélio Vianna sobre o papel do curso universitário de História, em um dos quais ele lecionava. Como se sabe, o crescimento das atividades de pesquisa histórica nas universidades brasileiras foi lento e se consolidou gradualmente ao longo da segunda metade do século, muito em virtude do surgimento dos cursos de pós-graduação em História, quando as universidades começaram a se tornar lugares de produção historiográfica por excelência.¹⁸¹

A História do Brasil surge no nível universitário com a criação da cátedra “erroneamente denominada História da Civilização Brasileira”, primeiramente na faculdade católica paulista Sedes Sapientiae, em 1933, e depois na Universidade de São Paulo, em 1934, ambas tendo à frente o historiador Afonso d’Escagnolle Taunay. “Criava-se, assim, o ensino da História Pátria em grau universitário, como acontece na maioria dos países cultos”. Apesar de Vianna não dar maiores explicações sobre o porquê de a opção por História Civilização Brasileira soar, para si, inadequada, deve-se dizer que essa divergência carregava, em suas bases, um debate importante, o qual excede o detalhe da nomenclatura, como nos mostra Karina Anhezini em sua tese *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*¹⁸². A História da Civilização ou dos Costumes, como Taunay preferia designá-la, cujo crescimento entre os séculos XIX e XX foi notável, tinha como propósito estudar a história dos hábitos

¹⁸⁰ Ibidem. p. 123.

¹⁸¹ ROIZ, Diogo da Silva. A institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956. **Agora**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n.1, p. 65-104, jan./jun. 2007.

¹⁸² ANHEZINI, Karina. Op. Cit., 2006.

humanos e possibilitava uma abertura maior aos temas da história econômica, religiosa, literária, artística e científica. Esse tipo de análise se opunha à “história batalha”, concentrada em aspectos políticos e administrativos, demarcando, portanto, uma transformação no campo historiográfico brasileiro que não esteve isenta de confrontos¹⁸³.

De qualquer modo, Vianna considera Afonso Taunay “o seu [estudioso da História da Civilização] maior historiador então vivo”¹⁸⁴ e que “manteve a tradição vinda de Gonçalves Dias e Capistrano de Abreu, de quando o referido ensino ainda se limitava ao grau secundário”. A admiração por Afonso Taunay está ligada, dessa forma, à assimilação de preceitos vinculados a Capistrano de Abreu. Para Vianna, Capistrano de Abreu não apenas superou Joaquim Macedo ao irrigar com novas ideias a cadeira no Colégio Pedro II, como também plantou sementes para o futuro, as quais estavam, agora, frutificando e consolidando uma tradição. Conforme sugerem os subtítulos do artigo, mais que “professor de História”, Capistrano era “professor”.

Já na Universidade do Distrito Federal, fundada em 1935, os responsáveis pela História da Civilização Brasileira foram os professores Afonso Arinos de Melo Franco, Luiz Camilo de Oliveira Neto e o comandante Eugênio de Castro. Acerca deste último, o autor informa que era “amigo de Capistrano, que exigiu e obteve o restabelecimento de sua denominação tradicional da História do Brasil”¹⁸⁵. Percebe-se, mais uma vez, a tentativa de estabelecer – ainda que forçosamente – relações que têm em Capistrano de Abreu a figura central e legitimadora, o que soa, aqui, minimamente contraditório, visto que os fundamentos da História da Civilização Brasileira como área de pesquisa

¹⁸³ Um exemplo é a relutância do diretor do Museu Histórico Nacional, Gustavo Barroso, em aceitar a denominação “História da Civilização Brasileira” cultivada por Pedro Calmon dentro da instituição, o que expunha, segundo Nayara Galeno do Vale, a concepção conservadora de passado de Barroso. VALE, op. Cit., 2012.

¹⁸⁴ Quando o texto é definitivamente publicado no *Jornal do Commercio*, em abril de 1958, havia Afonso Taunay falecido há menos de um mês. Curiosamente, na coluna ao lado do texto de Vianna está presente o artigo “Os processos de Nhô Nhêu”, pelo mesmo Taunay, provavelmente submetido ao periódico pouco antes de seu falecimento.

¹⁸⁵ Eugênio Teixeira de Castro (1882-1947) foi um marinheiro, historiador e geógrafo português que residiu no Brasil, tendo chegado a ser sócio do IHGB. Em artigo publicado na revista do Instituto, em que é homenageado por ocasião de sua morte, foram ressaltados seus estreitos contatos com Capistrano de Abreu, de quem se dizia “discípulo declarado”. De sua obra, são destacados seus *Ensaio de Geografia Linguística* e a anotação do *Diário da Navegação*, de Pero Lopes de Sousa, sob incentivo de Capistrano, que reservou para si a escrita do prefácio do trabalho. Cf. GANSS, Cláudio. Relembrando os mortos do Instituto Histórico de Petrópolis. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, n. 198, jan./mar. 1948. p. 247-253. A respeito de sua passagem pela Universidade do Distrito Federal ou pela sucessora Universidade do Brasil e a reivindicação pelo retorno da denominação História do Brasil em substituição à História da Civilização Brasileira, mencionada por Hélio Vianna, não encontramos registros.

derivaram, segundo o próprio Afonso de Taunay, de Capistrano de Abreu¹⁸⁶. A UDF, ademais, guiada por um projeto inovador sob os auspícios de Anísio Teixeira, ficou reconhecida por reunir em seu quadro docente indivíduos com ideias dissonantes do que era recomendado oficialmente, gerando incômodo em espíritos mais conservadores como Alceu Amoroso Lima¹⁸⁷.

Para concluir, Vianna cita a fundação da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1939), onde “coube ao autor destas linhas o encargo da primeira cátedra federal de História do Brasil”, o que, a nosso ver, também consiste em um esforço de inserir-se nessa cadeia e valorizar sua contribuição na manutenção do ensino de História do Brasil em nível superior, que, por sua vez, tinha como uma de suas tarefas formar os professores que lecionariam na educação básica. Nessa lógica, Hélio Vianna se coloca no lugar de primeiro catedrático de História do Brasil – e não de História da Civilização Brasileira – após a restituição da nomenclatura e em uma universidade federal – a qual, conforme as orientações oficiais, deveria ser uma universidade-modelo para as que viriam a ser criadas.

A instauração da disciplina de História do Brasil nas universidades é, para Vianna, o encerramento de um ciclo vitorioso e necessário que liga a educação primária, secundária e superior. No trecho seguinte fica clara a extrema importância do ensino de história para uma nação, capaz de assegurar sua sobrevivência no mundo civilizado:

Está, assim, o ensino da História Pátria no nível e na extensão a que faz jus, cientes, os que alcançam o seu valor, que um país que não conhece a sua História, que não a ensina aos seus filhos, é um candidato ao suicídio, ao desaparecimento dentre as nações civilizadas¹⁸⁸.

Se escrever – ou biografar – a história da nação é dar-lhe vida, ensiná-la é garantir sua longevidade e, em última instância, torná-la imortal.

Na concepção do historiador, conhecer a história da própria nação compreende, além disso, ter consciência de sua posição ou estágio dentro do mundo ocidental. Os princípios evolucionistas que demonstra em outras obras têm espaço, também, no artigo¹⁸⁹ *Ensino e conceito de História da América*, publicado na seção História da

¹⁸⁶ ANHEZINI, op. Cit. 2006.p. 58.

¹⁸⁷ FERREIRA, op. Cit., 2013.

¹⁸⁸ VIANNA, op. Cit., 1958.

¹⁸⁹ O texto foi posteriormente incluído no livro *Estudos de História Colonial* e há indicação, na listagem de Lucinda Coelho, de que esta foi sua primeira aula da disciplina de História da América na Faculdade Católica de Filosofia. COELHO, op. Cit., 1986.

Revista Cultura Política em junho de 1943. Nele, aponta que os primeiros estímulos ao ensino da disciplina de História da América ocorreram na década de 1850, pelo frei Camilo de Monserrate, o qual acreditava que o estudo das histórias nacionais deveria estar necessariamente ligado à de outras nações americanas, pois elas caminhavam para desenvolvimentos semelhantes e deveriam procurar o fortalecimento mútuo, de forma que suas relações com a Europa passassem a não ser mais caracterizadas pela influência. A disciplina de História da América bem como seus conteúdos, porém, demorariam a aparecer com evidência nos currículos, sendo reforçados apenas com a Reforma Francisco Campos (1931), Capanema (1942) e com a criação da cadeira de História da América no nível superior (1939). Após apresentar um debate historiográfico travado entre os historiadores americanos Edmundo O’Gorman, Lewis Hanke, Herbert Bolton e Enrique de Gandia em torno do conceito de panamericanismo e História da América, Vianna anuncia suas próprias ideias a respeito. Defende que havia uma grande diferença entre anglo, hispano e luso-americanos, e que essas condições colonizadoras/“originárias” distintas resultaram em arranjos políticos e sociais também muito diferentes. Para que os países americanos pudessem ser estudados como um conjunto, a premissa das diferenças deveria ser levada em conta em primeiro lugar, antes da procura por afinidades. Apesar disso, estudar a América como continente era importante e necessário:

Há, entretanto, grande necessidade de que apareça, na América, um sentido continental, que represente segurança contra fatores dissociativos que nos veem da Europa, e mesmo da Ásia. Há vantagens reais na existência de uma comunidade de sentimentos que seja, simultaneamente, uma ligação e um meio de defesa. Que signifique a afirmação de mocidade e de vida que ao Novo Mundo ainda deve caber, isentando-o das divergências e dos problemas que não estão de acordo com o seu tempo de participação na História¹⁹⁰.

Percebe-se uma visão muito nuançada da questão, a qual chega a ser paradoxal. Deseja-se a proteção contra os fatores dissociativos europeus não pela germinação de um sentimento antieuropeu/decolonial, mas pelo fato de os países americanos não terem atingido, ainda, certos graus de evolução, cuja linha medidora e critérios definidores são ordenados justamente por uma visão de mundo eurocêntrica.

O escalonamento se aplica, também, aos países americanos, que poderiam se unir e beneficiar dessa interação:

¹⁹⁰ VIANNA, Hélio. Ensino e conceito de História da América. *Cultura Política* – Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, ano 3, n. 28, p. 148-158, 1943b. p. 153.

Além disso, as diferenças assinaladas numa formação, não somos obrigados a mantê-las depois de completado seu ciclo inicial. As nações que atingem a maturidade podem e devem entrar em amplos entendimentos com outras nações delas diversas, até mesmo para modificar as características menos benéficas que ocasionalmente possuam¹⁹¹.

O autor empreende, em seguida, uma síntese das aproximações e, principalmente, distanciamentos que envolveram a colonização americana por ingleses, portugueses e espanhóis. Nisso, não poupa elogios aos povos europeus e os tem por primeiros povoadores e formadores do continente, cuja perda de domínio após as independências deixou os antigos países colonizados em uma “angustiosa busca de si mesmos”, que aos poucos vinha sendo superada. A base sólida para o panamericanismo, longe de ser obtida a partir de “declarações líricas ou oportunistas”, seria alcançada apenas quando “estiverem em tôdas as consciências [sic] as vantagens de um continentalismo bem compreendido”¹⁹² e, como se presume, o ensino da história americana poderia muito bem ser um caminho para a formação dessas consciências.

As noções apresentadas por Hélio Vianna em torno do ensino de história evidenciam a centralidade do tema, visto como um pedestal a sustentar e conservar não apenas a história da nação, mas a própria nação como entidade. A existência do ensino de História do Brasil em todos os níveis – primário, secundário e superior – era considerada imprescindível para que um país visse asseguradas no futuro, a partir da formação de sua juventude, as máximas do civismo, patriotismo e integração nacional, a propósito tão valorizadas por Vianna. Além disso, em seu ponto de vista a disciplina escolar História do Brasil dava à nação condições para seu autoconhecimento à medida que possibilitava uma visada do que o país já havia sido, do que era no momento e do potencial de crescimento que ainda possuía para manter e aumentar, numa concepção moderna de história, seu espaço no mundo considerado civilizado. De nada adianta reunir este poder, porém, se tal ensino não for estruturado de acordo com o que se busca alcançar. A pergunta “*para que aprender-ensinar história?*” agora deve ser transformada em “*o que aprender-ensinar na disciplina histórica?*”

¹⁹¹ Ibidem. p. 154.

¹⁹² Ibidem. p. 158.

2.2 Que História do Brasil deveria ser ensinada às novas gerações?

Conhecidas, no primeiro capítulo, as ideias primordiais sustentadas por Hélio Vianna em algumas de suas obras e, no tópico anterior, suas disposições quanto ao ensino de história, vejamos agora como estes saberes e concepções apareceram em sua produção didática, da qual examinaremos três obras: *História do Brasil para a primeira série ginasial* (1952), *História do Brasil Colonial para o segundo ano colegial* (1952) e *História do Brasil Independente para o terceiro ano colegial* (1953), todas publicadas sob responsabilidade da Companhia Editora Nacional no início da década de 1950 e confeccionadas de acordo com os programas oficiais então vigentes.

Em razão das balizas estabelecidas para esta pesquisa, esclarecemos que nos deteremos principalmente à dimensão textual das obras e aos fatores e problemáticas subjacentes a sua produção. Dessa forma, não teremos espaço e subsídios, aqui, para investigar a circulação, as apropriações e usos do material pelas escolas, professores e alunos, embora reconheçamos a importância dessa discussão para um estudo completo que tenha como objeto a história escolar.

As primeiras páginas dos livros em questão trazem a informação de que foram fabricados “de acordo com os programas oficiais”, o que significa que foram produzidos conforme o disposto nos programas e orientações definidos pelas portarias ministeriais emitidas no ano de 1951. Essa reforma curricular, pouco comentada na bibliografia especializada, é admitida por parte dos estudiosos como uma fase integrante, ainda, da Reforma Capanema (1942)¹⁹³, enquanto outros a denominam Reforma Simões Filho, visto que era este o ministro da Educação durante o segundo governo Vargas.

Desde o seu discurso de posse, Ernesto Simões Filho já havia ressaltado a importância do ensino primário para o aprendizado da leitura e do secundário para a formação cidadã dos brasileiros, bem como anunciado a necessidade de uma reforma que “descongestionasse” os programas secundários, tornando-os mais simplificados e adequados à realidade do país¹⁹⁴. Para tanto, tratou logo de montar uma comissão para estudar possibilidades de mudança. Uma peculiaridade dessa reforma, como constataam Ribeiro Jr. e Martins em seu artigo, se deu na reivindicação e aceite do governo com

¹⁹³ RIBEIRO JR, Halferd Carlos; MARTINS, Maria do Carmo. Reorganização do sistema de ensino em tempos democráticos: Reforma Curricular de 1951 e o ensino de História. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, p. 1-26, 2018. p. 2

¹⁹⁴ Ibidem.

relação ao retorno da prerrogativa de organização dos programas pelo Colégio Pedro II, de certa forma abalada desde a criação do Ministério da Educação e Saúde. Destacados professores do Colégio, Roberto Bandeira Accioli – História – e Nelson Romero – Filosofia –, foram nomeados para altos cargos no Conselho Nacional de Educação e Direção Nacional do Ensino Secundário, respectivamente, cargos estes que estariam intimamente relacionados à formulação e adequação dos programas. Por meio da portaria nº 614, de 10 de maio de 1951, ficou decidido que os programas seriam elaborados pela Congregação do Colégio Pedro II e expedidos pelo Ministério da Educação e Saúde. As orientações dadas pelo Ministério – fruto das deliberações de uma comissão interna – era de que fosse planejado um programa mínimo a ser adotado em todo o país, favorecendo a unidade “territorial e espiritual”, mas que pudesse ser adaptado às realidades regionais. Os debates sobre as melhorias esperadas para a educação foram também bastante discutidos fora da esfera governamental, em congressos, seminários e publicações, sendo a maior delas a revista *Atualidades Pedagógicas*. Tais atividades eram um indicativo do maior engajamento da comunidade nos assuntos educacionais, embora as reivindicações dos docentes nem sempre tenham sido ouvidas.

Finalmente, durante o segundo semestre de 1951, foram expedidos os programas oficiais, que passariam a vigor a partir do ano seguinte. Há indícios de que os de História Geral e do Brasil tenham sido elaborados pelo professor Roberto Accioli, do Colégio Pedro II¹⁹⁵. A portaria nº 966, de 2 de outubro de 1951, aprovou e expediu definitivamente os programas mínimos de todas as disciplinas do ensino ginásial e colegial, enquanto a de nº 1.045, de 14 de dezembro, disponibilizou os planos de desenvolvimento e instruções metodológicas a serem conhecidas por autores e professores. Nesta última portaria, admite-se para o ensino secundário a finalidade de

formar a personalidade integral do adolescente preparando-o para a vida prática; fazer dele um cidadão útil a si mesmo, à família e à Pátria; habilitá-lo ao exercício da profissão a que se destina, bem como à realização de estudos de mais alto teor, se a vocação e as circunstâncias peculiares assim o permitirem¹⁹⁶.

Além disso, via-se como importante colocar os estudantes em contato com os preceitos da honra, da lisura, da perseverança e da ética. Considerava-se que “Muito mais

¹⁹⁵ Em suas pesquisas documentais, Halferd Ribeiro Jr. e Maria do Carmo Martins constataram que nas propostas curriculares de 1951 houve uma forte prevalência de princípios que já haviam sido declarados por Accioli em outros meios. Ibidem.

¹⁹⁶ BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria nº 1.045, de 14 de dezembro de 1951. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1952.

importante que adornar a inteligência do estudante de expressões eruditas [...] será formar-lhe o caráter, estimular as qualidades boas que revela, corrigir as ruins [...]”¹⁹⁷. Essas competências seriam especialmente importantes para o período que atravessava o Brasil, quando se verificava que “fatores dissolventes de toda ordem concorrem[iam], poderosamente, para afastar a juventude dos bons caminhos da honra, da disciplina, da ordem e do trabalho”¹⁹⁸.

Na seção de instruções metodológicas para a execução dos programas de História Geral e do Brasil, é colocado como objetivo maior estimular a atitude crítica do aluno, partindo de sua realidade presente em direção ao passado. Para os dois primeiros anos do ginásial, recomendava-se uma visão de conjunto simplificada, enquanto nas duas últimas séries dever-se-ia abordar as ações importantes de indivíduos e expressões sociais, materiais e espirituais das sociedades estudadas, contemplando tanto a dimensão individual quanto coletiva. No ensino colegial, priorizava-se estudar os “elementos que formam a trama da história”: políticos, econômicos, sociais, religiosos, literários, artísticos, científicos, culturais e civilizacionais, com vistas a capacitar o estudante a tomar uma posição independente na vida prática. No 2º e 3º anos, pregava-se o sincronismo panorâmico com a história mundial e o foco no mundo social, além do desejo de que se evidenciasse a unidade americana, sem perder de vista o sentido cívico do ensino. Este, aliás, é considerado indispensável: “A formação patriótica é um ditame. Porém não basta amar a Pátria. Também há que compreendê-la e assim incumbe destacar a essência da alma brasileira, sua gênese, expressões [sic] típicas, as possibilidades do País”¹⁹⁹. De modo geral, estabelecia-se que a linguagem deveria ser simples e objetiva e utilizar as palavras adequadas, sem artifícios, superlativos em excesso e expressões banais, para expressar o estado d’alma de uma época. Dos alunos deveriam ser cobrados exercícios de investigação, raciocínio, ilustração e crítica, de acordo com a “pedagogia moderna” e a valorização de métodos ativos.

Como se vê, até mesmo as orientações voltadas ao ensino de história carregavam o lastro das propostas curriculares que se contrapunham à concepção puramente humanista de ensino, a qual defendia a valorização de disciplinas “clássicas” – como o estudo do Latim, Grego e Filosofia – e de um conhecimento desinteressado, desvinculado

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ Ibidem.

de uma aplicação imediata, com vistas à formação de elites e à preservação da alta cultura. O embate entre currículo científico e currículo humanista vinha sendo travado desde as primeiras décadas do século XX²⁰⁰. Esta última concepção, largamente empregada durante o século XIX e de certa forma reavivada pela Reforma Capanema de 1942, começou a ser questionada sob diversos aspectos. Primeiramente, porque o país vinha experimentando um grande crescimento industrial e urbano, o que exigia disciplinas mais específicas de capacitação para a prestação de serviços e exercício dos diversos ofícios. Depois porque houve, em meados do século, um aumento exponencial do público escolar, e a instrução passava a ser vista como uma ferramenta para a ascensão social dos setores médios urbanos, e não mais um privilégio das elites. Somado a isso, havia a reivindicação, no meio pedagógico, por uma educação secundária que unisse competências clássicas, técnicas e científicas para a formação de adultos funcionais, conscientes e autônomos. A reforma de 1951 veio, assim, ao encontro da expectativa geral por um desbastamento dos currículos, que deveriam prezar menos pela erudição e mais pela educação para a vida prática, para a preparação dos indivíduos não apenas para o mercado de trabalho, mas para a vivência em sociedade de maneira autônoma.

Um ponto em comum entre o currículo de 1942 e de 1951 diz respeito à formação cívico-patriótica, considerada elemento imprescindível à educação da mocidade, que aparece, entretanto, de maneira mais sutil em 1951. Concorreram para isso o abalo causado pelas duas guerras mundiais e as discussões pautadas pela Unesco acerca da importância do ensino de história na propagação do “respeito às diferenças culturais, limites e fronteiras entre nações, que visassem à ordem e à paz mundial, em uma compreensão internacional.”²⁰¹

Voltar atenção ao currículo vigente no período nos esclarece sobre a dinâmica de forças e as perspectivas que acabaram prevalecendo nas diretrizes oficiais, o que não significa, todavia, que estivessem ali representadas todas as ideias circulantes. Por isso, o

²⁰⁰ Sobre os debates e disputas relativos às diferentes propostas curriculares surgidas no novecentos, cf. FREITAS, Itamar. Reformas educacionais e os currículos nacionais para o ensino de história no Brasil republicano (1931-2009). **Cadernos de História da Educação** – v. 12, n. 1 – jan./jun. 2013.; SOUZA, Rosa Fátima de. Renovação do Currículo do Ensino Secundário no Brasil: as Últimas Batalhas pelo Humanismo (1920-1960). **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 72-90, jan./jun. 2009 e BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. **O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade do ensino**. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

²⁰¹ RIBEIRO JR; MARTINS, op. Cit., 2018. p. 12. Os autores apresentam, inclusive, um quadro comparativo entre a distribuição das disciplinas no curso ginasial na reforma de 1942 e 1951, salientando um alargamento da carga dedicada à história universal seguindo os preceitos da Unesco.

currículo deve ser entendido como parte da expressão de uma época e das competências e usos do ensino escolar visados naquele momento por determinados grupos, noções que se queriam refletidas nos livros didáticos, principais suportes pedagógicos adotados. A asserção de Alain Choppin sobre os livros/manuais didáticos é oportuna:

Depositário de um conteúdo educativo, o manual tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o "saber-ser") os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se²⁰².

O poder dos currículos e livros didáticos, ao menos no plano da intenção – já que seu impacto geracional efetivo é contestado por muitos pesquisadores –, tem o futuro como seu centro de interesse, mas, neste caso, também o presente, à medida que se busca uma formação moral, cívica e patriótica que deveria acompanhar os jovens por toda a vida e propagar-se na sociedade e, ao mesmo tempo, atender às demandas mais prementes do país.

Foi nessa organização curricular, então, que Hélio Vianna teve de se apoiar para elaborar seus livros de modo que pudessem ser aprovados e distribuídos para consumo. Fatores como a obrigatoriedade de adequação a um programa predeterminado e a normas editoriais, assim como a submissão a processos de avaliação governamentais descortinam a complexidade deste objeto cultural que é o livro didático²⁰³ e limitam, em algum grau, as análises centradas na autoria, uma vez que sua idealização e produção sofrem interferência de diferentes sujeitos e práticas.

Os exemplares físicos das obras selecionadas para este estudo apresentam a identificação de que pertenciam à Biblioteca do Ginásio Estadual Manuel Euclides de Brito, em Itatiba/SP, região metropolitana de Campinas, onde provavelmente foram utilizados. Nas primeiras páginas de cada um pode ser localizado o número do exemplar conforme a contagem da editora. O de História do Brasil para a primeira série ginásial é o 4899º número impresso; o de História do Brasil Colonial para o segundo ano colegial é o 3188º e o de História do Brasil Independente para o terceiro ano colegial, o 1276º. Estes dados, entretanto, são inconclusivos para a análise da tiragem das obras, sobre a qual não foram encontradas mais informações. Também não há notícia da existência de outras edições destes livros, o que demonstra que podem não ter tido uma boa vendagem frente

²⁰² CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. Trad. Maria Helena Camara Bastos. **História da Educação**, v. 6, n.11, p. 5–24, jan./jun. 2002. p. 14.

²⁰³ BITTENCOURT, op. Cit., 2008.

à grande concorrência verificada no período. Cabe lembrar ainda que estes não foram os únicos volumes didáticos publicados por Hélio Vianna. Contam-se pelo menos mais cinco²⁰⁴: *História do Brasil (1822-1937) para a quarta série ginasial* (1945), pela coleção “O Livro Escolar Brasileiro”, da Livraria José Olympio; *História do Brasil Colonial para a terceira série ginasial* (1945), pela Companhia Editora Nacional, com edição (1950) na coleção “Curso Delgado de Carvalho”, da mesma editora; *História do Brasil para a terceira série colegial* (1946), pela Companhia Editora Nacional, com outras duas edições (1948 e 1952) na coleção “Curso Delgado de Carvalho”; *História Administrativa e econômica do Brasil – para os cursos comerciais e técnicos* (1951), pela Companhia Editora Nacional, com mais três edições (1952, 1957, 1960) e *História da América para a segunda série ginasial* (1952), pela Companhia Editora Nacional. Observa-se, assim, que a iniciativa de produzir para este nicho se restringiu a um período relativamente curto de sua carreira, entre meados da década de 1940 e 1950.

A Companhia Editora Nacional, responsável pela edição da maior parte desses trabalhos, era à época uma das editoras mais conhecidas e credibilizadas no segmento didático, especialmente na edição de livros para o ensino secundário²⁰⁵. Sob a liderança de Octalles Marcondes Ferreira, alcançou no período pós-guerra grande desenvolvimento neste setor, concomitantemente à expansão substancial do ensino secundário no país e ao aumento do número de autores que se aventuraram na escrita desse tipo de material.

Juliana Filgueiras, em sua tese de doutoramento²⁰⁶, analisa os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil durante o século XX e os divide em quatro períodos. Nos anos em que Hélio Vianna publica seus livros, os setores responsáveis pela avaliação dos materiais didáticos atravessavam um período conturbado. A Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD), criada em 1938 com o objetivo de controlar as publicações aparecidas, se via duplamente enfraquecida, tanto pela dificuldade em analisar em tempo hábil o grande número de obras que lhe eram submetidas todos os dias quanto pelos debates surgidos com a redemocratização em torno da legitimidade ou não da intervenção estatal na aprovação de livros e formulação de programas obrigatórios. Como resultado, listas gigantescas de obras (às vezes com centenas de títulos)

²⁰⁴ COELHO, op. Cit., 1986.

²⁰⁵ HALLEWELL, op. Cit., 2012, p. 408.

²⁰⁶ FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984)**. 2011. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

aguardavam revisão ou aprovação oficial sem a garantia de que isso aconteceria, mas em geral obtinham uma licença e não eram proibidas de circular. Os livros de Hélio Vianna, apesar de enfatizarem a adequação aos programas em vigor, não trazem a inscrição de que foram liberados pela CNLD, o que, nesse cenário, não significa necessariamente que tenham sido reprovados. Na prática, a escolha final pela sua utilização era normalmente feita pelos professores responsáveis pela disciplina nas escolas. Nos trabalhos de Filgueiras²⁰⁷ e Ferreira²⁰⁸, faz-se menção à participação de Hélio Vianna na Comissão, e, mesmo que não conheçamos detalhes de sua atividade ali, este é um dado importante, pois pressupõe que seus livros podem ter tido uma difusão facilitada e que o historiador pode também ter emitido vereditos, aprovações e reprovações aos livros didáticos de outros autores.

Outro ponto a ser levado em conta é que os livros não possuem introdução, exercícios nem leituras complementares, apenas notas de rodapé ocasional e raramente, para indicação de alguma referência ou comentário. Trazem, por outro lado, mapas, desenhos, fotografias e retratos, dos quais trataremos mais adiante. Em nenhuma das três obras foram encontrados grifos ou anotações a indicar o uso feito pelos alunos.

Os livros seguem estritamente o programa oficial e estão divididos em dez unidades, subdivididas em três ou cinco partes de acordo com a série a que se destinam²⁰⁹. Há, no entanto, subtópicos (representados por letras) criados pelo próprio autor e inseridos entre as partes numeradas. Eis abaixo um exemplo retirado de *História do Brasil Colonial para o segundo ano colegial*, em que está discriminada a distribuição dos conteúdos da Unidade I:

²⁰⁷ Ibidem. p. 88.

²⁰⁸ FERREIRA, op. Cit. 2013, p. 49; p. 216.

²⁰⁹ Na *História do Brasil para a primeira série ginasial* as unidades são divididas em três pontos. Nas outras duas fontes, em cinco.

Unidade I: O Descobrimento

1. Ideias políticas, econômicas e sociais do século XVI

A – Idéias políticas; B – Idéias econômicas; C – Idéias sociais

2. Expansão marítima de Portugal

A – Das pescarias às navegações; B – D. Henrique, o Navegador; C – D. João II e o Tratado de Tordesilhas; D – Descobrimento do caminho para as Índias

3. O descobrimento do Brasil; pretensões francesas, espanholas e portuguesas

A – Pretensões francesas; B – Pretensões espanholas; C – Pretensões portuguesas

4. A viagem de Cabral; questões conexas; as duas correntes históricas

A – A expedição; B – A viagem; C – O descobrimento; D – As questões do acaso e da intencionalidade no descobrimento do Brasil

5. Pero Vaz de Caminha e sua Carta

As partes destacadas em *itálico* indicam os subtópicos incluídos por Vianna. O padrão observado nas três obras é de que estes recursos são utilizados quase sempre para organizar o conteúdo proposto, sem que haja grandes desvios em relação ao que é inicialmente designado. Essa escolha do autor não responde apenas a uma questão formal, mas expressa uma opção didática e uma visão de história. Ao adicionar, por exemplo, subtópicos para narrar o desenvolvimento de cada capitania hereditária, de cada governo presidencial republicano ou as etapas de um conflito diplomático, o historiador está optando por uma forma de cadenciar a passagem do tempo, narrar e organizar os eventos ocorridos. Nisso sobressai o apreço pelos nomes, datas e eventos, sobretudo políticos e diplomáticos, expostos com um nível moderado de detalhes. Nomes de governadores, soldados, agentes e títulos nobiliárquicos, episódios bélicos, tratados de limites e conflitos políticos são frequentemente trazidos ao texto. Não se deve, por outro lado, ignorar as disposições do programa oficial, que, se dão liberdade para que os autores de livros

didáticos discorram e organizem os conteúdos a seu modo, também são responsáveis por ditar esses conteúdos e até mesmo sugerir encaminhamentos para determinados temas. A exemplo do modelo listado acima, o qual estipula que as pretensões francesas, inglesas e espanholas na descoberta do Brasil e o debate sobre a intencionalidade ou não da viagem portuguesa deveriam ser necessariamente apresentados ao estudante.

Vejamos, agora, alguns dos principais temas que perpassam a história nacional e de que forma Hélio Vianna os aborda tendo como potenciais leitores os professores e alunos da educação básica. Será possível notar que muitas das teses apresentadas em *Formação Brasileira, Estudos de História Colonial e Imperial*, embora em alguns momentos de forma amenizada, se repetem nos livros didáticos, o que aponta tanto para a relativa flexibilidade dada pelo programa aos autores quanto para o interesse do autor em imprimir em suas obras, como é natural, seus pontos de vista. Chamamos a atenção para o fato de que a inclusão destes enunciados no material escolar não deve ser avaliada como uma simples repetição ou transposição de frases de um suporte a outro. Deve-se, antes, considerar a especificidade do livro didático no circuito produção-difusão-consumo em relação às suas demais obras, ou seja, entendê-lo como um produto idealizado para um determinado fim, destinado a um lugar e público-alvo pré-estabelecidos e com múltiplas possibilidades de uso e recepção. Em outras palavras, ainda que possa carregar um conteúdo semelhante ou idêntico, um discurso, a depender do suporte em que está inserido e tudo o que é inerente a ele, pode tornar-se bastante distinto²¹⁰.

Nos livros que tocam o Descobrimento do Brasil, *História do Brasil para a primeira série ginasial* e *História do Brasil Colonial para o segundo ano colegial*, fala-se dos antecedentes da primeira expedição portuguesa e das outras que se seguiram, com descrições da viagem, dos cultos religiosos – a missa na partida, na chegada e a simbologia da cruz de madeira aqui aterrada – e do primeiro contato entre “civilizados” e “selvagens”, captados e gravados por Pero Vaz de Caminha em sua *Carta*, “verdadeiro auto do nascimento do Brasil”. Esses contatos iniciais teriam sido de “perfeita harmonia” e “boa vontade recíproca”, mas com a fixação definitiva de europeus nas terras americanas como forma de assegurar a posse do território, os habitantes da terra teriam se tornado mais hostis.

²¹⁰ DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette** – mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.; CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

Os indígenas também aqui são colocados em uma posição de inferioridade diante da presença do branco europeu. No livro destinado à primeira série ginasial, A Unidade II, “O Índola”, prevista no programa oficial e dividida nos tópicos “1. Usos e Costumes”, “2. Principais nações e tribos” e “3. O selvagem brasileiro e seus primeiros contactos com os europeus”, é a menor de todas, com apenas três páginas, e não recebe nenhum acréscimo de subtópicos pelo autor. Afirma-se que as “Observações relativas aos indígenas brasileiros, colhidas durante a fase colonial, permitem o registro de suas características culturais mais importantes, únicas que têm cabimento em um estudo histórico.”²¹¹, raciocínio expresso também no material do segundo ano colegial, quando diz: “Deixando de parte, mesmo em resumo, o estudo das culturas indígenas, que somente a partir do século XIX assumiu, entre nós, caráter científico, interessa-nos mais a avaliação do coeficiente de sua contribuição à vida brasileira.”²¹². As sociedades indígenas são postas em um lugar à parte, à margem da história e descoladas do presente, uma amostra viva de grupos que, vivendo no presente, não o acompanham, o que os torna um objeto talvez mais apropriado à etnologia que à história. As informações a seu respeito são reduzidas e pontuais. São mencionadas (sem diferenciação de povos) as divisões em tabas, o politeísmo e os nomes de algumas divindades, a poligamia, as artes “bastante primitivas”, as técnicas agrícolas “rudimentares” e a distribuição de tribos no território atual, tudo isso de forma a reforçar a ideia de que eram povos atrasados, ideia aliás favorecida pelo próprio programa, que fixa o termo “selvagem”. E mesmo que fossem eles os habitantes originais do território, têm seu direito a ele questionado:

Contribuíram para êsse choque [entre indígenas e portugueses após seu estabelecimento definitivo], não só a ocupação de terras que os indígenas, *a despeito de seu fraco conceito de propriedade, julgavam suas*, mas também a frequência, no mesmo litoral, de traficantes franceses, que, contra os portugueses e contra o monopólio da madeira de tinta, procuravam obter a amizade de seus habitantes²¹³.

O que mais importa, na visão do autor, são os fatores e momentos em que há intersecção entre os feitos dos indígenas e dos europeus no “Novo Mundo”, pois a participação destes últimos parece ser o critério para se definir se se trata ou não de “história”. A contribuição dos povos originários, segundo Vianna, foi muito considerável,

²¹¹ VIANNA, Hélio. **História do Brasil para a primeira série ginasial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952a. p. 19.

²¹² VIANNA, Hélio. **História do Brasil Colonial para o segundo ano** colegial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952b. p. 32.

²¹³ VIANNA, op. Cit., 1952a. p. 21.; VIANNA, op. Cit., 1952b. p. 31. Grifos nossos.

mas sua importância se resumiu quase somente aos ganhos materiais/econômicos, chegando mesmo a se confundir com os gêneros agrícolas da terra, como se demonstra no trecho a seguir:

Sem a mandioca, não poderiam os entradistas e bandeirantes percorrer os sertões que devassaram, e que, por isso mesmo, passaram a ser brasileiros. Sem o fumo, não teríamos uma mercadoria adequada ao resgate dos necessários escravos negros, trazidos da África. Sem o algodão, não se tornariam mais baratos e acessíveis a tôdas as bolsas os vestuários europeus, caros e escassos quando anteriormente feitos de outras matérias-primas²¹⁴.

Fora da unidade reservada a eles no livro, os indígenas continuam a aparecer nos assuntos coloniais. A resistência de vários povos é destacada nos textos e apresentada como um empecilho aos empreendimentos colonizadores como, por exemplo, as capitânicas hereditárias, que em grande parte tiveram sua ruína causada pelos ataques indígenas. Apesar da oposição dos missionários – que preferiam “pacificá-los” –, Vianna lembra que as capturas e lutas contra nativos foram responsáveis por boa parte do devassamento do território brasileiro, ou seja, não foram em vão.

A lógica de valorização econômica é igualmente válida para a participação dos negros na História do Brasil, iniciada em decorrência da inviabilidade da exploração da escravidão indígena, motivada tanto pela resistência dos naturais da terra ao trabalho forçado quanto pela oposição da Igreja e das autoridades régias portuguesas. Diante dessa situação e do potencial agrícola brasileiro, cujo desenvolvimento se via completamente dependente de numerosa mão-de-obra, recorreu-se à escravidão de negros, “em larga escala e à força trazidos da África, de acordo com os costumes da época”²¹⁵. Hélio Vianna reconhece as violências havidas no processo e apresenta o tráfico de africanos como o maior movimento de imigração forçada da história, mas sua tentativa de evitar anacronismos ao enfatizar que essas práticas eram aceitas e parte do “costume da época” pode ser vista como um subterfúgio para que as problemáticas e consequências da escravidão sejam amenizadas. Os negros são adjetivados como “trabalhadores melhores que os indígenas”²¹⁶, “fiéis, [...] em geral facilmente governáveis”, qualidades que “foram largamente aplicadas ao progresso do Brasil”²¹⁷ sob o mando português. Sendo assim, ainda que condenável, a escravização de pessoas negras foi considerada necessária e

²¹⁴ VIANNA, op. Cit, 1952a.p. 22.; VIANNA, op. Cit., 1952b.p. 32.

²¹⁵ VIANNA, op. Cit., 1952b.p. 109.

²¹⁶ VIANNA, op. Cit, 1952a.p. 34.

²¹⁷ Ibidem. p. 110.

indispensável ao desenvolvimento do país, sem a qual não se teria atingido o progresso econômico de que desfrutava o Brasil no século XX.

As ideias do autor sobre escravidão e abolição nas obras didáticas se assemelham às encontradas nas outras obras. Defende-se que a regra no Brasil era o bom trato aos escravos e que as fugas e formações de quilombos ocorriam “excepcionalmente, quando muito maltratados”²¹⁸. O abolicionismo é posto como uma questão principalmente humanitária, universal e de opinião pública. *Em História do Brasil Independente para o terceiro ano colegial*, entretanto, estabelece-se uma relação não exposta anteriormente, entre abolição e formação cristã da sociedade brasileira:

Acima de tudo, o movimento abolicionista teve origem, no Brasil, no sentimento geral de que o regime da escravatura não poderia ser mantido por muito tempo, atendendo-se ao seu caráter desumano e anti-natural. Repugnava à formação cristã do país a vigência do sistema de trabalho forçado dos negros. Daí o entusiasmo com que a ideia emancipacionista encontrava adeptos, em tôdas as classes sociais, inclusive naquela que com a abolição seria a maior prejudicada, a dos proprietários rurais²¹⁹.

A grande adesão ao abolicionismo sugeria um país intensamente cristão. Mas estes sentimentos humanitários, só então aparecidos com maior fervor, chocavam-se com os interesses e com a estabilidade econômica do Império. Nas primeiras décadas do século XIX o Brasil vivenciava um grande desenvolvimento econômico, o que, de acordo com o autor, impedia uma substituição abrupta do trabalho cativo pelo livre, devendo ocorrer gradualmente. Leis emancipacionistas foram aprovadas aos poucos e com dificuldades e numerosas alforrias voluntárias foram concedidas pelos senhores, enquanto crescia o movimento de opinião com a criação de clubes, conferências e publicações favoráveis à “generosa ideia”. Nos anos que antecederam a Abolição, a campanha já havia alcançado um número estrondoso de apoiadores, na tribuna, na imprensa e na sociedade em geral, e, assinando a Lei Áurea, a Princesa Isabel na verdade não fez mais que atender ao movimento de opinião. A solidariedade de Isabel com a causa, assim como a de seus filhos, que mantinham um “jornalzinho abolicionista”, o *Correio Imperial*, era já conhecida pelos brasileiros, que em 13 de maio de 1888 receberam a notícia com grande júbilo.

²¹⁸ VIANNA, op. Cit, 1952a.p.35.

²¹⁹ VIANNA, Hélio. **História do Brasil Independente para o terceiro ano colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.p. 108.

A afeição entre Brasil-Portugal, outra tese marcante no pensamento de Hélio Vianna, não deixaria de estar presente nos materiais didáticos que produziu. Tanto no livro para o ensino ginásial quanto para o segundo ano colegial, o programa oficial previa unidades e tópicos para que os autores introduzissem explicações sobre os movimentos nativistas e precursores da independência²²⁰. Na impossibilidade de negligenciar estes tópicos – como se sabe, o historiador acreditava que não houvera um sentimento propriamente nativista no Brasil colonial– Vianna se empenha, no corpo do texto, em demonstrar seus argumentos. Na primeira obra, prega a existência de relações amistosas e de irmandade entre brasileiros e portugueses e que os conflitos havidos devem ser considerados naturais, derivados do caráter diverso da população, além de terem sido apenas locais, jamais se alastrando pelo território nacional. Alega que Portugal não enxergava o Brasil como simples colônia, mas como um Estado ligado ao seu, tanto que concedia os mesmos direitos aos reinóis e aos seus filhos nascidos no Brasil. Afasta igualmente a ideia de exploração, pois “em tôdas as fases e aspectos da formação nacional irmanaram-se os portugueses aos brasileiros, trabalhando lado a lado e sem diferenças essenciais em prol da grande obra comum.”²²¹

Para o autor, o espírito nativista existiu, mas não significou grande animosidade contra Portugal e os portugueses. Este espírito teria sido na verdade benéfico ao desenvolvimento da colônia, porque, em sua concepção, se tratava de um sentimento humano, espontâneo e de orgulho pela terra natal.

Sobretudo por tê-la defendido com tantos sacrifícios – contra os holandeses, por exemplo, ou por tê-la devassado em todos os sentidos – como fizeram os entradistas e os bandeirantes – formou-se êsse justificado sentimento, origem da existência do Brasil como nação autônoma²²².

Este nativismo se voltava com hostilidade, portanto, às nações invasoras, mas nunca a Portugal. Vianna comenta o desenrolar das revoltas consideradas nativistas –

²²⁰ Em *História do Brasil para a primeira série ginásial* podemos encontrar, na quinta unidade, o tópico 3. Manifestações Nativistas, no qual Vianna adiciona dois subtópicos para expressar seus pontos de vista: A – Formação do sentimento nativista; B – Conflitos com a Metrópole. Em *História do Brasil Colonial para o segundo ano colegial* há duas unidades voltadas a essa temática. Uma é a Unidade VIII: O sentimento nacional, dividida nos tópicos 1. Movimentos econômicos e nativistas; 2. A Revolta dos Beckman; 3. Filipe dos Santos; 4. A Guerra dos Mascates e 5. A Guerra dos Emboabas. Outra é a Unidade IX: As tentativas de emancipação política, com os tópicos 1. A Inconfidência Mineira: causas políticas e econômicas; 2. Os conjurados de 1789 e seus projetos; 3. A sentença da Alçada, sua execução e consequências; 4. A Conjuração Baiana de 1798 e 5. A Revolução Pernambucana de 1817.

²²¹ VIANNA, op. Cit, 1952a, p. 61.

²²² Ibidem.

Filipe dos Santos, dos Beckman, dos Emboabas e dos Mascates –, mas ameniza a gravidade desses levantes, explicando que se trataram de problemas locais, envolvendo conflitos de interesse, e a maior parte deles foi resolvida também localmente, a partir de acordos obtidos pelos governadores das capitanias.

A exaltação da antiga Metrópole atinge seu auge com a alegação, em *História do Brasil colonial para o segundo ano colegial*, de que os brasileiros carregavam tão fortemente a identidade portuguesa que não seriam capazes de julgar, de modo imparcial, sua obra colonizadora:

Não nos cabe examinar o valor da contribuição dos portugueses ao povoamento e colonização do Brasil. Dêles descendemos, motivo pelo qual seriam naturalmente apaixonados quaisquer julgamentos a respeito. Bastaria lembrar o brilho de sua participação na História, e decerto teríamos muito de que nos envaidecer. Do historiador Paine, por exemplo, é a afirmação de que “os portugueses foram os primeiros europeus, desde a antiguidade, a estabelecer colônias no estrito sentido do termo, vendendo o que possuíam na Pátria e transportando-se, com as famílias, para a nova residência”²²³.

Assim como o recurso ao arbitramento²²⁴ foi necessário ao Brasil em questões diplomáticas para garantia da justiça, situações sempre pontuadas nos livros didáticos, Vianna traz ao texto a opinião de um terceiro sujeito, que, não sendo nem português nem brasileiro, estaria teoricamente apto a emitir um parecer descompromissado²²⁵. Apesar de não adicionar a referência da obra citada, acreditamos que esteja se referindo ao historiador inglês Edward John Payne (1844-1904) e sua obra *History of European Colonies* (1877). O trecho apropriado endossa a tese do autor e procura não deixar dúvidas no aluno quanto à boa ligação metrópole-colônia, contribuindo, talvez, para o reforço da simpatia e de sua sensibilidade para com os portugueses, cujo compromisso com a nova terra também exigiu renúncias.

A união Brasil-Portugal adquiriu ainda mais concretude com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808. O historiador ressalta que este evento foi inevitável para a

²²³ VIANNA, op. Cit., 1952b.p. 34-35.

²²⁴ O arbitramento diplomático foi fartamente utilizado na resolução de conflitos diplomáticos em que o Brasil esteve envolvido e consiste em escalar representantes de uma determinada nação não envolvida com o caso para que execute o julgamento e emita um parecer.

²²⁵ A função de árbitro, comumente associada à figura do historiador, chegou mesmo a ser exercida concretamente no meio letrado, como nos mostram as discussões levantadas por Aline Menoncello sobre a historicidade dos atos de julgar no IHGB. Cf. MENONCELLO, Aline Michelini. **Uma ajustada escrita da História: a historicidade dos atos historiográficos de julgar no IHGB (1870-1944)**. 2023. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2023.

proteção da dinastia e que não se tratou de “fuga”, mas de um plano antigo, tendo sido a Família recebida no Brasil com festas. É em *História Colonial para o segundo ano colegial* onde mais se detém ao assunto. Com muito empenho, Vianna se preocupa em demonstrar que a transmigração foi um “plano longamente elaborado por vários estadistas portugueses”²²⁶. Para tanto, apresenta várias situações (ocorridas desde o século XVI) colhidas de documentos e bibliografias, em que podem ser localizadas menções à intenção de fazer do Brasil a sede da monarquia portuguesa. Em nenhuma outra parte do livro são apresentadas tantas notas de rodapé para fundamentar a exposição. Somente a esse assunto são dedicadas 13 notas. Segundo o autor, mesmo após a saída das tropas napoleônicas do território português, D. João VI preferiu ficar no Brasil e só retornou a Portugal “depois de treze anos de útil permanência”, quando sua presença se fez muito necessária, “embora pessoalmente preferisse permanecer no Brasil”²²⁷. Seus sucessores, D. Pedro I e D. Pedro II, continuaram mostrando sua boa vontade com o Brasil. Pedro I, mesmo com as ordens para seu retorno à Europa, optou por continuar na América após receber 8 mil assinaturas favoráveis a essa decisão. A proclamação da Independência, liderada por ele, é apresentada como um evento natural e esperado, pois o agravamento das situações com as Cortes de Lisboa havia “chegado a um ponto em que seria inútil qualquer sêgrêdo, tão evidentes eram as intenções emancipacionistas dos patriotas”²²⁸. E seria o novo imperador aclamado pelo povo e defendido por ele em diversos episódios de não-reconhecimento interno da emancipação. A avaliação de seu reinado evidencia suas virtudes conciliadoras, democráticas e responsáveis diante da oposição e mesmo das injustiças sofridas.

O Segundo Reinado, por sua vez, iniciado após grande mobilização da corrente maiorista em torno de Pedro II, foi responsável por solucionar a crise de autoridade que vinha causando desordens em todo o país durante as Regências. A narração desse período é bastante descritiva, com a exposição de todos os impasses aparecidos e trocas de gabinetes. Apesar da agitação interna e externa destes tempos, muitos avanços foram sentidos em várias áreas, com notável desenvolvimento das ciências, das letras e artes, dos transportes, da comunicação e a conciliação de partidos. Percebe-se que a admiração de Vianna pelos imperadores está presente nessas obras, mas se manifesta mais

²²⁶ VIANNA, op. Cit., 1952b.p. 139.

²²⁷ Ibidem. p. 161.

²²⁸ VIANNA, op. Cit., 1953.p. 22.

timidamente em comparação às aquelas analisadas no primeiro capítulo. O mesmo ocorre com relação à República e ao liberalismo, os quais são nestes materiais alvos de críticas menos severas que as constatadas em outras fontes.

Admite-se que a propaganda republicana era feita livremente durante o Império, quando a liberdade de expressão era modelar. Ao mencionar o aumento da força do movimento, o autor informa que às vésperas da Proclamação havia 74 jornais e 237 clubes republicanos espalhados pelas províncias brasileiras. Essas consideráveis cifras relativizam a suposição, localizada em outros trabalhos, de que o movimento republicano teve poucos adeptos no país, embora aqui também esteja presente a narrativa da proclamação precipitada e da intranquilidade e forte oposição nos primeiros anos republicanos.

Já em relação à Revolução de 1930 e à implantação do Estado Novo, episódios de contestação e combate à velha República liberal, é possível identificar uma tentativa de amenizar o caráter golpista destes eventos e, conseqüentemente, valorizá-los. A Revolução de 1930 é definida como “o movimento mais extenso de quantos até então haviam ocorrido no país” e que, diante das manifestações militares favoráveis à sua deflagração na maioria dos estados, “*resolveram* alguns oficiais-generais do exército e da armada *apressar o seu desfecho*, prendendo o presidente da República e entregando o poder ao chefe da revolução, Getúlio Vargas”²²⁹. A forma como descreve a implantação da ditadura do Estado Novo segue o mesmo caminho: “A 10 de novembro de 1937, *decidiu o presidente* Getúlio Vargas, apoiado pelas forças armadas e pelos governadores de quase todos os Estados, *oferecer* ao país uma nova Constituição [...]”²³⁰.

Os programas alcançavam, dessa maneira, assuntos recentes da história nacional e obrigavam os autores a darem seus pareceres, sem que houvesse o distanciamento temporal por tantas vezes valorizado nas análises históricas que se pretendessem precisas e desapaixonadas. Tanto no livro para o ginásial quanto para o terceiro ano colegial existem unidades voltadas à apreciação do tempo presente/Brasil atual, que contemplam as experiências acumuladas pelo país e seu povo, narradas ao longo das unidades, e expectativas para o futuro. Em linhas gerais, como o Brasil e os brasileiros são vistos segundo as obras didáticas de Hélio Vianna? Pode-se dizer que se destaca nessas páginas

²²⁹ VIANNA, op. Cit., 1952a.p. 107; VIANNA, op. Cit., 1953. p. 176. Grifos nossos.

²³⁰ VIANNA, op. Cit., 1953.p. 177-178. Grifos nossos. Uma descrição semelhante é feita em História do Brasil para a primeira série ginásial.

a imagem de país extenso e coeso – características adquiridas após muitas lutas e adversidades –, honesto, pacífico, solidário, democrático e cristão. E, considerando o desenvolvimento alcançado até ali, deveria continuar seguindo essa fórmula de sucesso, que já se traduzia em tradição. O brasileiro, a seu turno, é mestiço, mas foi o sangue português, misturado ao do negro e, principalmente, do indígena, que fez viver os homens mais admiráveis do passado, os quais deveriam ser para sempre lembrados como heróis. Era também o Brasil um país jovem, que alcançava já patamares consideráveis na escala do progresso. Na última unidade do trabalho de 1953, com ares de conclusão, Vianna realiza um balanço do desenvolvimento brasileiro durante a primeira metade do século e tem boas expectativas para o futuro. Acredita que durante a primeira metade do século XX “integrou-se o Brasil no desenvolvimento da civilização ocidental, tornando-se um dos mais importantes países dos grupos latino e americano”²³¹; na economia, despontava como uma potência da indústria pesada, e não mais apenas agrícola; na política, “manteve, apesar do aparecimento de certas dificuldades ocasionais, de origens principalmente personalistas, a sua preferência pelo sistema democrático de governo”²³², e a Constituição de 1946, então vigente, era considerada superior às demais em vários pontos; “Extraordinário tem sido [...] o progresso cultural do Brasil, em todos os setores científicos, educacionais, literários e artísticos”²³³. E finaliza: “São êstes, em suma, os aspectos gerais da civilização brasileira na primeira metade do século XX. E são as mesmas, no sentido de mais amplo desenvolvimento, as suas tendências para o futuro.”²³⁴.

Algumas peculiaridades, que aludem mais diretamente ao perfil historiográfico de Hélio Vianna, sobressaem na leitura das obras didáticas. Em primeiro lugar, deve-se dizer que o interesse do historiador pelo estudo da imprensa também aqui se faz presente como um diferencial. As menções aos impressos, jornais, folhetos e pasquins são parte integrante e relevante de suas exposições. O processo de oposição política a D. Pedro I, as manifestações favoráveis a sua permanência no Brasil, as contendas regenciais, a agitação da corrente maiorista, o abolicionismo – inclusive o defendido na imprensa por “ilustres representantes da raça negra: Luis Gama, José do Patrocínio e André Rebouças”²³⁵ – e o republicanismo são, todos, episódios em que a imprensa assume um

²³¹ Ibidem. p. 188.

²³² Ibidem. p. 189.

²³³ Ibidem.

²³⁴ Ibidem.

²³⁵ Ibidem. p. 115.

papel significativo para seu desenvolvimento e desfecho, e novamente o autor demonstra conhecimento e familiaridade com o tema.

Uma segunda característica digna de destaque é que os livros são permeados por questões caras ao ofício do historiador. Embora não estivesse produzindo diretamente para seus pares, Vianna faz questão de que os procedimentos utilizados rotineiramente pelos historiadores fossem expostos com certa regularidade. Fontes, referências, crítica documental, cruzamento de informações, discussões e novas descobertas historiográficas são apresentados e estimulam no leitor o entendimento de que os estudos históricos são pautados por métodos e que o conhecimento resultante deles é provisório, podendo alterar-se a qualquer momento²³⁶. Também são constantes as citações a nomes de autores e obras. Na *História do Brasil Colonial para o segundo ano colegial* há listas de “trabalhos informativos” deixados por portugueses sobre o Brasil e de “obras históricas” produzidas por autores do século XVIII – como Pedro Taques e Frei Gaspar da Madre de Deus –, enquanto nos outros dois volumes figuram, entre outros, os nomes de Francisco Adolfo de Varnhagen, Capistrano de Abreu, Barão do Rio Branco, Manoel de Oliveira Lima, Barão de Studart, Alberto Rangel e Rodolfo Garcia. Tais nomes são incluídos como representativos e merecedores de lembrança pelos serviços prestados à história nacional.

Passando-se às considerações sobre a metodologia adotada por Vianna na escrita das obras, não se nota uma preocupação em adequar o vocabulário e o conteúdo às seriações e idades dos alunos que em tese o consumiriam. Episódios e temáticas importantes da história nacional, fundamentais para a construção da consciência histórica do estudante, são apresentados em trechos literalmente idênticos em um e outro livro. A linguagem e o tom empregados na exposição não sofrem alterações entre eles e a diferença não é marcante nem mesmo em comparação às publicações que não tinham como foco o público escolar. A orientação oficial de que deveria haver a predominância de visões de conjunto para a primeira série ginásial é cumprida parcialmente. De fato, alguns eventos são tratados a traços largos, porém, os eventos citados (inclusive com o

²³⁶ Um exemplo é a discussão acerca da primeira viagem de exploração a tocar o território brasileiro, incluída no volume para o segundo ano colegial. A viagem do espanhol Vicente Pinzón (1499) é apresentada como a primeira: “Quaisquer que sejam as dúvidas ainda vigentes quanto a esta viagem, foi ela a do positivo descobrimento do Brasil, pelo menos de acordo com os dados até agora apurados pelos historiadores. Dêstes, apenas Duarte Leite insistiu em negar-lhe tal prioridade, encontrando poucos seguidores a sua opinião.” VIANNA, op. Cit., 1952b, p. 17-18. A expedição portuguesa, porém, é considerada o descobrimento oficialmente válido, pois Pedro Álvares Cabral teve a iniciativa de tomar posse do território e comunicar o rei.

acréscimo de subtópicos) são numerosos, não correspondendo, talvez, ao que se esperava ofertar ao aluno que acabava de ingressar no ginásio. Quanto às recomendações para os anos colegiais, a trama de fatores que compõe a história se faz presente – até porque já estava prevista na organização curricular –, mas os eventos políticos e diplomáticos são tratados com maior frequência e vagar. Está igualmente presente a ideia de sincronismo com a história mundial e procura-se demonstrar que questões europeias e americanas podiam influenciar direta ou indiretamente o Brasil. A unidade americana é reforçada com a ideia recorrente de que o Brasil é um país pacífico e honrado com seus vizinhos, cultivador e um dos principais líderes do panamericanismo.

Ao deixar de formular sugestões de atividades, resumos ou questionários – a presença destes elementos era comum nos livros de outros autores no mesmo período²³⁷ –, Hélio Vianna também não nos deixa conhecer as propostas metodológicas e critérios avaliativos que julgava pertinentes ao ensino-aprendizagem da história. Talvez considerasse essas ferramentas desnecessárias, pois o conhecimento histórico escolar se produziria tão-somente a partir da leitura do material e das aulas expositivas. Ou talvez quisesse, com isso, justamente afirmar seu lugar de historiador-autor de livros didáticos, reservando aos historiadores-professores secundários a apropriação e adequação do material às aulas.

O recurso às imagens, entretanto, entendido como ferramenta de ensino, é explorado nas obras com certa frequência. Em levantamento dos elementos visuais adicionados, foram encontradas 16 inserções em *História do Brasil para a primeira série ginasial*, 16 inserções na *História do Brasil Colonial para o segundo ano colegial* e 22 inserções na *História do Brasil Independente para o terceiro ano colegial*. Todos os itens – entre mapas, fotografias, retratos e desenhos – são impressos em preto e branco, possuem legenda e acompanham o conteúdo do texto. Na primeira obra, o que mais se destaca são as representações de personalidades (Pedro Álvares Cabral, Martim Afonso, Matias de Albuquerque, Francisco Barreto, D. João VI e D. Pedro I), fotos ou desenhos de fortalezas/fortes e fotos citadinas. O foco recai, assim, sobre indivíduos portugueses ou luso-brasileiros e sobre as marcas do passado guerreiro contra estrangeiros em defesa do Brasil. Na segunda obra prevalecem, sobretudo, os mapas (são sete), personagens

²³⁷ A título de exemplo, uma edição de *História do Brasil para a primeira série ginasial*, também da década de 1950 e produzida sob o mesmo programa, de autoria de Antonio José Borges Hermida (um dos autores didáticos mais vendidos no Brasil) apresenta, ao final de cada unidade, um resumo, um questionário e um texto complementar seguido de exercícios.

(Gomes Freire de Andrada, Marquês de Pombal, D. João VI e a Família e Visconde de Cairu) e cenas da vida social (fazenda/engenho de açúcar nordestino de meados do século XVII). O que mais chama a atenção, porém, são as imagens dispostas no terceiro livro, destinado ao terceiro ano colegial. Das 22 imagens inseridas, 20 correspondem a retratos de personagens que se queriam destacados na história do país²³⁸. Nas legendas, geralmente são apresentados nome, título nobiliárquico, período em que viveu e principais contribuições. Observa-se que enquanto nos demais trabalhos as legendas das fotos são mais descritivas e objetivas a respeito dos objetos retratados, aqui o autor sublinha o legado pelo qual estes personagens deveriam ser lembrados, de modo a se construir uma memória compartilhada, além de também expor mais seus próprios conceitos para qualificá-los. Entre os nomes, ressaltam-se quase somente os de militares, estadistas, diplomatas e integrantes da Família Real. Eis alguns deles²³⁹: D. Pedro I, “Proclamador da Independência e Fundador do Império do Brasil”; D. Pedro II, “o maior dos brasileiros”; Princesa Isabel, “a Redentora”; Conselheiro José Bonifácio de Andrada, “Patriarca da Independência”; Visconde/Marquês de Paraná, “um dos mais notáveis estadistas do Império, chefe do famoso ministério da Conciliação”; Visconde do Rio Branco, “um dos mais notáveis diplomatas e estadistas do Império, chefe do mais longo dos ministérios da monarquia”; Barão do Rio Branco “o maior diplomata do Brasil”; Duque de Caxias, “Patrono do Exército Brasileiro” e Joaquim Nabuco, “eminente abolicionista e escritor, diplomata na República”. No domínio das letras, quem recebe homenagens é Machado de Assis, “o mais notável ficcionista brasileiro”, enquanto nas “ciências”, os bustos reproduzidos são os de Francisco Adolfo de Varnhagen, “o maior dos historiadores brasileiros”, e de Capistrano de Abreu, “grande historiador, autor de *O Descobrimento do Brasil* e dos *Capítulos de História Colonial*”. O exame dessas imagens e descrições nos permitem algumas conclusões. Primeiramente, que a inserção dos

²³⁸ As outras duas imagens são fotos de capas de jomais, respectivamente *O Conciliador* e *O Repúblico*.

²³⁹ Os outros nomes aparecidos são: Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, participante da Revolução Pernambucana, deputado brasileiro nas Côrtes de Lisboa, redator do projeto de Constituição do Império, líder do movimento maiorista e ministro de D. Pedro II; Visconde/Marquês de Barbacena, “diplomata, militar e político do Primeiro Reinado e Regências”; Evaristo da Veiga, “redator da *Aurora Fluminense*, livreiro e deputado de grande influência no período das Regências”; Padre Diogo Antônio Feijó, deputado nas Cortes de Lisboa, “enérgico ministro” da Justiça e Primeiro Regente único; Visconde do Uruguai, orientou com segurança a política exterior do Brasil no Rio da Prata; Conselheiro Eusébio de Queiroz “ministro da Justiça em 1848/1852, quando eficazmente contribuiu para a extinção do tráfico de escravos africanos destinados ao Brasil”; Barão de Mauá, “a quem deve o Brasil a primeira estrada de ferro, a navegação a vapor do Amazonas e numerosas iniciativas econômicas de grande significação para o progresso do país”; Conselheiro Rui Barbosa, “influente membro do primeiro Governo Provisório da República, principal redator do projeto da Constituição de 1891, intransigente defensor das liberdades públicas”.

elementos visuais nas obras não é arbitrária e, neste caso, atesta a tendência do autor a narrar a história no nível do evento e dos feitos individuais, com a eleição de vultos a serem exaltados. Como se viu, há uma predileção pelos sujeitos que viveram entre o Império e a República, pois a ocorrência de nomes e retratos é maior na obra que tem como recorte o Brasil independente. Predominam as imagens de homens brancos ligados à administração pública – a única mulher representada é a Princesa Isabel –, os casos excepcionais são Machado de Assis, homem negro ligado às letras, e, como o esperado, são destacados os historiadores Capistrano de Abreu e Varnhagen, sendo este elevado mais uma vez ao patamar de “o maior”.

Figura 1 – Gravura de D. João VI em trajes majestáticos, inserida em História do Brasil para a primeira série ginásial

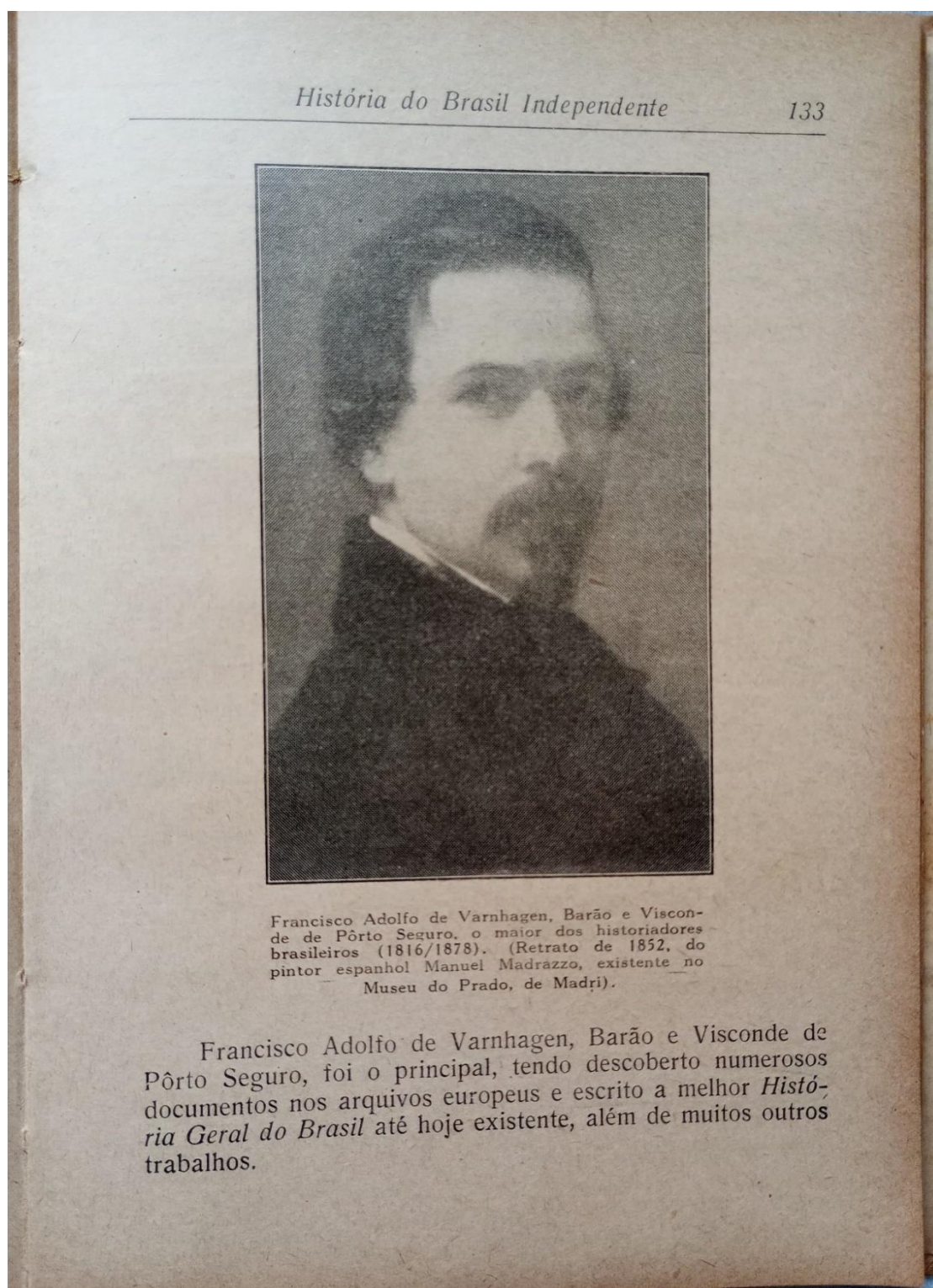


D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em trajes majestáticos.

Gravura de Charles Simon Pradier, baseada em retrato de Jean Baptiste Debret, ambos pensionistas de Sua Majestade Fidelíssima, como membros da Missão Artística Francesa, em 1816 contratada para desenvolver o ensino das belas-artistas no Brasil.

Fonte: VIANNA, Hélio. História do Brasil para a primeira série ginásial. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952a. p. 70

Figura 2 – Retrato do historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, inserido em *História do Brasil Independente* para o terceiro ano colegial



Fonte: VIANNA, Hélio. *História do Brasil Independente para o terceiro ano colegial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953. p. 133

Por fim, analisaremos os comentários críticos de Hélio Vianna a estes mesmos programas de 1951 em entrevista ao *Jornal do Commercio*, em novembro de 1959²⁴⁰. Embora seja enquadrada no gênero entrevista, a matéria, na verdade, tinha por objetivo ceder o espaço para que o autor fizesse seus apontamentos, sem perguntas. Estas impressões são importantes para que possamos conhecer suas queixas e possíveis descontentamentos vivenciados nos bastidores da produção das obras, informações que não nos é possível acessar no ato da leitura. Deve-se considerar, todavia, que estes pareceres são externados após 6 a 7 anos da publicação dos livros, ou seja, podem não refletir necessariamente o pensamento do historiador no momento em que as escreveu, sendo antes um resultado de anos de observação. Outro aspecto tem a ver com o contexto em que esta entrevista foi oferecida, uma reunião de professores que seria realizada no Rio de Janeiro para a discussão de reformas curriculares, o que significa que os comentários podiam representar também a opinião de outros docentes.

O artigo se inicia com duas supostas falas de Vianna: “Em oito anos de aplicação, já se evidenciaram os defeitos dos programas de História Geral e do Brasil no ensino secundário”; “Posso apontar, desde já, alguns dos pontos que serão examinados pelos professores.”. Sobre o programa de História do Brasil para o ginásial, critica o fato de que as capitâncias hereditárias e o governo-geral eram tratados como se se restringissem apenas ao século XVI e propõe que “Em vez das enfadonhas listas de nomes quinhentistas, que os alunos a custo decoram, melhor seria que se esboçasse, mesmo a largos traços, o quadro da administração brasileira até a Independência.”. Percebe-se, assim, que o autor se coloca contrariamente ao excesso de nomes, memorizações e detalhes, mas ainda assim privilegia a história política. A expressão “manifestações nativistas” para se referir aos conflitos coloniais é igualmente questionada, pois seria ela “Discutível, à luz de recentes pesquisas”. Como vimos, este é um posicionamento antigo de Vianna. Acerca do conteúdo de História da América, é citada sua incompatibilidade com a idade dos alunos da segunda série (12/13 anos) e sugerido que assuntos como panamericanismo, arbitramento e solidariedade continental “deveriam ser ensinados no curso colegial, a estudantes de quinze a dezoito anos de idade.”. A respeito da História do Brasil no nível colegial, o autor defende que o estudo das ideias políticas, econômicas e sociais do século XVI deveria ser aprofundado e que se fizesse “um exame, mesmo rápido, da formação da

²⁴⁰ EXAME DOS TEMAS DE HISTÓRIA DO BRASIL: O PROFESSOR HÉLIO VIANNA CONSIDERA OPORTUNA A REVISÃO DOS PROGRAMAS DE HISTÓRIA DO CURSO SECUNDÁRIO. Entrevista. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 9-10 nov. 1959.

monarquia portuguesa de que derivou a nossa.”, o que deixa claro, mais uma vez, sua postura lusófila. São apontados, ainda, erros cronológicos na organização dos programas, a presença de subtítulos vagos ou impróprios e a necessidade de que fosse completada a parte sobre o Brasil atual.

Com essas considerações, aqui parcial e sumariamente citadas, podemos visualizar o interesse de Hélio Vianna em refletir e se envolver nas discussões sobre o currículo do ensino secundário. Mesmo que não tenha mantido sua atividade nesse setor, ele se coloca como porta-voz de outros professores no *Jornal* e faz apontamentos que, a nosso ver, condizem com seu perfil e expõem visões de como a história deveria ser ensinada.

Buscamos, neste capítulo, a partir de fragmentos deixados por Hélio Vianna, compreender mais uma face de seu ofício, a de professor e produtor de obras didáticas. Ainda que não fosse um professor atuante nos ensinos primário e secundário e não tenha se tornado um autor popular e consagrado pelas obras didáticas que escreveu, Vianna se mostrava engajado na causa e se interessava pelo estudo da história do ensino de história no Brasil. Com isso, constatamos que o ensino de história tem em seu pensamento uma importância especial, e que suas preocupações com relação a ele são em alguns momentos coincidentes com aquelas despertadas pela prática historiográfica. Fatores como cronologia, evolucionismo, tradição, civismo, erudição e até mesmo a necessidade de vinculação com os cânones Varnhagen e Capistrano de Abreu perpassam as duas dimensões. Depreende-se, portanto, que Hélio Vianna, historiador e professor universitário, predominantemente associado à história como ciência de referência, não aparentava reunir os atributos do educador, mas procurou fazer da história escolar e das discussões a ela relacionadas mais um lugar de difusão de seus ideais e concepções de história, que se queriam propagados na sociedade brasileira por meio da formação da juventude. Evidencia-se, com isso, o potencial do livro didático como fonte para as análises historiográficas, uma vez que este se apresenta, não raro, como uma extensão dos debates e embates presentes no campo²⁴¹.

²⁴¹ Um caso interessante foi a publicação, por Octavio Tarquínio e Sérgio Buarque de Holanda, de uma *História do Brasil para a 3ª série ginasial* (Livraria José Olympio) em 1944, quase uma década antes das analisadas aqui. Os autores, como Vianna afastados do ambiente escolar, apresentavam diferenças entre si, mas se propuseram a produzir para o ensino básico e, como verificam Lourenço e Franzini, conseguiram trazer à época, no conjunto da obra, algo de inovador, “um tom novo e acentos pouco usuais”. Mesmo tendo de cumprir o programa oficial, Tarquínio e Holanda teriam buscado formas de driblar o “amontoado de fatos ininteligível” tão comum nos livros do período e conseguido trazer para

CAPÍTULO 3

HÉLIO VIANNA, ORIENTADOR NA HISTORIOGRAFIA NACIONAL

No terceiro capítulo do trabalho, procuramos voltar nosso olhar a mais uma função exercida por Hélio Vianna no campo historiográfico brasileiro: a de divulgador de materiais e orientador de pesquisas sobre a História do Brasil, hipótese aventada ao longo da pesquisa. Observa-se, nas publicações do autor, um padrão de escrita combativa e um esforço deliberado de inserção em debates historiográficos e de divulgação e prescrição de fontes e temas para os estudos históricos. Essa atividade pode ser identificada em grande parte de suas obras, em sua atuação junto ao governo de Getúlio Vargas, notadamente como colaborador da *Revista Cultura Política* e, também, no número razoável de resenhas críticas que escreveu na imprensa acerca de livros de outros autores. Para que essas práticas ultrapassassem o nível de simples observações e adquirissem, idealmente, o peso de “recomendações” ou “prescrições”, fez-se necessário o acúmulo de determinado capital simbólico/cultural pelo historiador. No caso de Hélio Vianna, a iniciação em redes de intelectuais conservadores, integralistas e católicos e a prestação de serviços para o Estado muito contribuíram para a visibilidade que veio a ter posteriormente.

Hélio Vianna vinha de uma família mineira não muito abastada, a qual, destacada durante o Império, provavelmente perdeu importância com a República. Era filho de Querubina Martins e Arthur Vianna, industrial e comendador do Império²⁴². Quando ainda jovem se deslocou de Belo Horizonte para o Rio de Janeiro para estudar Direito, curso em que se formou em 1932, havia um número bastante elevado de diplomados nas diversas faculdades públicas e particulares, que se multiplicavam no país. Sérgio Miceli aponta, em *Intelectuais à Brasileira*²⁴³, que essa situação gerou altos níveis de desemprego e impulsionou muitos destes jovens bacharéis para as fileiras dos movimentos político-partidários de esquerda ou de direita, como a Ação Integralista Brasileira. Uma possibilidade era também a cooptação para o serviço público. Ambas as possibilidades foram uma realidade na trajetória de Hélio Vianna.

aquele suporte uma abordagem em alguns pontos próxima das renovações historiográficas surgidas nos últimos anos. FRANZINI, Fábio; LOURENÇO, Elaine. Quando historiadores foram à escola: a História do Brasil de Octavio Tarquínio de Sousa e Sérgio Buarque de Holanda (1944) e os ecos da nova historiografia brasileira. *Expedições*, Morrinhos, v. 8, n. 1, jan./abr. 2017.

²⁴² VALE, op. Cit, 2012, p. 17.

²⁴³ MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, Vianna foi membro do Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos (CAJU), uma das pioneiras bases de apoio das ideias integralistas no Rio de Janeiro, onde teve seus primeiros contatos com o movimento. Em um curto prazo de tempo, aderiu efetivamente à Ação Integralista Brasileira, sendo reconhecido por compor a ala intelectual e engajada do movimento²⁴⁴ e contribuir com ele, como já expusemos, a partir do oferecimento de um curso de História Política e Social do Brasil no Departamento Provincial de Estudos (RJ) da AIB e da participação na revista integralista *A Offensiva*. Por essa mesma época, também foi redator na revista *Hierarchia*, de tendência conservadora e fascista. Até meados da década de 1930, essas eram as principais atividades acumuladas por Vianna que constavam em seu currículo, e foi, provavelmente, o histórico de inserção em tais redes intelectuais que motivou sua entrada, em 1935, como funcionário do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC) do governo Vargas. Nayara Galeno do Vale infere que foi, possivelmente, a colaboração com a revista *Hierarchia* o principal motivador para que ele fosse pela primeira vez alocado no aparato de controle de informações do governo²⁴⁵. Isso porque a direção daquela repartição pública era ocupada, naquele momento, por Lourival Fontes, justamente o fundador de *Hierarchia*. A principal atribuição do jovem Hélio Vianna no interior do DPDC consistiu em escrever textos históricos para que fossem regularmente irradiados no programa radiofônico oficial *A Hora do Brasil*, tarefa aliás significativa, pois, na condição de especialista²⁴⁶, foi ali encarregado de difundir saberes históricos ao grande público, não necessariamente alfabetizado, em nome do governo.

Deve-se destacar, ademais, a associação de Vianna ao Centro Dom Vital, grupo de intelectuais católicos bastante engajado e influente nas discussões políticas e pedagógicas brasileiras durante o século XX²⁴⁷. Na imprensa, o grupo se organizou em torno da revista *A Ordem*, onde Hélio Vianna publicou alguns de seus estudos. Foi ali onde ele certamente estreitou relações com Alceu Amoroso Lima, líder do grupo desde

²⁴⁴ CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do Integralismo**: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961). Tese de Doutorado – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2010. p. 186.

²⁴⁵ VALE, op. Cit., 2012. p. 18.

²⁴⁶ A incorporação de intelectuais católicos e o preenchimento de cargos por indivíduos dotados de um cabedal de saberes especializados em instituições culturais, de difusão cultural, propaganda e censura foi uma característica do regime liderado por Vargas. MICELI, op. Cit., 2001. p. 213.

²⁴⁷ SALEM, Tânia. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. CNPq, Coordenação Editorial, 1982.

1928 e dotado de certa influência junto à cúpula do governo. Há registros²⁴⁸ do envio do currículo do historiador a Gustavo Capanema, Ministro da Educação e Saúde, por Alceu Amoroso Lima em 1939, quando aquele organizava a seleção preliminar de professores para as cátedras da recém criada Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde Vianna acabou ficando com a cadeira de História do Brasil.

Nota-se, desse modo, que as posições profissionais e intelectuais alçadas por Hélio Vianna em sua carreira²⁴⁹ se deveram em larga medida aos contatos que estabeleceu, desde cedo, com indivíduos e instituições afinadas com suas convicções políticas e ideológicas. Estes, por sua vez, também nutriam interesse em tê-lo como um porta-voz de seus princípios nos vários meios de comunicação. Como resultado dessa simbiose, o nome de Hélio Vianna era lançado e devidamente amparado no meio intelectual por uma parcela dos que o compunham.

3.1 Vinculação com o regime Vargas e colaboração na *Revista Cultura Política*

No início da década de 40, a atividade de Vianna nos meios oficiais tem continuidade com sua presença frequente, como articulista, na revista oficial *Cultura Política*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sucessor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e que continuou sendo dirigido por Lourival Fontes. Tudo leva a crer, assim, que Hélio Vianna foi convidado a colaborar no periódico por influência de Fontes, dadas as relações travadas entre eles e o trabalho anterior realizado no DPDC.

A *Revista Mensal de Estudos Brasileiros – Cultura Política* foi um periódico mensal, que circulou oficialmente entre 1941 e 1945 e era dirigido por Almir de Andrade, um dos mais destacados ideólogos do Estado Novo. Como o próprio nome indica, os principais assuntos ali tratados se referiam à política – esclarecimento de medidas governamentais, propaganda do regime, análises de problemas políticos e sociais brasileiros – e à cultura – educação, estudos sociais, literários, folclóricos e históricos –, embora a partir de temas bastante diversificados.

²⁴⁸ Arquivo Gustavo Capanema, CPDOC/FGV – GC g 1936.01.18 Apud FERREIRA, op. Cit., 2013. p. 157.

²⁴⁹ A entrada de Hélio Vianna no IHGB ocorreu em 1944, quando ainda não tinha uma produção historiográfica expressiva. Supõe-se que a inserção nestes mesmos cargos e redes tenham motivado seu ingresso no Instituto.

Como assinala Angela de Castro Gomes, uma característica de *Cultura Política* era a publicação de textos por um grande número de autores— a historiadora informa que até o trigésimo número fora contabilizada a presença de 261 articulistas, entre professores primários, secundários, magistrados, militares, funcionários públicos, etc.²⁵⁰ —, sem que houvesse a necessidade de uma carreira intelectual e política anterior consagrada. De maneira geral, percebe-se naquelas páginas um interesse especial pela história do país e pelo povo brasileiro, de forma a criar em torno deles tanto um consenso sobre o que eram ou deveriam ser quanto um incentivo contínuo ao seu estudo e interpretação.

Mesmo com as alterações na estrutura e distribuição de seções na revista ao longo de sua existência, é possível encontrar seções e/ou artigos de teor histórico em todas as suas edições. Nos primeiros dezoito números, quando se manteve certo padrão estrutural, as seções intituladas “Textos e Documentos Históricos” e “Brasil Social, Intelectual e Artístico” foram as principais responsáveis pela veiculação destes conteúdos. A partir do 19º número — de setembro de 1942 —, sem uma organização fixa de seções, outras continuaram cumprindo essa função, como “Textos e Documentos”, “Quadros do Passado Brasileiro” e “História”, tendo em todas elas Hélio Vianna contribuído significativamente.

Vejamos, primeiramente, como se deu a sua atuação na subseção Literatura Histórica, inserida na parte “Evolução Intelectual” da referida seção “Brasil Social, Intelectual e Artístico”, publicada entre março de 1941 e agosto de 1942. A nota de apresentação do diretor Almir de Andrade a esta seção no primeiro número da revista frisa o momento de positiva renovação vivido pelo Brasil, relacionado à melhor compreensão do nosso passado e à recuperação da inspiração de nossas tradições. O tom empregado no trecho demonstra o apelo democrático que se queria associado à revista. Anuncia-se que

Estas páginas irão refletir êsse espetáculo extraordinário de renascimento. Colaboram nelas, desde o primeiro número, elementos escolhidos dentre os mais significativos da elite intelectual do Brasil. Elementos de diversas correntes literárias, artísticas e científicas se encontram aqui representados, pois esta Revista não tem partidos e há-de procurar sempre espelhar tudo o que é genuinamente brasileiro²⁵¹.

²⁵⁰ A listagem com os nomes dos colaboradores foi publicada pela própria revista, em outubro de 1943. GOMES, op. Cit., 1996.p. 133.

²⁵¹ CULTURA POLÍTICA – REVISTA MENSAL DE ESTUDOS BRASILEIROS. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, 1941.p. 226.

Já na nota introdutória que antecede especificamente a subseção Literatura Histórica, delegada exclusivamente a Hélio Vianna, este é apresentado como “Escritor, historiador e crítico literário; professor catedrático de História do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil; autor de um livro sobre ‘Formação Brasileira’ (Rio, 1935) e numerosos ensaios sobre história, publicados em jornais e revistas do Brasil e do estrangeiro”²⁵². Embora estivesse ainda, por assim dizer, no início de sua carreira como historiador, Vianna já carregava o distintivo de professor catedrático universitário e de intelectual atuante nacional e internacionalmente, fatores que deveriam agregar valor e legitimidade ao nome que encabeçava Literatura Histórica. Nos números subsequentes, na descrição abaixo de seu nome passa a constar apenas o cargo de catedrático. O objetivo da subseção, declarado no editorial, é o de “trazer os leitores desta Revista permanentemente ao par do que se escreve e publica em nosso país no campo da literatura histórica”, gênero abrangente que inclui “crônicas, viagens, compêndios históricos, ensaios, biografias, obras sobre geografia e etnografia do Brasil, traduções de livros de viajantes estrangeiros que descreveram o nosso país, reedições de textos e documentos históricos, etc.”.

E para quem se escrevia? Quem eram, afinal, os leitores nesse circuito? Em seu estudo sobre a divisão do trabalho intelectual no Estado Novo²⁵³, Mônica Pimenta Velloso coloca a imprensa como o setor mais eficiente do DIP, para o qual convergiram muitos intelectuais²⁵⁴. Realiza, então, uma análise comparativa entre *Cultura Política* e *Ciência Política*, duas revistas propagandeadoras do regime, e observa que enquanto esta, publicada pelo Instituto Nacional de Ciência Política (INCP), congregava intelectuais de menor projeção e buscava vulgarizar ideias em linguagem mais simples, para um público mais amplo, aquela, apesar da diversidade de autores que acolheu, era conduzida por membros de uma elite intelectual – como bem afirma Almir de Andrade no trecho apresentado –, que procurava indicar as coordenadas do discurso. São mencionadas as participações ativas, além de Almir de Andrade e Lourival Fontes, as de Azevedo Amaral, Rosário Fusco e de outros que, ainda que fossem nomes consagrados no campo intelectual, versavam sobre temas mais pontuais. A autora chega à conclusão de que

²⁵² Ibidem. p. 260.

²⁵³ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e Poder Político: Uma Configuração do Campo Intelectual*. In: OLIVEIRA; VELLOSO; GOMES op. Cit., 1982.

²⁵⁴ Ibidem. p. 73

os locutores - personificados sobretudo nos "grandes intelectuais" - parecem se dirigir a um público que imaginam integrado e familiarizado dentro deste universo de conhecimentos. Isso nos faz concluir que Cultura Política possui um público relativamente restrito, que parece configurado sobretudo nas "élites intelectuais"²⁵⁵.

Mesmo que Hélio Vianna não pudesse ser considerado um desses "grandes intelectuais", cujos discursos influenciavam e estruturavam a "ideologia oficial", o fato de poder expressar em uma revista dessa natureza conteúdos dirigidos premeditadamente a um determinado público deve ser considerado.

O número inaugural de Literatura Histórica é emblemático, pois nele Hélio Vianna oferece suas percepções sobre a historiografia (se assim se pode dizer) da última década e, diante disso, define a posição que assumiria naquela parte da revista. O autor verifica um crescimento da importância e do interesse pelos assuntos históricos recentemente, do qual era sintomático o aumento das publicações de "bibliografia histórica". Tal interesse se relacionava com o fortalecimento do espírito nacional:

O maior interesse, que revela, pelas coisas brasileiras, pelo melhor conhecimento do nosso passado, traduz o fortalecimento do próprio espírito nacional. O culto da Pátria, através do estudo de sua História, sempre foi caminho certo para a formação dos bons cidadãos, para o preparo das novas gerações, esclarecidas e fortes, como tanto necessita o futuro do Brasil²⁵⁶.

Conhecer a história do país era uma maneira de cultuar a Pátria, e, se Hélio Vianna procurava divulgar na revista documentos e estudos interessantes a novas pesquisas, estava conseqüentemente prestando um serviço patriótico, e não apenas intelectual e/ou científico.

O autor marca a diferença entre dois momentos na produção recente de trabalhos sobre a nação brasileira. O período transcorrido entre 1931 e 1934 teria sido dominado por uma literatura política e sociológica e "sugestões de todos os feitios", movidas por uma "fúria salvacionista", a maior parte delas carentes da necessária base histórica, seguidas, depois, por uma leva de exposições mais confiáveis e equilibradas:

O decênio encerrado em 1940 foi dos mais significativos para a história das letras brasileiras. A abundância dos estudos sociais, aparecidos em livros, revistas, jornais, etc., subsequente à revolução de 1930, importava, necessariamente, no conhecimento de imprescindíveis bases históricas. [...] Descobrimos a causa da fraqueza de seus ensaios, era

²⁵⁵ Ibidem. p. 80.

²⁵⁶ VIANNA, Hélio. Literatura Histórica. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 1, n. 1, p. 260-261, 1941. p. 260.

natural que não tardasse a surgir o possível concerto [sic] a essa situação, mediante a afluência de estudos históricos realmente valiosos e que às conclusões sociológicas pudessem oferecer mais seguras premissas²⁵⁷.

São justamente estes materiais, surgidos nos últimos anos, que o autor pretende resenhar na subseção, o que pressupõe uma visão positiva sobre a maior parte deles. Ao longo das edições, porém, podem ser identificados alertas, ressalvas e deméritos a alguns deles.

Com efeito, as primeiras décadas do século XX foram marcadas por um intenso e profundo interesse pela história e pela compreensão da nacionalidade brasileira, ocasionado tanto pela conjuntura política instável do país – que impulsionava a busca, no passado, por certa segurança e coerência explicativa –, quanto pelo despertar de novas indagações nas várias áreas do conhecimento, como a própria história, a psicologia e as ciências sociais. Concomitantemente a isso, o setor editorial brasileiro experimentava um crescimento exponencial, com a criação de editoras e a produção de grandes tiragens de obras nacionais por autores que outrora encontravam sérias dificuldades para verem seus trabalhos publicados. Um dos aspectos mais significativos desse momento foi a criação, por essas editoras, de coleções e séries mais ou menos especializadas em determinados assuntos, como a literatura infantil, a literatura didática/escolar e as interpretações históricas e sociológicas. A importância dessas coleções – que se multiplicaram na primeira metade do século XX e representaram um verdadeiro fenômeno editorial – para esse momento é ressaltada por diversos autores. Elas teriam exercido “importante papel para a divulgação do conhecimento histórico para além do restrito círculo do Instituto Histórico e Geográfico (IHGB) e mesmo das nascentes Faculdades de Filosofia, bem como para a melhor definição da especificidade do trabalho do historiador [...]”²⁵⁸, e atingido mesmo, na segunda metade do século, o posto de lugares de difusão do conhecimento histórico acadêmico e especializado²⁵⁹.

Essa agitação editorial e intelectual pode ser muito bem observada na *Revista Cultura Política* e, sobretudo, na seção Literatura Histórica, o que a torna, também, um objeto interessante para que sejam apreendidas as tendências historiográficas daquele

²⁵⁷ Ibidem. p. 260-261.

²⁵⁸ FRANZINI, op. Cit., 2006. p. 12.

²⁵⁹ VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. *Brasiliana & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972)*. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.9, jan./jun. 2013. p. 05-23.

momento, mesmo com o filtro imposto por Vianna. São comentadas, entre outras, edições das coleções/séries Brasileira, da Editora Nacional, Biblioteca Histórica Brasileira, da Livraria Martins e até mesmo projetos explicitamente depreciados anteriormente pelo autor, como a Coleção Documentos Brasileiros, da Livraria José Olympio²⁶⁰. Além disso, têm espaço os comentários sobre publicações de arquivos nacionais e internacionais, anais de congressos e revistas dos institutos históricos e geográficos regionais, sendo todas elas recentes – as mais “antigas” datavam de, no máximo, três anos do momento em que escreve. Acompanhar todos estes lançamentos, como se imagina, não era tarefa fácil e exigia esforços no sentido de manter-se permanentemente informado sobre as publicações relativas à história nacional aparecidas dentro e fora do Brasil e, além disso, reunir um bom cabedal de conhecimentos para avaliar a qualidade e utilidade desses materiais.

O fato é que a produção de estudos e a divulgação de fontes documentais por vários sujeitos e instituições estavam a todo vapor e não podiam ser ignoradas pelo historiador, por mais que não coincidissem com as suas expectativas e preferências. Um modo encontrado por Hélio Vianna para apresentá-las sem necessariamente promovê-las como referências confiáveis e indispensáveis foi orientar, de antemão, a leitura ou o uso que o leitor (ou pesquisador) deveria fazer delas. Ao comentar documentos recentemente editados ou traduzidos, Hélio Vianna não hesita em recomendá-los ou descredibilizá-los como fontes, apontando exageros e incorreções. A parcialidade contida em relatos pessoais é, nessa direção, o principal motivo para as desqualificações.

As traduções do *Diário Íntimo do Engenheiro Vauthier* (1840-1846), publicado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1940; de *O Brasil e os Brasileiros* (1941), dos missionários Daniel Kidder e James Fletcher, pela série Brasileira e de *Dez anos no Brasil* (1941), de Carlos Seidler, pela Coleção Biblioteca Histórica Brasileira, são amostras de registros deixados por estrangeiros que estiveram no Brasil e que imprimiram em seus relatos parcialidades, generalizações e “alegações destituídas de fundamento”, o que os tornava não merecedores de fé. Vianna assinala que tais “disparates” e “interpretações absurdas” eram muito frequentes nos livros de estrangeiros observadores da vida brasileira e que, ainda assim, o interesse geral

²⁶⁰ Analisamos essas opiniões no tópico 1.3 deste trabalho. Por esse motivo, optamos por não tratar em profundidade, aqui, das críticas lançadas a essa editora e aos trabalhos de “história social” surgidos no período.

despertado por eles era muito grande, tanto que eles representavam uma porcentagem expressiva dos títulos editados nacionalmente nos últimos tempos²⁶¹. Não os considera, apesar disso, completamente destituídos de valor, pois poderiam oferecer informações úteis para a avaliação de determinados aspectos da época a que se referem. A experiência narrada por Carlos Seidler, por exemplo, militar alemão contratado por D. Pedro I para servir no Brasil, seria “um desses panfletos típicos, em que se extravaza [sic] o despeito do mercenário insatisfeito”, pois o militar, não obtendo os ganhos esperados por sua ambição ao imigrar para terras americanas, voltou-se com antipatia contra o Império brasileiro. A leitura e eventual uso de *Dez anos no Brasil* como fonte são recomendados desde que o leitor lançasse mão, para isso, da devida crítica:

Tem todavia, o valor de todos os depoimentos que a História precisa conhecer, mesmo quando apaixonados e tendenciosos, aos quais o leitor prevenido saberá dar o necessário desconto, restringindo exageros e desprezando calúnias, deles retirando, apenas, quanto possa servir para melhor compreensão de uma época de tanta importância para a vida brasileira, como foi, no caso, o Primeiro Reinado²⁶².

Em alguns momentos, à condenação da fonte se segue a indicação de depoimentos que, na opinião do autor, seriam mais apropriados para a compreensão dos episódios. As *Memórias de um Colono no Brasil* (1858), do imigrante suíço Thomas Davatz, traduzidas por Sérgio Buarque de Holanda e publicadas em 1941 na Biblioteca Histórica Brasileira, da Livraria Martins, são consideradas “um depoimento apaixonado, forçosamente parcial”, e que, devido às condições e conflitos enfrentados por Davatz no Brasil (como imigrante trabalhador nas terras do Senador Vergueiro no conhecido e polêmico projeto particular de incentivo à imigração durante o Império), “não pode ser tomado como testemunho fidedigno”. Para uma apreensão mais acertada e justa dos incidentes ocorridos à época, Vianna recomenda a consulta ao relatório do Chefe de Polícia José Tavares Bastos, transcrito, inclusive, ao fim daquela edição das *Memórias*, e que “põe em

²⁶¹ No décimo terceiro número de Literatura Histórica, dedicado justamente ao comentário de traduções de relatos de viajantes, Hélio Vianna alega que a preferência pelas opiniões estrangeiras era “uma das mais permanentes constantes da nossa literatura histórica”, fato comprovado pela recente “avalanche de traduções” no meio editorial. O autor observa que das treze obras anunciadas para publicação pela série Brasileira, da Livraria José Olympio, doze eram de estrangeiros, a única de brasileiro era *O Rio de Janeiro de antanho*, de Afonso Taunay, por sinal uma coletânea de impressões de viajantes. O mesmo acontecia com a Biblioteca Histórica Brasileira, da Livraria Martins, em que todos os oito volumes já publicados eram traduções de obras de estrangeiros, e os próximos oito também o seriam. A única exceção, nesse meio, era a Coleção Documentos Brasileiros, que editava apenas textos de autores brasileiros e contemporâneos.

²⁶² VIANNA, Hélio. Literatura Histórica. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 2, n. 13, p. 271-272, 1942. p. 272.

seus justos termos o levante dos colonos, que na verdade não passou de isolado motim”²⁶³. Em relação à figura do senador Vergueiro, “tão acremente e sem defesa acusada nas Memórias”, a indicação é a opinião dada, há tempos, por “um publicista insuspeito e autorizado”, João Pandiá Calógeras, da qual é citada, em seguida, uma passagem bastante elogiosa ao senador.

Percebe-se, assim, que sob o pretexto da imparcialidade e da justiça histórica, que considera indispensáveis à prática historiográfica, Hélio Vianna imprime em sua exposição suas próprias inclinações interpretativas. Investido da função de juiz, com seu martelo sempre ágil no julgamento de documentos e temas mais ou menos dignos de valor, posição que demandaria um extraordinário senso de imparcialidade, sem se dar conta o historiador acaba demonstrando o quão impraticável é a adoção de uma postura neutra perante o passado²⁶⁴. Um caso interessante é o contraste entre os comentários feitos à *Memorável Viagem Marítima e Terrestre ao Brasil*, de Joan Nieuhof, saída pela Biblioteca Histórica Brasileira da Livraria Martins (1942) e apresentada no 18º número de *Literatura Histórica*, e aqueles que direciona à edição da *Relação Diária do Cerco da Bahia de 1638*, de Pedro Cadena de Vilhasanti, a qual havia sido descoberta recentemente no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa e divulgada pelo historiador jesuíta português Serafim Leite.

A respeito da primeira, escrita por um funcionário da Companhia das Índias Ocidentais e reveladora de parte dos conflitos havidos entre brasileiros e invasores holandeses em Pernambuco no século XVII, Hélio Vianna afirma que muito importava conhecer seu minucioso depoimento, e que “Eivado [...] da parcialidade que de um empregado da Companhia era lícito esperar, tornar-se necessário que aos seus exageros se deem os devidos descontos.”²⁶⁵. O relato trazia informações relevantes acerca dos ocorridos, mas o tom parcial admitido por Joan Nieuhof é visto negativamente.

A perniciosidade da parcialidade, todavia, parece ser amenizada quando o depoimento provém de um lugar de fala com o qual Vianna se simpatiza. A *Relação Diária do Cerco da Baía de 1638*, outra fonte referente à invasão holandesa no Brasil, é

²⁶³ VIANNA, Hélio. *Literatura Histórica*. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 1, n. 5, p. 276-279, 1941. p. 277.

²⁶⁴ ASSIS, Arthur Alfaix. Alexandre Herculano entre a imparcialidade e a parcialidade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 13, n. 32, p. 289-329, jan.-abr. 2020.

²⁶⁵ VIANNA, Hélio. *Literatura Histórica*. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 2, n. 18, p. 328-330, 1942. p. 330.

considerada o mais precioso documento sobre a derrota holandesa na Bahia. O volume reúne cartas escritas em 1638 por Pedro Cadena Vilhasanti, provedor-mor da Fazenda do Estado do Brasil, ao rei de Portugal, com o objetivo de relatar o episódio de ofensiva à Bahia pelos holandeses naquele ano. Vianna afirma que Vilhasanti, “nessa qualidade participante e testemunha da heróica resistência e reação, [...] dia a dia pôde com fidelidade relatar, como certamente não o faria melhor qualquer historiador”²⁶⁶. Por isso, ao volume “obrigatoriamente terão[iam] de recorrer, de agora por diante, todos os que se ocuparem do memorável episódio da História Pátria”²⁶⁷. Dois relatos provenientes de indivíduos em posições semelhantes (funcionários) e em situações semelhantes (conflitos entre portugueses e holandeses), passíveis, então, de serem tendenciosos, mas hierarquizados como mais ou menos verdadeiros e fiáveis pelo autor.

Embora Hélio Vianna nem sempre mencione diretamente em suas falas o termo “historiador” para se referir aos seus interlocutores, é evidente, em suas considerações, o interesse em ser lido e compreendido por este público. O gesto consciente de indicar fontes documentais, temas e procedimentos metodológicos se associa, desse modo, ao desejo de inspirar outros produtores do conhecimento histórico, fossem estas pesquisas empreendidas em meios institucionais, profissionalizados ou não.

Demarcando seu papel de orientador, Vianna se sente à vontade para indicar lacunas e sugerir encaminhamentos para futuras investigações. São apontadas as carências das pesquisas relacionadas à história religiosa do Brasil, à história marítima e às fortificações coloniais brasileiras. Em seu ponto de vista, era importante que a bibliografia sobre tais assuntos fosse aumentada, no rastro de estudos pontuais e de boa qualidade nos últimos anos aparecidos. Na edição de junho de 1941, por exemplo, afirma que “numerosas são as lacunas ainda existentes na história religiosa do Brasil”, área que tendia a privilegiar o estudo da ordem jesuíta em detrimento de outras, como a dos beneditinos, carmelitas e até mesmo dos padres seculares, estudos necessários para a compreensão da “formação espiritual do Brasil”. É divulgada, em seguida, a publicação, em separata da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco, da *Crônica do Mosteiro de São Bento de Olinda até 1763*, de Frei Miguel Arcanjo da Anunciação. A contribuição é vista como muito útil à história religiosa de

²⁶⁶ VIANNA, Hélio. Literatura Histórica. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 2, n. 11, p. 275-276, 1942. p. 276.

²⁶⁷ Ibidem.

Pernambuco e afirma-se que “se torna desejável a repetição de idêntica iniciativa, quanto aos outros mosteiros beneditinos do Brasil”²⁶⁸. O mesmo se diz das pesquisas sobre as fortificações coloniais, as quais deveriam se inspirar em *Fortificações da Baía* (1940), de J. da Silva Campos, “obra de verdadeiro erudito” e “digna de ser imitada por investigadores que se dediquem a esse relevante aspecto de nossa história militar”²⁶⁹.

Outro aspecto a ser ressaltado é que Hélio Vianna incentiva não apenas o surgimento de produções voltadas a novos temas, mas a revisão historiográfica de abordagens que já julgava consolidadas. Neste caso, chama a atenção para as biografias de ilustres luso-brasileiros ou integrantes da Família Real. Na sexta edição de *Literatura Histórica* é divulgado o conteúdo dos Anais de 1938 da Biblioteca Nacional, em que se encontravam publicados documentos e trabalhos sobre eventos ou personalidades do Primeiro Reinado. Dentre eles, é destacada a tradução de escritos da pintora e escritora britânica Maria Graham (1785-1842) – *Correspondência com Dona Leopoldina, Escorço Biográfico de Dom Pedro I e Notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo* –, adquiridos há pouco pela Biblioteca Nacional. Vianna atenta para o potencial destes subsídios para a renovação da historiografia: “As cartas de D. Leopoldina, as referências a Lord Cochrane e a biografia de D. Pedro I, servirão, mesmo, para alterar, em mais de um ponto, juízos até agora assentes, relativos a essas personalidades de atuação tantas vezes importantíssima na consecução da independência nacional”²⁷⁰.

Destas personalidades, é em torno da de D. Pedro I que são feitas as maiores reivindicações por análises mais justas e complacentes. No oitavo número da revista é resenhada a obra *As Quatro Coroas de D. Pedro I*, de Sergio Correia da Costa, biografia do imperador publicada pela Editora Civilização Brasileira ainda em 1941. Vianna aproveita a ocasião para emitir seus pareceres a respeito das biografias já existentes sobre D. Pedro I. Segundo o historiador, era muito comum que os autores de biografias disparassem julgamentos apressados e injustos a D. Pedro, sem considerar o momento político difícil que teve de enfrentar, e mesmo os historiadores mais prudentes o tratavam com demasiada reserva, o que acabava ofuscando seu “brilho”. A passagem seguinte

²⁶⁸ VIANNA, Hélio. *Literatura Histórica*. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 1, n. 4, p. 240-245, 1941. p. 241.

²⁶⁹ VIANNA, Hélio. *Literatura Histórica*. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 2, n. 11, p. 275-276, 1942. p. 276.

²⁷⁰ VIANNA, Hélio. *Literatura Histórica*. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 1, n. 6, p. 282-284, 1941. p. 283.

evidencia a tendência lusófila do autor e a exaltação e heroicização destes “grandes homens”:

Entretanto, a todos os estudiosos que quizerem apreciar à luz da justiça histórica a multiforme ação de D. Pedro I, deve ser inevitável a conclusão de que exerceu-a, ele, ora como perfeito político, ora como autêntico herói, de maneira a cobrir-se daquela glória que, no momento da abdicação, com razão proclamou ser o seu programa de vida²⁷¹.

Vianna informa que visualizava, nos últimos anos, um processo de reabilitação histórica de Pedro I por “modernos escritores brasileiros e portugueses” – dentre os quais coloca o autor de *As Quatro Coroas de D. Pedro I* –, que deixavam clara a sua admiração pelo imperador. A escolha de associar estes “escritores” à qualidade de “modernos” pode ser vista, aqui, como um recurso para demarcar uma inovação positiva que deveria ser seguida por todos que quisessem acompanhar a evolução da historiografia.

As biografias, a propósito, aparecem na subseção numerosas vezes, e são identificadas como um gênero que, cada vez mais popular no setor literário, também vinha afetando nitidamente os estudos históricos, se afirmando como traço característico das produções do período. No décimo segundo número da revista, é realizada uma apreciação dos Anais do III Congresso de História Nacional, evento organizado pelo IHGB em 1938 em comemoração ao seu centenário de fundação, e Vianna demonstra seu interesse em contabilizar e avaliar tendências historiográficas do momento. Ele observa que dos 31 estudos já publicados, pelo menos 15 correspondiam a biografias. A partir dos mesmos Anais, identifica também a predominância do período imperial como recorte temporal, e afirma que os trabalhos que se dedicavam ao período colonial e republicano representavam uma pequena porcentagem dos textos oferecidos ao IHGB.

Outros três números de Literatura Histórica são reservados inteiramente às biografias, com comentários gerais sobre o gênero e resenhas de volumes surgidos nos últimos anos. Nas edições de outubro e novembro de 1941, atenta-se para a importância conquistada pelas biografias e reflete-se sobre as condições a partir das quais elas teriam real vantagem à historiografia brasileira. Primeiramente, é acentuado que a valorização biográfica era um atributo das literaturas modernas, e que também na literatura brasileira “terá de ser reservado considerável espaço às biografias, romanceadas ou não, gênero que a nossa época poz em moda e que não deixaria de afetar, de maneira favorável ou

²⁷¹ VIANNA, Hélio. Literatura Histórica. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 1, n. 8, p. 271-273, 1941. p. 272.

perniciosa, o campo dos estudos históricos”²⁷². Aparentemente, Hélio Vianna acreditava que o que mais convinha aos estudos históricos eram as biografias isentas de fabulações, pois apresenta, em seguida, duas que, “nada tendo de romanceadas”, eram dignas de elogios. Além da já comentada *As Quatro Coroas de D. Pedro I*, de Sergio Correia da Costa, é citada a de *Nóbrega – O Primeiro Jesuíta do Brasil* (1940), de José Mariz de Moraes, que considera bem sucedida por examinar criticamente o volumoso material acumulado sobre o padre e fixar Nóbrega como o grande jesuíta, organizador e promotor da grandeza da Companhia no Brasil.

Ademais, o gênero biográfico é visto, em potencial, como um bom aliado da educação cívica, mas ainda era preciso que se trabalhasse muito nessa direção, pois as biografias existentes continham muitos erros e poucas eram merecedoras de apreço:

Ninguém ignora o relevante papel que na moderna educação cívica compete às biografias e aos biógrafos, cuja missão, levada ao exagero, pode conduzir a lamentáveis erros, embora, bem compreendida, seja suscetível [sic] de produzir apreciáveis resultados. Nesse sentido, muito ainda precisa ser feito, entre nós, sendo poucas as exceções meritórias até agora registradas²⁷³.

São emitidos pareceres, então, ao volume *O Segundo Rio Branco* (1941), de Aluizio Napoleão, lançado havia alguns meses pela Editora A Noite. Julga-o o melhor estudo sobre o Barão do Rio Branco já produzido, mas diz que não era, ainda, o que se esperava como ideal, sendo antes uma obra fornecedora de informações e caminhos para uma futura obra completa. Oito meses depois, Hélio Vianna anuncia a publicação, na Coleção Documentos Brasileiros, por Raul do Rio Branco – filho do Barão –, das *Reminiscências do Barão do Rio Branco* (1942), um depoimento de família, livro de lembranças pessoais que, em sua opinião, ainda poderia ser melhor. Indica alguns pontos de descontentamento, que não anulavam o mérito do depoimento, e conclui que era essa uma “apreciável contribuição para a biografia que continua esperando o grande brasileiro”²⁷⁴. Com tão exigentes apontamentos, Vianna estimula o leitor mais afeito aos desafios a dar sua contribuição nesta empreitada e, quem sabe, ser reconhecido como o autor da melhor biografia de Rio Branco já escrita.

²⁷² Ibidem. p. 271.

²⁷³ VIANNA, Hélio. Literatura Histórica. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 1, n. 9, p. 395-397, 1941. p. 395.

²⁷⁴ VIANNA, Hélio. Literatura Histórica. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 2, n. 16, p. 338-340, 1942. p. 339-340.

Após verificar a popularidade das traduções de relatos de viajantes, a preferência pela produção de biografias e a necessidade de melhorias neste setor, Vianna continua seu diagnóstico da “literatura histórica”, ou do campo historiográfico brasileiro. Na penúltima edição de *Literatura Histórica*, uma última característica da historiografia recente é destacada: a preferência por estudos mais recortados – teses, monografias, sínteses e ensaios – em relação aos longos e aprofundados estudos. De acordo com o autor, os causadores deste estado de coisas eram, de um lado, a dificuldade de acesso a documentos inéditos ou pouco explorados, guardados em arquivos distantes; de outro, os “historiadores” pouco comprometidos com a atividade, o que denota o desejo de Vianna por um maior profissionalismo: “[...] exigindo onerosas buscas e pacientes investigações, adiam-se ou substituem-se sérias intenções de estudos proveitosos, ao acaso das contingências pessoais dos historiadores que o não são senão ocasional e subsidiariamente”²⁷⁵. Tais fatos faziam com que as “letras históricas” brasileiras tivessem um aspecto fragmentário e diluído.

Contra a maré, Hélio Vianna aplaude e demonstra sua admiração pelos autores que ainda se dedicavam às longas e detidas pesquisas, “procurando honrar a memória de seus incansáveis antecessores, os Varnhagen e os Capistrano de Abreu”. Cita, em seguida, os discípulos Afonso Taunay e Rodolfo Garcia, que “por exemplo, ainda se encontram em plena atividade, propiciando à nossa história opulentos resultados de suas ininterruptas investigações”²⁷⁶. Ao lado deles aparecem ainda outros, cujas obras são analisadas no número. Tratam-se de Primitivo Moacir, com uma trajetória voltada às pesquisas acerca da instrução pública no Brasil, e João Fernando de Almeida Prado, estudioso da formação histórica da nacionalidade brasileira, ambos com um grande número de volumes publicados.

Para que a historiografia nacional continuasse progredindo como qualquer ciência e pudesse receber contribuições semelhantes, a ampliação do acesso a documentos era imprescindível. Os esforços de autores e editoras particulares, bem como aqueles despendidos pelo Estado e instituições públicas, eram benfeitores nesse sentido. Hélio Vianna, por sua vez, ao divulgar e escutinar, a seu modo, estas publicações e iniciativas para os leitores da revista, auxiliava na ampliação do alcance das mesmas.

²⁷⁵ VIANNA, Hélio. *Literatura Histórica*. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 2, n. 17, p. 366-367, 1942. p. 366.

²⁷⁶ *Ibidem*.

Dentre as publicações públicas e oficiais, fartamente mencionadas, pode-se citar as promovidas por repartições históricas e arquivísticas – Anais da Biblioteca Nacional, Anuário do Museu Imperial, Publicações do Arquivo Nacional, Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional –, as revistas mantidas pelos institutos históricos e geográficos estaduais – da Bahia, de São Paulo e do Rio Grande do Sul – e os anais de congressos – II Congresso Sul-riograndense de História e Geografia, III Congresso de História Nacional. As obras particulares resenhadas, a seu turno, mantêm certa variedade, mas provêm, em sua maioria, de editoras bem conhecidas. Em levantamento, verifica-se a presença – em ordem decrescente de citação – da Companhia Editora Nacional (séries Brasileira e Biblioteca do Espírito Moderno), Livraria José Olympio (Coleção Documentos Brasileiros), Livraria Martins (Coleção Biblioteca Histórica Brasileira), Editora Civilização Brasileira e Editora A Noite.

Um espaço é reservado, também, a publicações estrangeiras que interessavam no todo ou em parte à história nacional, editadas mais especificamente na Argentina e em Portugal. A décima quarta edição de Literatura Histórica se volta exclusivamente à divulgação das publicações do Instituto de Investigações Históricas, da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade Nacional de Buenos Aires. São emitidos breves comentários e recomendações acerca dos usos que poderiam ser feitos dos estudos e documentos saídos nas últimas edições das *Publicações* e do *Boletim* daquele instituto, úteis, sobretudo, às investigações históricas e geográficas da região sul do Brasil.

Ainda na esteira das divulgações estrangeiras, um dos números com maior volume de publicações comentadas e indicadas é o terceiro, de maio de 1941, dedicado exclusivamente à divulgação de estudos e documentos editados pela Agência Geral das Colônias de Portugal por ocasião da comemoração dos centenários portugueses (1940). Vem à tona, novamente, a orientação lusófila de Hélio Vianna. A exposição de uma variedade de documentos é realizada não apenas com vistas a apresentá-los ao conhecimento de pesquisadores de história nacional, que forçosamente deveriam recorrer a arquivos portugueses para o esclarecimento de pontos de nosso passado colonial e imperial. O historiador aproveita a oportunidade, também, para promover a imagem de Portugal, da colonização brasileira e dos tão exaltados luso-brasileiros. A edição é permeada por elogios a obras, autores e gestores de instituições portuguesas responsáveis pelo compartilhamento de arquivos. As publicações citadas – entre estudos, coletâneas e reproduções de documentos originais com transcrições para “linguagem atual” – têm

como mote os temas do Descobrimento, da exploração costeira portuguesa, da Restauração de 1640 e das biografias de vultos da colonização.

Um fato digno de nota é que dos treze volumes editados pela Agência Geral das Colônias escolhidos por Vianna para divulgação, oito são biografias. Destas, sete pertenciam à coleção de folhetos biográficos de “destacadas figuras da colonização portuguesa no Brasil”²⁷⁷, escritos por portugueses e principalmente por brasileiros, o que nos indica, novamente, a grande mobilização histórica e a aproximação entre autores das duas nacionalidades naquele momento. As biografias lançavam luz sobre as vidas de Pero Coelho de Sousa (autoria de Gustavo Barroso); Martim Soares Moreno (Afrânio Peixoto); D. Marcos Teixeira (Wanderley Pinho); Salvador Correia de Sá (Clado Lessa), Luiz Barbalho (Bernardino José de Souza); Henrique Dias (Frazão de Vasconcellos) e Francisco Barreto (Pedro Calmon). A respeito dos três últimos personagens, são caracterizados como “três guerreiros das lutas contra os holandeses”, e o conhecimento de seus feitos por meio das biografias, para Vianna, serviriam ao fortalecimento do sentimento nacional e do orgulho pela terra e seu povo mestiço:

poderão, certamente, contribuir para chamar a atenção geral para êsses grandes vultos de nossa História, brasileiros, afro-brasileiros e portugueses (mesmo nascidos em outros países, como é o caso do acidentalmente peruano Francisco Barreto), que tanto e tão arduamente trabalharam pela manutenção integral do território da Pátria²⁷⁸.

Conforme temos visto até aqui, a afinidade com as ideias do regime, a experiência anterior como funcionário do DPDC, os contatos favoráveis com figuras de relevo da administração estatal e a projeção na área de História, à qual vinha se dedicando, provavelmente contribuíram para que fosse dada a Hélio Vianna certa autonomia para que dissertasse no periódico sobre assuntos de sua especialidade. Ao contrário de vários outros nomes de intelectuais, que tiveram seus textos de cunho histórico publicados na revista de maneira esparsa, Hélio Vianna foi, ao que parece, aquele que mais solidamente marcou presença neste setor, tendo sob sua responsabilidade grande parte dos artigos e divulgações relativos ao estudo do passado. A listagem da produção do historiador publicada na Revista do IHGB por uma ex-professora assistente na FNFi, Lucinda Coelho, revela que são de sua autoria muitos textos que na revista não aparecem

²⁷⁷ A oitava biografia comentada pelo autor no número é *Padre Antônio Vieira*, do historiador português Hernani Cidade. Vianna elogia tanto o biógrafo pelo trabalho quanto o biografado, figura “sem par do luso-brasileiro típico”, que “não seria possível que ficasse esquecida”.

²⁷⁸ VIANNA, Hélio. Literatura Histórica. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro, ano 1, n. 3, p. 269-273, 1941. p. 272.

assinados. Seguindo esta fonte e desconsiderando-se aqueles incluídos na subseção Literatura Histórica, podem ser localizados mais de quarenta textos seus publicados na revista. Destes, a maior parte se insere na seção “Textos e Documentos/Textos e Documentos Históricos”²⁷⁹ e na seção “História”, e, em menor número, nas seções “Quadros do Passado”, “Problemas Políticos” e “Biografia”. A finalidade de “Textos e Documentos Históricos”, segundo sua nota de apresentação, era publicar estudos e transcrever documentos úteis à pesquisa histórica, mais especificamente política, anteriores a 1930, enquanto em “História” era acolhida uma diversidade maior de artigos, ensaios, resenhas e opiniões, desde que estivessem relacionados à história.

Destacamos, por fim, o texto “Caxias – Patrono do Exército Brasileiro”, publicado na revista em agosto de 1944, mês em que se comemora o aniversário do Duque de Caxias. Neste número é demarcado um espaço especial, nas primeiras páginas, a comentários concernentes aos assuntos militares, frente à tensão causada pela Segunda Guerra Mundial. O artigo de Vianna, elogioso à figura de Caxias, é fixado – sem assinatura – após a reportagem “Dois anos de guerra”. Abaixo do título, consta a descrição “Comentário Histórico de Cultura Política”. Este, a nosso ver, é mais um indício do lugar privilegiado ocupado por Vianna nos quadros do periódico e/ou junto aos seus editores, visto que ali o discurso do autor se passa como representativo dos da própria revista.

O empenho publicamente demonstrado por Hélio Vianna em acompanhar e criticar produções recentes foi, possivelmente, um fator relevante para sua entrada na Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil (CETHB), do Ministério das Relações Exteriores, lugar em que por muitos anos se viu incumbido, igualmente, da função de “avaliador” atento às novidades historiográficas. A CETHB, criada em 1943, tinha como atribuições “conhecer a bibliografia sobre a História do Brasil – editada no Brasil ou no exterior -, preparar lista bibliográfica contendo as principais obras sobre os assuntos históricos brasileiros e apresentar pareceres sobre questões de História do Brasil”²⁸⁰. Conforme analisa Juçara Leite²⁸¹, a criação da CETHB fez parte de um conjunto de medidas que vinham sendo postas em prática em vários países desde a década de 1920, quando, em decorrência dos resultados avassaladores da Grande Guerra, a

²⁷⁹ Com a modificação da revista a partir de seu décimo oitavo número, a seção “Textos e Documentos Históricos” passou a ser denominada apenas “Textos e Documentos”, mas manteve os mesmos objetivos.

²⁸⁰ LEITE, Juçara Luzia. Revisando livros didáticos de História: ação da diplomacia cultural em nome da paz. **Tempo e Argumento**, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2011. p. 77-99. p. 84-85.

²⁸¹ Ibidem.

consecução e manutenção de um mundo de paz passou a ser um ideal a ser alcançado, com projetos em boa parte dos países ocidentais e grande valorização do papel da história e da educação. A fundação da Liga das Nações (1920), da Commission Internationale de Coopération Intellectuelle (CICI, 1922) e do Institut International de Coopération Intellectuelle (IICI, 1925), responsáveis por realizar pesquisas, ações e análises de livros didáticos são exemplos de entidades internacionais criadas neste contexto. Mais especificamente na América Latina e no Brasil, podem ser mencionados o Convênio entre o Brasil e a República Argentina para a Revisão dos Textos de Ensino de História e Geographia (1933), com traduções e difusão de textos entre os dois países, e da Comissão Nacional do Livro Didático (1938), encarregada da avaliação e aprovação de livros didáticos no Brasil.

O resultado concreto dos trabalhos da CETHB foi a publicação, a partir de 1944, da *Bibliografia de História do Brasil*, a qual teve periodicidade semestral até 1947 e, a partir deste ano até 1971, foi publicada anualmente, embora de forma não regular. Ao avaliarmos as listagens de nomes dos membros da Comissão referentes aos anos de 1944, 1947 e 1951 encontradas por Leite nos volumes da *Bibliografia*, percebe-se que o nome de Hélio Vianna figura em todas as formações. A primeira foi composta por Pedro Leão Veloso (presidente), Rodolfo Garcia, Heitor Lyra, Emílio Fernandes de Sousa Docca, Hélio Vianna e Luiz Camillo de Oliveira Netto. Na segunda, Garcia, Oliveira Netto e Vianna permaneceram, e ingressaram como novos membros Raul Fernandes (presidente), Hildebrando Pompeu Pinto Accioly, Joaquim de Sousa Leão Filho e José Honório Rodrigues. Já em 1951, compunham a comissão Raul Fernandes/João Neves da Fontoura/Heitor Lyra (sucendo-se na presidência), Luiz Camillo de Oliveira Netto, Hélio Vianna, José Honório Rodrigues, Pedro Freire Ribeiro e Américo Jacobina Lacombe. Percebe-se, assim, que Hélio Vianna trabalhou ali lado a lado com célebres historiadores, como Rodolfo Garcia, cuja trajetória foi marcada pela anotação, seleção e divulgação de documentos históricos, e José Honório Rodrigues, que neste momento dava seus primeiros passos na carreira que o legaria anos mais tarde o predado de notável comentador e estudioso da escrita da história do Brasil. Nomes, portanto, que, cada um à sua maneira, foram naquele momento considerados apropriados para compor a CETHB e realizar um trabalho que atendesse aos objetivos elencados inicialmente, em suma, a indicação de uma “História correta” a ser divulgada.

Nota-se, desse modo, que a colaboração de Hélio Vianna na *Revista Cultura Política* marcou apenas um curto período de sua trajetória como historiador, mas sinalizou uma oportunidade para que seu nome pudesse alcançar maior visibilidade na esfera intelectual. Para que estivesse ali, fora necessário um esforço anterior de envolvimento em redes políticas e intelectuais específicas, bem como a dedicação exclusiva à área em que desejava ser reconhecido como especialista. Buscamos analisar, neste tópico, como sua vinculação com o Estado Novo e a participação na revista de certa forma viabilizaram o projeto, pretendido por ele, de assumir uma posição de mentor de uma historiografia que acreditava ser a correta e adequada ao país. Ao recomendar/prescrever ou deslegitimar obras, práticas e condutas por parte dos historiadores, Vianna se coloca, ao menos no plano da intenção, como um orientador dos estudos dispersos que vinham sendo produzidos no Brasil, em uma revista oficial e em um período em que a história assumia ainda contornos mais definidos como disciplina e os cursos superiores eram recentes e se encontravam em fase de organização e ampliação.

3.2 Escrita combativa, prescrições de temas e fontes: um compromisso com o futuro da historiografia

Enquanto na *Revista Cultura Política* as divulgações e comentários feitos por Hélio Vianna se referiam a publicações recentes idealizadas por outros autores e instituições, nos volumes *Estudos de História Colonial* e *Estudos de História Imperial* o mesmo espírito divulgador, crítico e orientador é encontrado, mas aqui o historiador procura oferecer suas próprias contribuições para as pesquisas de História do Brasil.

Estudos de História Colonial e *Estudos de História Imperial*, como já tivemos a oportunidade de apresentar no primeiro capítulo, foram publicadas, respectivamente, nos anos de 1948 e 1950 na série Brasileira, da Companhia Editora Nacional, e são compostas por textos independentes, escritos pelo autor em diferentes momentos. Mostram-se repletas de indicações e transcrições de documentos que subsidiaram as investigações do historiador e que poderiam também servir aos leitores, potencialmente outros historiadores, em suas pesquisas. Parte desse material – cartas, manifestos, manuscritos – era inédito ou pouco conhecido, arquivado na Biblioteca Nacional ou obtido por Vianna por meio de contatos particulares.

Nestas obras, a divulgação de documentos vem, geralmente, acompanhada da indicação de temas inéditos que deveriam ser estudados ou de temas que, já tendo sido

objeto de análise de outros autores, na percepção de Vianna foram conduzidos de forma equivocada e deveriam, por isso, ser revisados sob outras perspectivas, propiciadas, inclusive, pelos novos documentos que vinham à tona. Nisso ficam evidenciados, mais claramente, a postura engajada de Hélió Vianna e o afincamento com que se dedica à promoção de um projeto historiográfico coerente com os ideais que acreditava e gostaria de ver propagados na historiografia nacional.

Proporcionalmente, *Estudos de História Imperial* é a obra que apresenta o maior número de documentos divulgados e/ou transcritos, parcial ou integralmente. Dos dezesseis textos que reúne, em pelo menos onze podem ser encontradas inserções nesse sentido, ao passo que em *Estudos de História Colonial*, cinco dos quatorze textos são dedicados a este fim. Em alguns casos, a menção ou transcrição é feita de maneira acessória/complementar às análises autorais de Vianna, e em outros, a divulgação do documento é o objetivo fundamental do texto e os acréscimos feitos pelo autor incluem apenas introduções ou notas de rodapé explicativas e corretivas. Comentaremos alguns casos a seguir, de modo a ilustrar e auxiliar no entendimento dessa função desempenhada pelo historiador.

Um primeiro aspecto a ser ressaltado é que boa parcela dos documentos recomendados e disponibilizados nessas obras incentiva a exaltação ou a revisão de determinadas imagens construídas em torno da colonização portuguesa ou de personagens destacados, característica que também pudemos notar nos artigos publicados na *Revista Cultura Política*, examinados anteriormente. Na obra de 1948, por exemplo, há a inclusão do texto “Quanto custaram a Portugal os socorros enviados ao Brasil em 1630-1632”, com vistas a expor, com base em documentos praticamente inéditos localizados na Biblioteca Nacional, que foram, sim, significativas as despesas financeiras e humanas por parte de Portugal para a defesa do território brasileiro nos momentos em que foi tomado pelos holandeses. Vianna informa que os arquivos pertenciam à Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (indica precisamente sua localização) e destaca o códice “Pernambuco”, o qual abrigava contas, pareceres e relações do período. Em seguida, seleciona para comentário e análise de dados dez destes documentos, a fim de provar “o interesse da metrópole pela defesa da colônia americana”. Os números ali encontrados, bem como a informação de que teria havido, na época, uma bem-sucedida campanha de arrecadação de doações particulares em Portugal, seriam capazes de contestar as acusações de que a Metrópole não lançou mão de muitos recursos à Colônia durante o

episódio da invasão holandesa. As doações concedidas por portugueses não significavam um pesado encargo ou obrigação; eram, já, um sinônimo de patriotismo:

Mostra o vulto dessa generosa cooperação a lista de donativos adiante transcrita, sem dúvida abonadora do patriotismo que já então se observava entre todos os portugueses, sabedores que eram da importância histórica da defesa de seu imenso patrimônio colonial²⁸².

Não só a colonização portuguesa, mas os próprios membros da Família Real são também assunto regular nestes escritos. Em *Estudos de História Imperial*, dois textos subsequentes são voltados a D. Pedro I. No primeiro, “Inteireza de D. Pedro I”, busca-se promover a ideia de inteireza pessoal do polêmico imperador a partir do apontamento de sua honestidade e responsabilidade na administração das finanças públicas e, especialmente, privadas. É transcrito um documento (título de dívida) escrito pelo próprio imperador em um momento em que, sendo necessária a oferta do dote/presente ao casar-se novamente, após a morte de D. Maria Leopoldina, esclarece que este seria pago, provisoriamente, com a herança de seus jovens filhos, e se compromissava a restituir o valor posteriormente. O “curioso documento” serviria como uma amostra da inteireza imperial, pois “cabalmente demonstra o seu cuidado em preservar de futuras confusões os bens dos filhos menores”²⁸³. Já em “Cartas de D. Pedro I na semana da abdicação”, Hélio Vianna reúne trechos de cartas, bilhetes e escritos em geral, redigidos por D. Pedro I no momento de despedida do Brasil, entre a abdicação e seu retorno à Europa – 07 a 14 de abril de 1831 –, documentos a partir dos quais são exploradas as subjetividades, condutas e virtudes do Imperador, notadamente as da sinceridade, simplicidade, lealdade, amabilidade paterna e patriotismo. Eis o comentário que antecede a transcrição da “Carta aos amigos”:

Ainda mais significativa, quanto aos sentimentos pessoais do ex-Imperador, é a “Carta aos amigos”, do dia 12, na qual, como um simples cidadão, deles se despede, agradecendo obséquios e levando sua magnanimidade a ponto de “lhes pedir perdão de alguma ofensa” involuntária. Renovam-se, aí, os temas da honra e da glória, habituais em sua pena²⁸⁴.

Quanto aos sucintos bilhetes, escritos por D. Pedro em situações consideradas comezinhas – como a solicitação de itens de uso pessoal para a viagem –, Vianna informa

²⁸² VIANNA, op. Cit., 1948. p. 298-299.

²⁸³ VIANNA, op. Cit., 1950. p. 20.

²⁸⁴ Ibidem. p. 26.

que estes estavam sendo ali transcritos pela primeira vez²⁸⁵, e que, dadas as circunstâncias excepcionais em que foram produzidos, guardavam especial importância, não sendo possível que fossem admitidos como pertencentes à “pequena história”²⁸⁶, além de serem uma prova de que “a própria viagem do exílio iria realizar-se em condições de real desconforto”²⁸⁷.

Outra personalidade claramente admirada por Hélio Vianna e merecedora de homenagens em seus livros é o Príncipe Gastão de Orléans, o Conde d’Eu, protagonista em quatro textos de *EHI*, sendo divulgadas em dois deles algumas fontes obtidas com exclusividade pelo autor²⁸⁸. O intitulado “Conde d’Eu, advogado dos que serviram na Guerra – Cartas do Príncipe Gastão de Orleans ao tenente-general Caldwell” almeja promover a boa imagem do conde, com a exaltação de sua atuação como “advogado” dos militares que serviram na Guerra do Paraguai, fato que segundo Vianna já começava a ser explorado ultimamente pelos biógrafos do Príncipe. Sua benevolência poderia ser bem observada nas mais de dez cartas que trocara com o tenente-general João Frederico Caldwell transcritas no volume, provas materiais do “generoso interesse pelo Conde d’Eu sempre demonstrado por seus companheiros de armas do exército brasileiro”²⁸⁹ e das diversas ocasiões em que interveio favorável e diretamente na vida destes militares solicitando empregos, providenciando solturas e obtendo pensões.

A centralidade atribuída a Gastão de Orléans tem seguimento no texto “O Conde d’Eu e a colonização do sul de Santa Catarina”, destinado a tratar do episódio pouco conhecido envolvendo o Patrimônio Dotal da Princesa Isabel e do Conde d’Eu e o projeto de aproveitamento de terras para colonização na região de Santa Catarina, projeto afinal não plenamente executado e malsucedido por não trazer os benefícios esperados ao Império e responsável por provocar, ao contrário, prejuízos à Casa. Para estudar o complexo caso, o autor faz uso de material inédito – cartas e manuscritos – e de

²⁸⁵ Estes materiais, assim como vários outros divulgados nas obras, eram pertencentes ao antiquário e membro do IHGB Francisco Marques dos Santos, que disponibilizou a Vianna o acesso à sua coleção de documentos.

²⁸⁶ Termo usado de certa forma pejorativamente para se referir à história dos detalhes, do que é cotidiano, banal.

²⁸⁷ VIANNA, op. Cit., 1950.p. 30.

²⁸⁸ Os outros dois textos são “Gastão de Orléans, o Príncipe Incompreendido” e “Os Filhos do Conde d’Eu”, voltados claramente à exaltação desta figura. Quanto às cartas acessadas e transcritas por Vianna, pertenciam ao mesmo Francisco Marques dos Santos, comprador do arquivo de Caldwell.

²⁸⁹ VIANNA, op. Cit., 1950.p. 243.

documentos oficiais – atas, decretos e leis²⁹⁰. Os seis documentos inéditos de que dispunha, provenientes do “Arquivo da Mordomia da Princesa Imperial D. Isabel e do Conde d’Eu”, tinham sido obtidos “a título de lembrança de amizade” com o Prof. Dr. Hamilton Nogueira, esposo da neta do último mordomo da família imperial, e reproduzidos em parte no livro²⁹¹. De posse destes registros, Hélio Vianna informa que os havia oferecido ao Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina para que fossem ali arquivados, pesquisados e divulgados, eventualmente, em sua revista. O próprio retrospecto minucioso dos ocorridos realizado no texto é anunciado como uma contribuição para a obra de conhecimento do passado da terra natal pelo instituto catarinense. Um fato curioso é que apesar do destaque dado ao nome do Conde d’Eu no título do texto, sugestivo de um amplo envolvimento desta personalidade nos rumos do empreendimento, no desenrolar dos acontecimentos narrados a partir das fontes o Príncipe não aparece com evidência, o que deixa claro o interesse em garantir certa distinção à sua figura e associá-la a uma possível benfeitoria à Pátria ainda que, na prática, isso não tivesse propriamente ocorrido.

A obtenção de documentos em primeira mão para que fossem divulgados ao público interessado é um ponto que chama a atenção na leitura das obras. Não se sabe o quanto essas concessões foram negociadas por Vianna ou oferecidas mais espontaneamente por seus proprietários, mas se observa um número razoável de casos em que o acesso aos arquivos se deu a partir destas vias particulares. O colaborador mais frequente nesse sentido é Francisco Marques dos Santos (1899-1975), que era, segundo Vianna, um antiquário, membro do IHGB e do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. São frequentes os agradecimentos pelas oportunidades de acesso a sua “valiosa coleção de manuscritos”, “colocada à nossa disposição”. Outros nomes que pontualmente forneceram documentos são, além do já citado Hamilton Nogueira, Francisco de Carvalho Soares Brandão (filho do Conselheiro Francisco Brandão), uma neta do Coronel José Amador Bueno (que disponibilizou a Vianna itens da correspondência pessoal do avô, como abordaremos adiante) e até mesmo outros historiadores – Clado Ribeiro Lessa e Américo Jacobina Lacombe. Contatos, portanto, firmados a partir de relações mantidas no meio social e intelectual, que nos informam

²⁹⁰ Ao narrar a sequência dos eventos, o autor adiciona nas notas de rodapé as referências precisas dos documentos consultados.

²⁹¹ Em nota de rodapé, é informado que uma das cartas usadas no texto já havia sido transcrita e publicada por Vianna na seção Textos e Documentos Históricos da *Revista Cultura Política*, n. 15, de maio de 1942, com o título “Três aspectos das atividades do Conde d’Eu”.

sobre a circulação destes arquivos e demonstram a preferência dada a Vianna pelos proprietários para uma divulgação mais eficiente dos materiais.

A simplificação do acesso a documentos como condição fundamental ao avanço dos estudos históricos brasileiros parece ser uma tônica deste momento, e Hélio Vianna busca, por meio da divulgação de fontes cedidas por indivíduos como estes, alavancar as pesquisas sobre temas que julgava de grande importância, mas que eram ainda pouco ou mal tratados pelos historiadores. É o caso do processo de abolição da escravatura no Brasil, tema bastante estimado por ele, conforme temos visto. Nos mesmos *Estudos de História Imperial*, o autor expressa suas opiniões sobre o “estado da arte” das pesquisas sobre o assunto e instiga seus leitores a colaborarem no preenchimento das lacunas identificadas.

A história da abolição da escravatura, um dos mais importantes movimentos de opinião que registra a nossa política social - ainda está por ser escrita. As contribuições até agora aparecidas - as vistas de conjunto como aspectos parciais, principalmente biográficos - ainda estão muito longe de esgotar sua abundante matéria. Tem-lhe faltado, para ser quanto possível definitiva, o recurso aos arquivos, públicos e particulares, às coleções de jornais como aos anais parlamentares. E tem faltado, principalmente, quem saiba ver, em toda a sua grandeza e com todos os matizes de que se revestiu, o sentido mais profundo do abolicionismo, verdadeira demonstração de força do espírito nacional, que com êle amplamente exibiu sua perfeita madureza²⁹².

Nota-se que a deficiência indicada se relaciona tanto a uma questão de abordagem – um bom estudo deveria admitir uma opinião específica em torno do significado da abolição para a história do país – quanto de método – dever-se-ia recorrer aos arquivos e a tipos de documentos específicos para as investigações sobre o tema. Novamente, os arquivos surgem como ambiente de trabalho mais adequado aos historiadores e incentiva-se a retomada deste hábito, que vinha se enfraquecendo e ocasionando prejuízos à qualidade e fiabilidade dos novos trabalhos. Hélio Vianna oferece então mais uma contribuição, de modo a amenizar um pouco esta carência e, ao mesmo tempo, propor novas guinadas para as futuras análises.

De maneira coerente com a premissa de que era indispensável ao conhecimento de detalhes do processo abolicionista a “utilização de cartas então trocadas pelos *leaders* políticos mais em evidência, e entre elas as que tenham sido escritas por membros do

²⁹² VIANNA, op. Cit., 1950.p. 304.

ministério que realizou a soberba jornada de 13 de maio de 1888”²⁹³, Vianna transcreve uma carta, datada de 17 de março de 1888, enviada pelo Conselheiro Antônio Prado ao chefe do gabinete em exercício, Conselheiro João Alfredo Corrêa de Oliveira. Antônio Prado (1840-1929) já havia sido ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e assumia, naquele momento, o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Como informa Vianna, apesar de Prado ser um grande fazendeiro paulista, era defensor da substituição do trabalho escravo pelo livre e foi autor, inclusive, de um projeto concernente à emancipação. A carta enviada por ele – em que se lê: “cada vez me firmo mais na idéia da emancipação imediata, que deve ser a nossa bandeira” – é considerada “documento de notável acuidade psicológica, por refletir, depois de simples notícias políticas, as verdadeiras tendências do govêrno imperial, rumo à abolição imediata, sem indenização alguma aos proprietários de escravos e como integral satisfação aos anseios da opinião pública.”²⁹⁴. Percebe-se a intenção de Vianna em fazer uso do documento de modo a endossar sua tese de que até mesmo os grandes proprietários rurais foram favoráveis à causa abolicionista e que o governo imperial tinha, sim, o desejo de conduzir o processo.

Em outro texto da obra, “Manifesto-Programa do Clube dos Advogados Contra a Escravidão”, é encontrada mais uma iniciativa de divulgação de documento histórico capaz de embasar novos estudos acerca da abolição. Na nota explicativa à publicação, os mesmos clamores por uma maior atenção dos pesquisadores ao assunto são encontrados:

Em arquivos públicos e particulares estão guardados, à espera dos futuros investigadores, depoimentos do maior valor, a êsse respeito. Cotejados, um dia, uns com os outros, oferecerão oportunidade para julgamentos senão definitivos pelo menos mais aceitáveis e seguros que os até agora aparecidos. Contribuir, portanto, para a divulgação dêsses textos autênticos, sem os quais nunca se poderá reconstituir o verdadeiro aspecto de tão importantes acontecimentos sociais, representa eficaz auxílio à história²⁹⁵.

E o eficaz auxílio oferecido à história por Vianna dessa vez é a divulgação do *Manifesto-Programa do Clube dos Advogados Contra a Escravidão* (1884), o qual, segundo o autor, “supre, realmente, uma falta bastante sensível em nossa bibliografia especializada” à medida que revela o engajamento dos juristas brasileiros no movimento abolicionista, aspecto pouco estudado e “um dos pontos mais interessantes, dentre os

²⁹³ Ibidem.

²⁹⁴ Ibidem. p. 305.

²⁹⁵ VIANNA, op. Cit., 1950.p. 295.

apresentados pelo abolicionismo no Brasil.”²⁹⁶. No manifesto, lançado em 1884 e assinado por 26 nomes, se discorria sobre os princípios naturais que contrariavam a prática da escravização, que rebaixava o nível moral da Pátria, e colocavam-se os advogados a favor das causas movidas por “africanos e crioulos”, comprometendo-se a não aceitar aquelas em que tivessem que advogar contra a sua liberdade. Trata-se, assim, de mais uma comprovação de que o movimento obteve adeptos em diferentes camadas da sociedade.

E têm sequência, na obra, iniciativas semelhantes a estas, que não abordaremos aqui individualmente e em pormenores, mas nas quais se observa um certo padrão. As divulgações contemplam fontes pouco conhecidas e reveladoras de fatos que poderiam tanto trazer avanços ao esclarecimento de acontecimentos, complementando as informações já existentes, quanto oportunizar revisões e interpretações diferentes daquelas aceitas entre a comunidade de estudiosos de história do Brasil. Nessa seleção, pesam nitidamente as tendências de Hélio Vianna quanto aos direcionamentos interpretativos e recortes temáticos, com destaque para os assuntos políticos, militares e biográficos. A apologia ao uso de cartas é um fato que sobressai.

Em “A Campanha do Paraguai através das cartas de um bravo – Da Batalha de Passo da Pátria à Ocupação de Rosário (1866-1869)”²⁹⁷, o autor indica mais uma deficiência historiográfica ao observar que “Ainda não têm sido devidamente recolhidos pelos historiadores os depoimentos epistolares fornecidos pelos oficiais que serviram na guerra da Tríplice Aliança contra o govêrno do Paraguai.”²⁹⁸. Inicia, então, a apresentação das etapas da guerra a partir da transcrição parcial de algumas das missivas enviadas pelo coronel José de Oliveira Bueno, militar atuante durante o conflito, a seu sogro, Diniz d’Ornano Leyraud, entre maio de 1866 a junho de 1869. Por meio das cartas, cedidas por uma neta de Bueno, são recolhidas informações sobre a guerra e cada uma de suas etapas, a visão dos combatentes e alguns traços dos comandos de Mitre, Caxias e do Conde d’Eu. Nos trechos transcritos, costurados por explicações e análises de Vianna, são destacadas as dificuldades encontradas pelos aliados no conflito, as estratégias de guerra utilizadas, os números estimados de mortos nas batalhas, a inteligência e heroísmo do Duque de

²⁹⁶ Ibidem. p. 296.

²⁹⁷ A seleção de cartas já havia sido publicada na Revista Militar Brasileira em junho de 1942.

²⁹⁸ VIANNA, op. Cit., 1950.p. 214.

Caxias²⁹⁹ como comandante na Guerra e a grandiosidade dos serviços prestados à pátria por homens como Oliveira Bueno.

A utilização de cartas para a compreensão de acontecimentos militares é igualmente incentivada em “Cartas do Duque de Caxias ao Tenente-General Caldwell”, sexto texto de *EHl*, em que são divulgadas e comentadas mais de vinte cartas enviadas pelo Duque a João Frederico Caldwell no decurso de suas trajetórias militares. Mais que uma fonte de informação sobre eventos, as correspondências, segundo Vianna, poderiam ser consideradas depoimentos pessoais. Através delas, vislumbra-se a boa relação entre os dois militares e seus comentários e sentimentos acerca de eventos militares, políticos e pessoais que vivenciaram. O conteúdo das cartas, espelhando a personalidade de seu remetente, devia ser também um espelho para o povo brasileiro. Nas saudações iniciais de uma carta de 1868, durante a Guerra do Paraguai, Caxias dizia a seu amigo: “Estimarei que esteja bom e mais descansado do que eu, que a 5 dias não tiro as botas, pois tenho trazido o inimigo todo para dentro da Fortaleza do Umaitá [...]”. A significância dessas falas fazia da carta

um dos mais notáveis documentos que possui a história militar do Brasil, digno, por isso mesmo, de ser conhecido por todos os brasileiros que amam o seu País e que nas páginas do seu passado podem encontrar exemplos de energia como o que é aqui apresentado pelo imortal Condestável do Império³⁰⁰.

A própria amizade e camaradagem demonstrada pelos dois “irmãos de armas” é “realçada como exemplo digno de imitação”³⁰¹.

A análise deste precioso conjunto de fontes poderia, ademais, fornecer provas que esclareciam e mesmo contradiziam o que era posto por muitos autores quanto às intenções do imperador em relação ao Duque de Caxias. Em carta de abril de 1865, o duque contava a seu companheiro que “o I. [Imperador, D. Pedro II] tem ainda a ideia fixa [sic], de me mandar commandar o Exto, o que dicerto não poderá conseguir, com o actual ministério”. Segundo a fonte, havia um interesse prévio de que o militar fosse encarregado do comando do exército brasileiro desde o início da Guerra do Paraguai, o que “Retifica, portanto, definitivamente, as opiniões a esse respeito expendidas por diversos

²⁹⁹ Nas observações de Vianna sobre as cartas, nota-se uma tendência à exaltação do Duque de Caxias. O autor destaca, por exemplo, que mesmo com as discordâncias políticas existentes entre Oliveira Bueno (liberal) e Caxias (conservador), aquele defendia nas cartas as atitudes tomadas por este, as quais vinham sendo alvo de críticas.

³⁰⁰ VIANNA, op. Cit., 1950.p. 207.

³⁰¹ Ibidem. p. 213.

comentadores, que têm divulgação a suposição de que D. Pedro II não tenha desejado escolher para aquele cargo o maior dos nossos militares”³⁰².

Observa-se que o uso de cartas como fonte histórica é apoiado por Hélio Vianna no tratamento dos tradicionais eventos políticos e militares, e os materiais mais recomendados para análise são aqueles produzidos por homens dotados de alguma distinção na sociedade. A prática de pesquisa em correspondências na busca por esse tipo de informação não era nova³⁰³. Deve-se destacar, porém, os outros acentos dados por Vianna ao leitor, chamando sua atenção para as potencialidades deste gênero. Como apontamos acima, as correspondências poderiam carregar marcas de condutas virtuosas de vultos do passado, capazes de despertar orgulho e exemplaridade no leitor, assim como ressaltavam, muitas vezes, a personalidade dos relatos. O tom subjetivo, ao invés de ser um desqualificador do documento, é visto de maneira positiva. Sobre uma carta divulgada em “A última crise ministerial do Segundo Reinado”, enviada em junho de 1889 pelo Conselheiro Francisco de Carvalho Soares a seu filho, de mesmo nome, em que o informa sobre a agitada situação política do país no ano da proclamação da República, Vianna diz: “Pelo caráter da comunicação, destituída de quaisquer reservas, pela autoridade do signatário, que com ela visava, talvez, a preparação política do destinatário, fácil será concluir pela importância do curioso documento”³⁰⁴.

Vale lembrar que tal interesse pelo estudo e divulgação de documentos como correspondências e diários teve espaço posteriormente em um trabalho publicado por Vianna em 1966, *D. Pedro I e D. Pedro II: acréscimos às suas biografias*, pela série Brasileira, em que reuniu documentos já divulgados por ele em outros veículos, alguns deles inéditos, resultantes de suas pesquisas no Museu Imperial. O objetivo anunciado da

³⁰² Ibidem. p. 205.

³⁰³ MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005. p. 195-221.; GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 11, n.º 21. p. 121-127. 1998. Já nas primeiras décadas do século XX era possível encontrar produções pautadas no uso de cartas de modo renovado. *Dom Pedro I e a Marquesa de Santos à vista de cartas íntimas e de outros documentos públicos e particulares* (1916), de Alberto Rangel, se destacou inovadoramente em seu tempo, por não apenas consultar correspondências pessoais – nesse caso, as cartas trocadas entre o imperador e a amante Domitila –, mas por explorar nelas o que de mais íntimo poderia se encontrar dessas figuras. Karina Anhezini mostra que mesmo com este apelo inusitado, Rangel não abandonou seus propósitos científicos (o rigor do método no tratamento da documentação) e mesmo políticos, ao ensejar a reabilitação de D. Pedro I e da Marquesa. ANHEZINI, Karina. Desnudar a historiografia na Primeira República: Alberto Rangel e Afonso Taunay na construção da Marquesa de Santos. In: Júlio Bentivoglio; Bruno César Nascimento. (Org.). **Escrever História: historiadores e historiografia brasileira nos séculos XIX e XX**. 1ed. Vitória: Editora Milfontes, 2017, p. 189-205.

³⁰⁴ Ibidem. p. 309.

publicação era, no mesmo sentido em que temos verificado aqui, disseminar arquivos que permitissem o avanço e/ou retificação de pontos relativos às biografias dos dois imperadores e das tramas da política imperial.

Da prática de divulgação e orientação e dos diversos documentos e comentários aqui analisados, podem ser visualizados, então, alguns aspectos da operação historiográfica do autor, bem como as avaliações que fazia das operações de outros autores. Nota-se que a citação e difusão de documentos atendem a um duplo propósito, que, de maneira não-dissociada, conformam o seu perfil historiador. De um lado, o imperativo da comprovação dos fatos, do recurso à documentação original e da “conduta científica” do historiador está vivamente presente. Deseja-se, de fato, o aperfeiçoamento e expansão da atividade historiográfica no Brasil e busca-se contribuir com este movimento. Por outro lado, não se deve desprezar o fato de que todo o material disponibilizado fora certamente objeto de seleção, sendo possível observar que a maior parte das considerações feitas por Vianna e dos assuntos tocados pelas fontes reforçam posicionamentos demonstrados anteriormente. A exaltação de nomes da história política e militar brasileira, a ligação harmônica metrópole-colônia, a magnanimidade de membros da Família Real e a expressividade do movimento abolicionista são teses às quais o autor se empenha em conferir um estatuto de verdade, divulgando documentos que possam favorecer interpretações semelhantes. Este é um ponto importante a ser observado. Alguns desses documentos, por seu caráter e conteúdo, favorecem uma interpretação específica a respeito dos objetos, restringindo, de certa forma, os usos que poderiam ser feitos deles. Como ler as cartas do Conde d’Eu, em que remedia militares que se arriscaram na guerra em nome da Pátria, e ter um julgamento negativo sobre a sua atitude? Ou como tomar conhecimento dos esforços de Duque de Caxias como comandante de guerra e convencer-se de que o militar foi insignificante e covarde? Consideradas, obviamente, as múltiplas possibilidades de abordagem para uma fonte histórica, o que queremos enfatizar é que Hélio Vianna, ao assumir a função de divulgador e orientador ao público consumidor de seu trabalho, esperava que houvesse uma ampliação das pesquisas que se dedicassem a estas questões. Dado o grande alcance dos volumes impressos publicados por editora conhecida, uma interrogação difícil de ser respondida se forma em torno do perfil do leitor interessado na consulta a estes materiais com aquele fim e, ainda mais, a quem o autor pretendia imediatamente alcançar quando lançou suas obras.

3.3 Ser “orientador”: as (in)congruências de uma prática – Hélio Vianna e a universidade

Temos acompanhado, até aqui, o engajamento de Hélio Vianna na historiografia nacional a partir da publicação de obras, defesa de teses, correções, críticas, compartilhamento de fontes e sugestão de temas e abordagens para as pesquisas. Quando se fala da produção historiográfica brasileira em meados do século XX, deve-se levar em conta o caráter difuso dessas contribuições, que partiam de membros do IHGB e dos Institutos regionais, de órgãos como o SPHAN e de pesquisadores autônomos, sem formação ou especialização na área, frequentadores da Biblioteca Nacional e do Arquivo Nacional, por exemplo. A partir da década de 1930, entram em cena os primeiros cursos superiores de História, a princípio voltados principalmente à formação de professores e que, gradualmente, se abriram para o desenvolvimento de pesquisas, sendo a Universidade de São Paulo (USP) uma das pioneiras nesse sentido. Após a Reforma Universitária de 1968, as universidades consolidaram seu espaço como lugares institucionais de produção historiográfica profissional por meio da criação e/ou adequação de seus programas de pós-graduação às novas diretrizes reguladoras federais³⁰⁵.

Embora esta pesquisa não tenha se dedicado ao estudo da atuação de Hélio Vianna no ensino superior, torna-se indispensável que os resultados apresentados neste capítulo sejam confrontados com a memória que tem sido construída a seu respeito, mais especificamente no que tange ao desempenho das funções de catedrático de História do Brasil na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, onde permaneceu de 1939 até fins dos anos 1960. Em 1939, Hélio Vianna entrou para os quadros da recém-criada FNFfi como catedrático interino, contratado pelo governo federal, embora só tenha iniciado efetivamente suas atividades em 1941. Em 1945 se tornou catedrático efetivo de História do Brasil, mediante aprovação em um concurso do qual foi o único pleiteante, com a tese *Da Maioridade à Conciliação (1840-1857)*. Os processos de seleção, entrada e permanência de professores na FNFfi foram atravessados por uma série de acordos, barganhas e arranjos de poder envolvendo o governo estadonovista e setores católicos e

³⁰⁵ FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da História, a formação de professores e a pós-graduação. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016.

conservadores, interessados na manutenção de um conjunto de valores políticos e morais³⁰⁶.

Na terceira parte de *A História como Ofício*, Marieta de Moraes Ferreira reúne entrevistas concedidas por ex-alunos da FNFfi, em que os entrevistados, alunos e alunas da instituição em diferentes épocas, relatam as lembranças que guardavam do curso de História/Geografia³⁰⁷ – o formato das aulas, as escolhas e comportamentos dos professores e os conflitos ideológicos e institucionais. Como será possível observar, curiosamente, todo o ímpeto demonstrado por Vianna em outros meios no sentido de incentivar a produção de pesquisas na área de história não esteve presente na memória que se registrou deste ambiente universitário.

Das quatorze entrevistas³⁰⁸ reunidas por Ferreira, tem-se que a maioria delas faz menção a Hélio Vianna, com depoimentos bastante semelhantes entre si acerca da postura do catedrático. Nos relatos, há uma ênfase nas características das aulas, que dificilmente agradavam ou prendiam a atenção de quem as assistia. Eram monótonas, sem atrativos e consistiam basicamente na leitura de textos do próprio historiador, sendo comum a indicação das obras didáticas que havia produzido para o secundário. Miridan Britto Falci³⁰⁹, aluna da FNFfi entre 1954 e 1957, lembra o impacto negativo de Vianna em sua relação com o curso de História ao iniciar o segundo ano letivo:

No primeiro ano eu adorava História, mas Hélio Vianna mudou a minha perspectiva. Ele lecionava História do Brasil, mas as suas aulas eram de uma chatice... Possuidor de um conhecimento factual imenso, passava todo o tempo lendo uns roteiros que trazia prontos, sem conseguir nos motivar. Relacionava os fatos em sequência, sem interpretação, sem crítica, sem reflexão, impondo-nos uma formação que considerava

³⁰⁶ Cf. PEREIRA, Ludmila Gama. **O historiador e o agente da história**: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.; FÁVERO, Maria de Lourdes. **Faculdade Nacional de Filosofia** – O corpo docente: matizes de uma proposta autoritária. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989.

³⁰⁷ História e Geografia se mantiveram integradas em um único curso até 1955, quando houve seu desmembramento.

³⁰⁸ Os entrevistados são: Vicente Tapajós, Borges Hermida, Eremildo Viana, Maria Yedda Linhares, Eulália Lobo, Cybelle de Ipanema, Francisco Falcon, Miridan Falci, Clóvis Dottori, Neyde Theml, Pedro Celso Uchoa Cavalcanti, Ilmar Rohloff de Mattos, Arno Wehling e Nara Saletto. A lista contempla indivíduos que passaram pela UDF, UB ou pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), para onde foi transferido o curso de História nos anos da ditadura militar. As entrevistas datam de 1991 a 2011, sendo a maioria delas realizada por Marieta Ferreira.

³⁰⁹ Miridan Britto Falci, aluna da FNFfi de 1954 a 1957, professora de História da América e mestre (1982) pela mesma instituição, doutora pela USP (1992).

importantíssima, mas que impossibilitava o nosso crescimento. Foi por isso que eu me dediquei mais, na época, à Geografia³¹⁰.

A interpretação e a crítica a bibliografias e fontes, tão valorizadas por Vianna em outros momentos e tão essenciais à formação de pesquisadores e de professores de História, pareciam ocupar pouco espaço em suas aulas. A diminuta importância atribuída a essas competências podia ser verificada também na aplicação das provas, que, de acordo com os entrevistados, exigiam apenas a habilidade – extrema – de memorização, com questões em que eram cobrados conteúdos como nomes de rios fronteiriços e nomes e sobrenomes – completos – de personagens. Métodos de trabalho completamente diferentes dos adotados por professores constantemente elogiados, como o geógrafo francês Francis Ruellan, – que de 1941 a 1956 se destacou na cadeira de Geografia por sua boa didática e pelas excursões e pesquisas de campo que realizava com os discentes –, e Maria Yedda Linhares – uma das primeiras alunas formadas na FNF, se tornou professora assistente de História Moderna e Contemporânea na década de 40 e, em 1958, assumiu essa cátedra –, lembrada pelas excelentes aulas, pela indicação de obras, inclusive estrangeiras, e pelo estímulo à pesquisa³¹¹.

Ao que parece, Hélio Vianna desejava, de fato, ser soberano em sua cátedra. Não tinha o costume de dividir suas aulas com os professores assistentes, e sempre que podia as ministrava sozinho. Quanto às leituras, priorizava suas próprias produções, com pouca ou nenhuma indicação bibliográfica. Como relata Maria Yedda Linhares³¹², Vianna chegava a desaconselhar leituras e se mostrava pouco aberto à discussão de obras publicadas por historiadores contemporâneos, que de certa forma vinham abrindo novos caminhos para o estudo do passado nacional, caso de Caio Prado Júnior:

História do Brasil era Hélio Vianna, uma tragédia. Eu me recordo que um dia disse a ele que tinha comprado um livro muito bom, muito interessante, do Caio Prado Jr. A reação foi: “Não leia isso. É uma

³¹⁰ FALCI, Miridan Britto. Entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira e Nayara Galeno do Vale em 30 de julho de 2008. In: FERREIRA, op. Cit., 2013. p. 368.

³¹¹ A professora teve como assistentes os historiadores Francisco Falcon e Hugo Weiss, que participavam ativamente na montagem do curso e se revezavam nas aulas.

³¹² Maria Yedda Linhares ingressou no curso de História da Universidade do Distrito Federal em 1939, mas cursou apenas um semestre naquela universidade, pois neste ano as atividades foram transferidas para a FNF da Universidade do Brasil, a qual integrava um projeto muito diferente da anterior. Linhares terminou o curso apenas em 1945, pois de 1940 a 1942 realizou um intercâmbio de estudos nos Estados Unidos, onde teve contato com outras ideias e formas de organização universitária, experiência que contribuiu para sua atuação contestadora e inovadora no interior da FNF. Estudiosa de História Moderna e Contemporânea, por longos anos lecionou esta disciplina em vários estabelecimentos de ensino superior, inclusive na França, após ter sido perseguida no Brasil pela ditadura militar.

porcaria, está tudo errado”. Tomei um choque muito grande, porque achei que devia ler o livro³¹³.

Conta-se que um dos poucos momentos em que era dada ao aluno a oportunidade de entrar em contato com outros autores na disciplina de História do Brasil era na chamada prova parcial, ou pré-prova, que antecedia a prova final (oral, geralmente baseada nas obras do professor), para a qual era solicitada a leitura prévia de uma lista de livros, que depois deveriam ser comentados. Afirma Ilmar Mattos³¹⁴ que nessas ocasiões lia-se “desde um Capistrano até Sérgio Buarque de Holanda”, e se recorda de ter lido *Monções*, deste último. “Tínhamos contato com essas obras, mas não diretamente pelas aulas, e sim por esse tipo de exame que tínhamos que fazer. Comentávamos e ele corrigia.”³¹⁵. Ao “corrigir” comentários, depreende-se que o professor lançava mão de critérios não tão objetivos que, em algum grau, poderiam colocar em jogo suas próprias impressões a respeito das obras.

Em relação às atividades de pesquisa na FNFfi, este aparenta ser um dos domínios em que Hélio Vianna procurou impor mais veementemente sua autoridade (ou autoritarismo), pois sentia-se autorizado a intervir até mesmo nos projetos que não diziam respeito diretamente à sua cátedra. Nos depoimentos recolhidos, os ex-alunos interessados no desenvolvimento de pesquisas históricas na universidade revelam uma grande frustração com a dificuldade e falta de incentivo à realização de pesquisas pela instituição, e atribuem a Hélio Vianna uma grande parcela de responsabilidade pelo reacionarismo presente no curso.

Deve-se salientar que a queixa de não haver uma preocupação com o ensino de metodologia da história e com a formação de pesquisadores não se aplicava exclusivamente à disciplina de História do Brasil, mas ao curso de História da FNFfi de forma geral. Eulália Lahmeyer Lobo (1924-2011), historiadora e pesquisadora diligente, formada em História e Geografia pela UB em 1944, doutora e livre-docente pela mesma instituição, diz que nos seus tempos de estudante a falta de metodologia era total, e considera este “o grande problema do curso de História: havia uma atitude

³¹³ LINHARES, Maria Yedda. Entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira no ano de 1991. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, p. 216-236, 1992. Reproduzida em FERREIRA, op. Cit., p. 248.

³¹⁴ Ilmar Rohloff de Mattos formou-se em História na FNFfi em 1965, passou pela PUC e UFF e realizou o doutorado (1985) na USP.

³¹⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff. Entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira em 20 de junho de 2011. In: FERREIRA, op. Cit., 2013. p. 469

antimetodologia”³¹⁶. Este estado de coisas a obrigou a estudar teoria e metodologia da história e realizar pesquisas por conta própria, a partir de contatos externos e de visitas ao IHGB, o que depois resultou em trabalhos sobre a história americana em perspectiva comparada, abordagem por sinal pouco comum para a época.

Em um cenário, então, já precário, Hélio Vianna contribuiu para seu agravamento ao procurar limitar o avanço de certas iniciativas, mesmo quando elas partiam do próprio corpo docente da FNFfi. Maria Yedda Linhares e Francisco Falcon³¹⁷, ex-alunos que mais tarde ocuparam, respectivamente, os cargos de catedrática e professor assistente de História Moderna e Contemporânea, compartilham em suas entrevistas o sentimento de atraso e impotência diante da tutela imposta por Hélio Vianna em torno de projetos científicos idealizados por eles. Ao ser interrogada sobre a ausência de programas de pesquisa na FNFfi em relação à USP em fins da década de 1950, quando assumiu a cátedra, e se não tinha a preocupação de alterar esse quadro, Linhares responde que

Tinha. Pensávamos em organizar um centro de pesquisas, escolhemos até uma temática, mas Hélio Vianna vetou de forma violenta. Disse que ia acabar com a cadeira de História Moderna e Contemporânea se persistíssemos naquele caminho. Queríamos estudar o comércio atlântico no século XVIII. [...]

Hélio Vianna proibiu, disse que não podíamos ultrapassar os limites da plataforma continental brasileira... Nós também queríamos ser historiadores, dominar os instrumentos da pesquisa histórica, mas como fazer isso na cadeira de História Moderna e Contemporânea? Era humanamente impossível. Isso trazia uma certa amargura, porque tínhamos contato com o pessoal de São Paulo, conhecíamos as teses paulistas. Por que São Paulo avançava na pesquisa e o Rio não?³¹⁸.

Ao que tudo indica, Vianna enxergava essa proposta como uma intromissão em “sua área”, pois a análise do comércio atlântico incontornavelmente envolveria o estudo da História do Brasil. O relato de Francisco Falcon transmite o mesmo pesar. Segundo ele, o Encontro de Estudos Americanos, ocorrido também no fim da década de 1950 e promovido por Pedro Calmon, reitor da UB, foi uma oportunidade para que se intensificassem as trocas de experiências com os historiadores de São Paulo. Se de um lado os paulistas admiraram Linhares e Falcon pela forma de trabalho e organização do

³¹⁶ LOBO, Eulália Lahmeyer. Entrevista concedida a Angela de Castro Gomes e Ronaldo Vainfas em abril de 1992. *Estudos Históricos*, v. 5, n. 9, p. 84-96, 1992. Reproduzida em FERREIRA, op. Cit., 2013. p. 283.

³¹⁷ Francisco Falcon foi aluno da FNFfi de 1952 a 1955, professor assistente de Maria Yedda Linhares na cadeira de História Moderna e Contemporânea, professor em outras universidades cariocas e livre docente (1976) pela UFRJ.

³¹⁸ LINHARES, op. Cit. p. 262.

curso, de outro os cariocas perceberam mais nitidamente a importância da pesquisa no espaço universitário. Entre a condição presente dos professores de História Moderna e Contemporânea da FNFfi e o futuro de autonomia para a realização de pesquisas que tratassem de assuntos de interesse – como a História do Brasil e a história recente – se interpunha o mesmo obstáculo: Hélio Vianna. Admite Falcon que

a nós, chamou a atenção o fato de que eles pesquisavam livremente História do Brasil. Os professores paulistas de Moderna e Contemporânea podiam produzir trabalhos em História do Brasil. A Yedda logo percebeu que isso seria impossível aqui, que o Hélio Vianna não deixaria que a sua área fosse invadida. Daí a reunião da cadeira de Moderna e Contemporânea em 1960, em que nós, à luz dessas trocas de informações e experiências, resolvemos pesquisar e eleger a África como área prioritária³¹⁹.

Como se vê, a interferência de Vianna no curso de História chegou a motivar até mesmo adequações e alterações nos projetos originais de outros docentes.

Nos registros analisados são encontradas, porém, informações que permitem apontar que Hélio Vianna, por obrigações institucionais ou por iniciativa própria, orientou trabalhos no interior da Faculdade. Ilmar Rohloff de Mattos, formado na FNFfi em 1965, quando a realização de monografias era já um pré-requisito para a obtenção dos diplomas de bacharel e licenciado em História, compartilha, em entrevista, que realizou uma monografia com Hélio Vianna sobre a Colônia de Sacramento, e que chegou a pesquisar materiais na Biblioteca Nacional. Mattos não tece comentários sobre a experiência de pesquisa em si, mas as recordações que guardava de Hélio Vianna como professor não eram positivas. A mesma Miridan Falci, aqui já citada, lembra que na década de 50 o catedrático a incentivou a estudar a história do Piauí (o pai da estudante era piauiense e havia escrito diversos livros sobre a história do estado), sugerindo que pesquisasse quem chegara primeiro à região – baianos ou paulistas – e indicou fontes, inclusive localizadas em Portugal, “para estabelecer a verdade”. Falci comenta que, apesar disso, não se lembra de ter feito pesquisas com Vianna, o que ocorreu “Somente quando houve uma regulamentação nova, já no final do curso, obrigando que se fizesse pesquisa. Foi assim de cima para baixo, não a seu pedido”³²⁰, e que, apesar das discordâncias e tentativas de interferência do professor no recorte do projeto, realizou um trabalho em que comparou

³¹⁹ FALCON, Francisco José Calazans. Entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira em 1º de agosto de 2008 e 16 de janeiro de 2009. In: FERREIRA, op. Cit., 2013. p. 330

³²⁰ FALCI, op. Cit. p. 369-370.

Celso Furtado e Roberto Simonsen em suas obras *Formação Econômica do Brasil* (1958) e *História Econômica do Brasil* (1937)³²¹.

Outro caso de orientação chega ao nosso conhecimento pela obra *Estudos de História Imperial*. No texto *Bibliografia da Questão Religiosa*, Vianna divulga um balanço do que já havia sido publicado a respeito da Questão Religiosa/Vitalista (1873)³²² no Brasil e esclarece que o levantamento era parte do trabalho de outros pesquisadores, entre eles uma aluna da FNFi: “cumpre-nos porém esclarecer que o trabalho inicial de pesquisa foi por nós confiado à aluna da Faculdade Nacional de Filosofia, Srta. Léa Quintiere³²³, que a êle se dedicou com louvável zelo.”³²⁴. Segundo o autor, incentivaram a continuidade, o aumento e a publicação daquela bibliografia preliminar por outros historiadores – inclusive pelo próprio Vianna – o Padre Leonel Franca, “Magnífico Reitor das Universidades Católicas”, e Alceu Amoroso Lima, presidente do Centro Dom Vital, associação de intelectuais católicos leigos, o que acaba por vincular o trabalho a grupos interessados no estudo e divulgação do pensamento católico.

Em diálogo com a questão levantada anteriormente, sobre quem Hélio Vianna pretendia alcançar com suas orientações, os dados discutidos nestes tópicos nos possibilitam propor algumas hipóteses. À primeira vista, a postura entusiasmada e incentivadora de pesquisas encontrada em obras e publicações voltadas a um público amplo parece contraditória com aquela apresentada pelo historiador enquanto catedrático de História do Brasil no ensino superior. Por que Hélio Vianna não se valeu desse espaço e de sua posição para apoiar e sistematizar as investigações que, em sua concepção, eram tão necessárias ao preenchimento de lacunas no conhecimento do passado nacional?

Em primeiro lugar, deve-se levar em conta as tendências que presidiam o funcionamento da FNFi, sobretudo em suas primeiras décadas. Conforme apontam os estudos de Ferreira e Pereira³²⁵, diferentemente da anterior UDF, criada em 1935 sob o

³²¹ A ex-aluna relata que partiu dela esta proposta de pesquisa, e que “a princípio Hélio Vianna se opôs, dizendo preferir que eu considerasse apenas a obra do Simonsen. O que ele queria é que eu fichasse os três volumes inteirinhos, detalhe por detalhe. Mas insisti, e ele acabou por concordar, embora deixando claro que considerava irrelevante o meu trabalho.” FALCI, op. Cit. p. 370.

³²² A Questão Religiosa, em suma, esteve relacionada com o comportamento revolucionário do Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira (1844-1878), bispo de Olinda, diante da perda de poderio da Igreja no Império. D. Vital foi responsável por encabeçar um movimento de questionamento da influência maçônica nos assuntos religiosos no Brasil a partir da década de 1870.

³²³ Léa Quintiere Cortines Peixoto, autora de *Principais Antigos caminhos fluminenses para as Minas Gerais* (1951).

³²⁴ VIANNA, op. Cit., 1950.p. 279.

³²⁵ PEREIRA, op. Cit., 2010.

incentivo de Anísio Teixeira com uma proposta inovadora – de estímulo cultural e científico, melhorias educacionais, formação crítica de professores e desenvolvimento da pesquisa científica –, a Universidade do Brasil, em substituição àquela, se fundou sobre bases tradicionais, tanto nos valores e aspectos políticos quanto nas concepções de história. A prioridade do curso de História (até 1955 ligado ao de Geografia) recaía sobre a formação de professores para o ensino secundário mais do que no desenvolvimento de pesquisas, pois visava antes de mais nada propagar e fortalecer a identidade nacional. Uma das principais características do curso de História da FNFfi, para Marieta Ferreira, é que “não estabelecia como prioridade a combinação entre ensino e pesquisa, delegando a outras instituições, como o IHGB, a tarefa de escrever a História do Brasil”³²⁶, situação geradora de muitas contestações e que só se alteraria em definitivo após o estabelecimento dos programas de pós-graduação em História. A autora expõe a tensão verificada entre a expressiva produção de muitos professores, como Hélio Vianna, e o baixo incentivo às pesquisas a serem realizadas pelos estudantes, e lembra que

é necessário relativizar a afirmação de que não havia pesquisa nos cursos de História, na medida que os professores mantinham atividades de investigação e publicação. Ainda que a prática da pesquisa não se desdobrasse para as salas de aula, e fosse dominante a ideia que a formação de professores não envolvia tal atividade, não deve ser minimizada a importância de um determinado tipo de pesquisa e a defesa de orientações que privilegiavam o fortalecimento do Estado nacional e a construção e atualização de uma identidade nacional pautada por princípios autoritários, conservadores e católicos³²⁷.

Arno Wehling³²⁸, estudante de História pela UB entre 1965-1968 e provavelmente um dos últimos alunos de Vianna antes de sua aposentadoria, nos fornece pistas acerca do que pensava o historiador quando se portava daquela maneira em sala de aula. Ao ser questionado sobre a conduta de Hélio Vianna como professor, conhecido pelas numerosas referências a nomes e datas, Arno diz que via essa forma de dar aulas como uma contradição, “posto que ele foi um escritor prolixo e um pesquisador a vida inteira”, e que em dada ocasião Hélio Vianna contou que agia desse modo de propósito, “por entender que os alunos precisavam fixar uma síntese sólida antes de empreender qualquer estudo mais aprofundado. Na graduação, a pesquisa seria desnecessária...”³²⁹.

³²⁶ FERREIRA, op. Cit., 2013. p. 39.

³²⁷ Ibidem. p. 53.

³²⁸ Arno Wehling se formou na FNFfi em 1968, foi professor na UFRJ e realizou o doutorado na USP (1972).

³²⁹ WEHLING, Arno. Entrevista concedida a Marieta de Moraes Ferreira em 6 de abril de 2009. In: FERREIRA, op. Cit., p. 491.

Subtende-se, com isso, que o historiador ainda não via a universidade como um ambiente propício ao desenvolvimento de tais pesquisas, e que a historiografia deveria, por algum tempo, continuar sendo produzida no espaço extrauniversitário. O que equivale dizer: produzida por grupos que dominassem o método histórico e os saberes fundamentais da disciplina, que fossem próximos aos institutos, aos arquivos, às bibliotecas e possuidores da erudição que a formação autodidata havia garantido até aquele momento, ou seja, não precisavam obrigatoriamente do diploma de formação universitária em História para se dedicarem a este ofício.

Não se pode negar, entretanto, que Hélio Vianna desenvolveu alguma atividade de orientação na FNFH. Ali, pôde ser orientador nas duas formas do termo. Como professor universitário, orientador (substantivo), o número de alunos orientados parece ter sido pequeno, e os recortes temáticos dos poucos trabalhos produzidos sob essa condição que tivemos conhecimento indicam proximidade com o que Vianna valorizava: assuntos religiosos, militares e políticos/coloniais. Como orientador (adjetivo), no mesmo sentido que o abordamos nos tópicos 3.1 e 3.2 deste capítulo, observamos que Hélio Vianna continuou bastante ativo, pois o controle e a falta de incentivo às pesquisas devem ser vistos também como uma forma de orientar. Ao tentar impedir que pesquisas sobre História do Brasil fossem produzidas por outras cátedras, que autores como Caio Prado Jr. e Celso Furtado fossem lidos e que assuntos como a história recente do país fossem estudados, Hélio Vianna orientava e tentava vetar ideias concorrentes. Ao fazê-lo, em tese daria margem para a aceitação de suas propostas, o que na realidade não ocorreu. Com a intensificação da militância política e epistemológica na FNFH entre fins da década de 1950 e início da década de 1960, reivindicadora de reformas universitárias, melhorias no ensino em todos os níveis, produção científica e democratização do ensino superior³³⁰, os preceitos políticos e historiográficos defendidos pelo historiador perderam de vez a aceitação entre os discentes da faculdade.

³³⁰ PEREIRA, op. Cit., 2010.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS FACES DE UMA VOZ

Estudar história da historiografia não é tarefa fácil, pois exige que confrontemos mais de perto épocas, construções, pensamentos e trajetórias cuja coerência nunca permanece intocada quando submetida ao *zoom* proporcionado pelas análises mais detidas. Este “estudo de caso” procurou evidenciar três faces complementares assumidas por Hélio Vianna (1908-1972) no exercício de seu ofício, levando-nos ao esclarecimento de aspectos de seu pensamento e revelando-nos algumas das possibilidades de atuação de um historiador brasileiro no século XX. Dada a grande movimentação deste historiador por entre instâncias políticas, intelectuais, educacionais e culturais durante sua vida, buscamos analisá-lo no desempenho de tarefas pelas quais não é muito lembrado na historiografia. Contrariando a ideia de monotonia muitas vezes evocada pelos termos “tradicional” e “conservador”, a trajetória de Hélio Vianna demonstra seu dinamismo e engajamento na historiografia nacional e o desejo de difundir seus pontos de vista a partir de diversos lugares de enunciação. Essa característica pôde ser observada nos três capítulos que compõem este trabalho.

Primeiramente, almejamos conhecer os elementos balizadores de sua escrita e identificar quais as interpretações e teses mais marcantes que formula para pensar a história nacional. Como resultado, nos deparamos com uma história de caráter evolutivo, que, ao mesmo tempo que possui um marco inicial bem definido, o ano de 1500 e a chegada das caravelas portuguesas, por este mesmo evento e tudo o que o sucedeu, permite na verdade que seu início seja recuado no tempo. Isso porque a colonização e as heranças portuguesas são, na historiografia de Vianna, o elemento que confere coerência e inteligibilidade à história do Brasil. No limite, a história brasileira se confunde com a história portuguesa. Por isso, todos os outros pontos da história nacional são pensados a partir dessa lógica. O período colonial é visto como um período de adequações e de construção das bases da nação, quando se deram a expansão territorial, a miscigenação e povoamento do solo, o nascimento do espírito nacional em torno da defesa do território, o progresso material por meio do cultivo e exploração da terra (para o que foi necessário o uso de mão de obra escrava) e o desenvolvimento espiritual e moral proporcionado pela catequese e educação jesuítica. Com a vinda da Família Imperial para o Brasil, com a declaração da Independência e estabelecimento dos governos imperiais, a nação brasileira inicia um processo de estabilização e integração do que havia sido construído nos séculos

anteriores, processo interrompido em pleno esplendor pela proclamação da República, quando arruinaram-se as bases nacionais com práticas liberais e descentralizadoras do poder. Essa história, narrada de um ponto de vista moderno, privilegia os eventos políticos, militares e diplomáticos, e seus personagens destacados são em geral homens brancos ou mestiços/“lusobrasileiros” ligados a estas dimensões. Vidas exemplares do passado que deveriam permanecer vivas no imaginário nacional e servir de parâmetro à conduta de seus cidadãos, em uma espécie de prolongamento da noção de *historia magistra vitae*.

Uma historiografia que, em seus principais pontos, faz jus aos adjetivos “tradicional” e “conservadora” pelos quais é identificada nas produções existentes sobre o autor. Ao longo deste estudo quisemos chamar a atenção, porém, para as nuances desta historiografia e para os modos que encontrou para se constituir e se propagar. Percebemos que Hélio Vianna não deve ser considerado um historiador anômalo, desconectado de seu tempo e hermético ao ambiente que o circundava. Sua conduta, ao contrário, aponta para uma forma de se portar, agir e reagir diante das tendências e acontecimentos que vivenciou. A começar pela identificação com a Ação Integralista Brasileira, com o Centro Dom Vital e com o Estado Novo, movimentos, instituições e regimes que, apesar da carga de tradicionalismo ou autoritarismo que carregaram, foram capazes de provar sua eloquência e poder de mobilização em meio às agitações e brechas instauradas pelo século XX.

No meio historiográfico sobressai a relação estabelecida por Vianna com os cânones Varnhagen e Capistrano de Abreu, cujas obras exaltou e cujas ideias filtrou e incorporou de modo muito particular, com predominância para o primeiro. Suas obras são marcadas por um jogo entre tradição e novidade em que a primeira sai indubitavelmente vencedora, mas a segunda tem também o seu lugar. Alguns exemplos disso são a valorização do estudo da viação e dos núcleos de expansão colonial, a variedade na consulta a fontes, a recomendação do uso de memórias e correspondências pelos estudos históricos e os trabalhos dedicados ao estudo da imprensa e da instrução no Brasil, publicados em um momento em que estes objetos recebiam pouca atenção dos pesquisadores.

Convicto do tipo de história que acreditava, Hélio Vianna aparenta ter mantido certa linearidade de pensamento, com poucas alterações durante a vida. E é a percepção dessa convicção que nos leva a sugerir que ele cultivava, no fundo, um projeto

historiográfico – o qual conjugava conteúdos, mensagens e métodos –, que fez questão de defender em diversas oportunidades e de diversas formas. As funções de produtor de materiais didáticos e de orientador na historiografia, assuntos do segundo e terceiro capítulos do trabalho, podem ser apreendidas como facilitadores para difusão dessas ideias. Como se viu, o ensino de História é concebido pelo historiador como um poderoso instrumento para a formação cívica da juventude, integração e consciência nacional, motivos que o levaram a se preocupar com essa esfera, tomá-la como objeto de estudo e produzir livros para o nível secundário, cujos conteúdos remetem em grande medida às concepções de história demonstradas anteriormente e nos quais não são encontradas maiores preocupações com métodos pedagógicos alternativos. Na função de orientador, por sua vez, Vianna expõe sua face mais crítica e engajada ao combater publicamente em obras, jornais e revistas as tendências historiográficas que julgava inadequadas por deturparem o sentido da formação histórica brasileira e os métodos científicos de que se deveria lançar mão para analisá-la. As discordâncias manifestadas contra a chamada história social, abordadas no primeiro capítulo, também podem ser entendidas como parte deste comportamento. Ao mesmo tempo, encontramos em Hélio Vianna um autor interessado na divulgação de pareceres, prescrições e fontes que julgava úteis ao crescimento da atividade historiográfica no Brasil. Tal “interesse”, quando analisado mais cuidadosamente, confrontado com sua atuação como catedrático de História do Brasil na FNF e com os vínculos que estabeleceu com a ditadura do Estado Novo, se mostra na realidade uma tentativa de regulação e intervenção no campo historiográfico. Pesava para isso, como forma de validação, o seu reconhecimento como historiador profissional e especializado, proporcionado justamente pela relação de proximidade com setores intelectuais católicos, conservadores e oficiais.

Lidamos neste trabalho, portanto, com a identificação e análise de três faces apresentadas por Hélio Vianna como historiador novecentista. Três faces não hierarquizadas e não dissociadas, mas complementares, e nem por isso isentas de incoerências. Retomando o artigo de Franzini e Gontijo citado na introdução deste estudo, admitimos que frequentemente nos esbarramos, em nossas investigações, na “diversidade, dinamismo e vitalidade da produção historiográfica brasileira do novecentos”, que se não tornou mais fáceis nossos caminhos explicativos, ao menos reforçou a complexidade que se deve esperar de um século tão marcado por conflitos e mudanças.

Conclui-se, assim, que a voz outrora forte e ressonante de grupos, instituições e correntes historiográficas agora roucos e enfraquecidos encontrava eco, ainda, no discurso profissional e autorizado de Hélió Vianna, que insistia em propagar-se de um lado a outro do Atlântico. E se a acústica do sistema lhe foi por muitas vezes favorável, sua dissipação pelos ventos democráticos e “heterodoxos” foi inevitável. E talvez seja essa, mesmo, a imagem que se deva guardar dos meados do século XX brasileiro: a da coexistência ruidosa de vozes que nunca soaram uníssonas.

FONTES

VIANNA, Hélio. **Formação Brasileira**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1935. (Problemas políticos contemporâneos n. 5)

_____. Nota sobre Sobrados e Mucambos, de Gilberto Freyre. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 09 out. 1936.

_____. Nota sobre Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 1 dez. 1936.

_____. Nota sobre Nordeste, de Gilberto Freyre. **O Jornal**, Rio de Janeiro, 28 jul. 1937.

_____. O ensino de História do Brasil. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, ano 3, n. 26, p. 117-125, 1943a.

_____. Ensino e conceito de História da América. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, ano 3, n. 28, p. 148-158, 1943b.

_____. **Estudos de História Colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948. (Brasiliana, vol. 261)

_____. **Estudos de História Imperial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1950. (Brasiliana, vol. 269)

_____. **História do Brasil para a primeira série ginasial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952a.

_____. **História do Brasil Colonial para o segundo ano colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1952b.

_____. **História do Brasil Independente para o terceiro ano colegial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1953.

_____. O ensino da História do Brasil. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 5-6 abr. 1958.

LITERATURA HISTÓRICA. **Cultura Política** – Revista Mensal de Estudos Brasileiros, Rio de Janeiro, n. 1-18, mar. 1941- ago. 1942. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/MS/impresso/cultura-politica-rev-mensal-de-estudos-brasileiros-17>>. Acesso em: 18 out. 2020.

EXAME DOS TEMAS DE HISTÓRIA DO BRASIL: O PROFESSOR HÉLIO VIANNA CONSIDERA OPORTUNA A REVISÃO DOS PROGRAMAS DE HISTÓRIA DO CURSO SECUNDÁRIO. Entrevista. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, 9-10 nov. 1959.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos de História Colonial** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009.

_____. **Ensaio e Estudos: crítica e história**. 1ª série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

ABUD, Katia. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, vol. 18, n. 36, 1998.

ALVES, Jorge Luís dos Santos. **Malheiro Dias e o luso-brasileirismo** – Um estudo de caso das relações culturais Brasil – Portugal. Tese de doutorado – Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ANHEZINI, Karina. Na entrecena da construção da história no Brasil (1878-1934). In: MEDEIROS, Bruno Franco; SOUZA, Francisco Gouveia de; RANGEL, Marcelo de Mello; PEREIRA, Mateus H. F. (Orgs.). **Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneos**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, v. 1, p. 233-246.

_____. **Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)**. 2006. Tese de doutorado – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2006.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. Ronda Noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 28-54, 1988.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. Sobre a permanência da expressão *historia magistra vitae* no século XIX brasileiro. In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAÚJO, Valdei Lopes de (Org.). **Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011. p. 131-147.

ASSIS, Arthur Alfaix. Alexandre Herculano entre a imparcialidade e a parcialidade. **História da Historiografia**, Ouro Preto, v. 13, n. 32, p. 289-329, jan.-abr. 2020.

AVILA, Arthur Lima de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Orgs). **A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico**. Vitória: Milfontes, 2019.

AVILA, Alexandre de Sá; FARIA, Daniel Barbosa; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria (Org.). **Contribuições à história intelectual do Brasil Republicano**. Ouro Preto: EdUFOP, 2012. (Coleção Seminário Brasileiro de História da Historiografia)

BATALHONE JR, Vitor Claret. **Uma história das notas de rodapés: a anotação da História geral do Brasil de Francisco Adolfo de Varnhagen (1854-1953)**. 2011. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

BITTENCOURT, Circe M. Fernandes. Abordagens Históricas Sobre a História Escolar. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n.1, p. 83-104, jan./abr. 2011.

_____. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde. Portaria nº 1.045, de 14 de dezembro de 1951. Diário Oficial da União. Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1952.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas – Sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus, 1996.

BRAGHINI, Katya Mitsuko Zuquim. **O ensino secundário brasileiro nos anos 1950 e a questão da qualidade do ensino**. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005.

BURKE, Peter. Gilberto Freyre e a nova história. **Tempo Social**, São Paulo, 9 (2) p. 1-12, out. 1997.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL. Hélio Viana. In: _____. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/viana-helio>

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CEZAR, Temístocles. *Historia magistra vitae*. Ensaio sobre a (in)definição do *topos* nos projetos de escrita da história do Brasil no século XIX. In: PROTÁSIO, Daniel Estudante (Org.). **Historiografia, cultura e política na época do Visconde de Santarém**. Lisboa: Editora do Centro de História da Universidade de Lisboa, 2019, p. 21-44.

_____. **Ser historiador no século XIX**: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

_____. Como deveria ser escrita a história do Brasil no século XIX. Ensaio de história intelectual. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). **História Cultural**: Experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. Trad. Maria Helena Camara Bastos. **História da Educação**, v. 6, n.11, p. 5–24, jan./jun. 2002.

CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. **A Enciclopédia do Integralismo**: lugar de memória e apropriação do passado (1957-1961). Tese de Doutorado – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Rio de Janeiro, 2010.

COELHO, Lucinda Coutinho de Mello. A obra de Hélio Vianna. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 147, n. 353: out/dez, p. 1156-1208, 1986.

COSTA, Aryana Lima. **De um curso d'Água a Outro**: memória e disciplinarização do saber histórico na formação dos primeiros professores no curso de História da USP. 2018. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette** – mídia, cultura e revolução. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.

FÁVERO, Maria de Lourdes. **Faculdade Nacional de Filosofia** – O corpo docente: matizes de uma proposta autoritária. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1989.

FERREIRA, Marieta de Moraes; OLIVEIRA, Margarida Maria Dias de (Coord.). **Dicionário de Ensino de História**. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes. O ensino da História, a formação de professores e a pós-graduação. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 23, n. 44, p. 21-49, dez. 2016.

_____. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

_____. O ensino da história na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. **História, Ciências, Saúde** – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.19, n.2. abr.-jun., p.611-636. 2012.

_____; SILVA, Norma Lucia da. Os caminhos da Institucionalização do ensino superior de História. **História & Ensino**, v. 17, n. 2, p. 283-306, 2011.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **Os processos de avaliação de livros didáticos no Brasil (1938-1984)**. 2011. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

FRANZINI, Fábio. Escrever textos, editar livros, fazer história: a Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1960). **Tempo e Argumento**, v. 5, n. 9, p. 24-45, 2013.

_____. **À sombra das palmeiras**: A Coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). 2006. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

_____; GONTIJO, Rebeca. Memória e história da historiografia no Brasil: a invenção de uma moderna tradição, anos 1940-1960. In: SOIHET, Rachel. (Org.) **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. p. 141-160.

_____; LOURENÇO, Elaine. Quando historiadores foram à escola: a História do Brasil de Octavio Tarquínio de Sousa e Sérgio Buarque de Holanda (1944) e os ecos da nova historiografia brasileira. **Expedições**, Morrinhos, v. 8, n. 1, jan./abr. 2017.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor?. In: _____. **Ditos & Escritos III**. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298.

FREIRE, Américo; MARTINHO, Francisco Carlos; VANNUCCHI, Marco Aurélio (Orgs.). **O que há de novo sobre o Estado Novo?** Autoritarismo e democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2019.

FREITAS, Itamar. Reformas educacionais e os currículos nacionais para o ensino de história no Brasil republicano (1931-2009). **Cadernos de História da Educação** – v. 12, n. 1 – jan./jun. 2013.

_____. **Histórias do ensino de história no Brasil (1890-1945)**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

GOMES, Angela Maria de Castro; HANSEN, Patrícia Santos. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Angela de Castro. **A República, a História e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

_____. Gilberto Freyre: algumas considerações sobre o contexto historiográfico de Casa Grande e Senzala. **Remate de Males**, Campinas, n.20, p. 47-57, 2001.

_____. Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 11, n.º 21. p. 121-127. 1998.

_____. **História e Historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, Leandro Pereira; NETO, Odilon Caldeira. **O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

GONTIJO, Rebeca. **O velho vaqueano**. Capistrano de Abreu: memória, historiografia e escrita de si. Rio de Janeiro: 7Letras / Faperj, 2013.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal (Org.). **Afinidades Atlânticas: impasses, quimeras e confluências nas relações luso-brasileiras**. Rio de Janeiro: Quartet, 2009.

_____. A luso-brasilidade e o projeto da revista Atlântida. **Cultura**, Revista de História e Teoria das Ideias, vol. 26, p. 51-70, 2009b.

_____. Relações culturais luso-brasileiras: alguns pontos de confluência. **Convergência Lusíada**, Rio de Janeiro, 24, p.256-264, 2007.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Trad. Paulo Knauss e Ina de Mendonça. Rio de Janeiro: edUERJ, 2011.

_____. (Org.). Estudos sobre a escrita da história. Rio de Janeiro: 7letras, 2006.

_____. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**: Sua História. São Paulo: EdUSP, 2012.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade**: Presentismo e experiências do tempo. São Paulo: Autêntica, 2013.

KOSELLECK, Reinhart. **O futuro passado**. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Ed. PUC-RJ, 2006.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LUCA, Tania Regina de. **A Revista do Brasil**: Um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: Editora UNESP, 1999.

LEITE, Juçara Luzia. Revisando livros didáticos de História: ação da diplomacia cultural em nome da paz. **Tempo e Argumento**, v. 3, n. 2, jul.-dez. 2011.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. “Como se deve escrever a história do Brasil”. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 6 (24), p. 389-411, jan. 1845.

MÁSCULO, José Cássio. A Coleção Sérgio Buarque de Hollanda: livros didáticos e ensino de história. 2008. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

MENONCELLO, Aline Michelini. **Uma ajustada escrita da História**: a historicidade dos atos historiográficos de julgar no IHGB (1870-1944). 2023. Tese de Doutorado – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2023.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MOREIRA, Antonio Flavio; TADEU, Tomaz (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 2013.

MUDROVCIC, María Inés. Regímenes de historicidad y regímenes historiográficos: del pasado histórico al pasado presente. **Historiografías**, Zaragoza, n. 5, p.11-31, jun. 2013.

MUNAKATA, Kazumi. O livro didático: alguns temas de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, v. 12, n. 3 (30), p. 179-197, set./dez. 2012.

NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, nº 25/26, p. 143-162, set. 1992-ago. 1993.

NICODEMO, Thiago Lima; PEREIRA, Mateus Henrique de Faria; SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. **Uma Introdução à História da Historiografia Brasileira**. 1870-1970. Rio de Janeiro: FGV, 2018.

NICOLAZZI, Fernando. Os historiadores e seus públicos: regimes historiográficos, recepção da história e história pública. **História Hoje**, v. 8, nº 15, p. 203-222, 2019.

_____. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1926-1936. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, nº 73, p. 89-110. 2018.

_____. A história e seus passados: regimes historiográficos e a escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Julio; NASCIMENTO, Bruno César (Org.). **Escrever História: Historiadores e Historiografia Brasileira nos séculos XIX e XX**. Serra: Milfontes, 2017. p. 7-36.

_____. As virtudes do herege: ensaio, modernismo e escrita da história em Casa-Grande & Senzala. **Remate de Males**, Campinas, v. 31, p. 255-282, jan./dez. 2011.

_____. **Um estilo de história: a viagem, a memória, o ensaio**. Sobre Casa-grande & senzala e a representação do passado. 2008. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi de; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. **Estado Novo: ideologia poder**. Rio Janeiro: Zahar Ed., 1982.

OLIVEIRA, Lucia Lippi de; GOMES, Eduardo Rodrigues; WHATELY, Maria Celina. **Elite intelectual e debate político nos anos 30: uma bibliografia comentada da Revolução de 30**. Rio de Janeiro: FGV, 1980.

OLIVEIRA, Maria da Glória. Biografia e *historia magistra vitae*: sobre a exemplaridade das vidas ilustres no Brasil oitocentista. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 22, n. 42, p. 273-294, dez. 2015.

_____. A anotação e a escrita: sobre a história em capítulos de João Capistrano de Abreu. **História da Historiografia**, n. 2, p. 86-99, mar. 2009.

ORTIZ, Renato (Org.). **Bourdieu** – Sociologia. São Paulo: Ática. Coleção Grandes Cientistas Sociais, v. 39, 1983.

PEREIRA, Ludmila Gama. **O historiador e o agente da história**: os embates políticos travados no curso de História da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (1959-1969). Dissertação de Mestrado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PONTES, Heloísa. Retratos do Brasil: editores, editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, Sérgio (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 1. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais/IDESP, 1989. p. 359-409.

RAMOS, Alexandre Pinheiro. Intelectuais, livros e política: Schmidt Editora, José Olympio Editora na divulgação do Integralismo. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 641-666, jul./dez. 2015.

_____. **Intelectuais e carisma**: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930. Tese de doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RIBEIRO, Carla Patrícia Silva. Um intelectual orgânico no Estado Novo de Salazar: as ideias e os projetos de luso-brasilidade de António Ferro. **Intellèctus**, ano XVI, n. 2, p. 45-67, 2017.

RIBEIRO JR, Halferd Carlos; MARTINS, Maria do Carmo. Reorganização do sistema de ensino em tempos democráticos: Reforma Curricular de 1951 e o ensino de História. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 18, p. 1-26, 2018.

ROCHA, Helenice A. Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **A escrita da história escolar**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2009.

RODRIGUES, José Honório. **História da História do Brasil**. v. 2, tomo 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1988. p. 13. Disponível em: <http://brasilianadigital.com.br/brasiliana/colecao/obras/400/historia-da-historia-do-brasil-volume-ii-tomo-1-a-historiografia-conservadora>

ROIZ, Diogo da Silva. A institucionalização do ensino universitário de Geografia e História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo entre 1934 e 1956. **Agora**, Santa Cruz do Sul, v. 13, n.1, p. 65-104, jan./jun. 2007.

ROMERO, Silvio. Explicações indispensáveis. In: _____ (Org.). **Tobias Barreto: varios escritos**. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1900. p. IX-LIII.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. Trad. Christian Edward Lynch. São Paulo: Alameda, 2010.

SALEM, Tânia. Do Centro D. Vital à Universidade Católica. In: SCHWARTZMAN, Simon (Org.). **Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro**. CNPq, Coordenação Editorial, 1982.

SCHIAVON, Carmem G. Burgert. **Estado Novo e relações luso-brasileiras (1937-1945)**. 2007. Tese de Doutorado – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão Rezende (Orgs.). **Jörn Rüsen e o ensino de história**. Curitiba/ Ed. UFPR, 2011.

SERPA, Élio Cantalício; PAULO, Heloisa. O Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de Coimbra: O lugar do Brasil. **História Revista**, Goiânia, n. 2, p. 91-110, jul./dez. 2013.

SILVA, Isabel Corrêa da. Da fraternidade republicana à imaginação imperial: usos e abusos do luso-brasileirismo como discurso político. In: POLONIA, A. et al (Orgs.). **Não nos deixemos petrificar: reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá**. Porto: CITCEM/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2021. p. 191-207.

SILVA, Ítala Byanca Morais da. **Les morts vont vite: A Sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969)**. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SKINNER, Quentin. Significado e interpretação na História das Ideias. Tradução de Marcus Vinícius Barbosa. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 358 - 399, jan./abr. 2017.

SOUZA, Rosa Fátima de. Renovação do Currículo do Ensino Secundário no Brasil: as Últimas Batalhas pelo Humanismo (1920-1960). **Currículo sem Fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 72-90, jan./jun. 2009.

VAINFAS, Ronaldo. O imbróglio de Raízes: notas sobre a fortuna crítica da obra de Sérgio Buarque de Holanda. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 36, nº 73, p. 19-40, 2016.

_____. Capistrano de Abreu – Capítulos de História Colonial. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil**: Um banquete no trópico. São Paulo: Senac, 1999. p. 171-189.

VALE, Nayara Galeno do. **Hélio Vianna e Pedro Calmon**: identidade do historiador e embates em torno da escrita da História do Brasil. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa, Fundação Biblioteca Nacional, 2012. 74 p.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os Intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: Editora FGV/CPDOC, 1987.

VENÂNCIO, Giselle Martins; FURTADO, André Carlos. Brasileira & História Geral da Civilização Brasileira: escrita da História, disputas editoriais e processos de especialização acadêmica (1956-1972). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.9, p. 05-23, jan./jun. 2013.